

Diário do Legislativo de 16/09/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolô Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 47ª Reunião Extraordinária

1.2 - 48ª Reunião Extraordinária

1.3 - 49ª Reunião Extraordinária

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Mesa da Assembléia

2.3 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

ATAS

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 9/9/2003

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.577; discurso da Deputada Maria José Haueisen - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolô Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José

Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Fahim Sawan, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.577, que veda a inscrição do nome de consumidor de serviço público em cadastro de restrição ao crédito. A Comissão opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, a Deputada Maria José Haueisen.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras que nos ouvem nas galerias, telespectadores, antes de começar a discutir esse veto, agradeço a faixa que veio do IPSEMG de Divinópolis agradecendo-me por apoiá-los no serviço público. Com certeza, tentaremos derrubar o veto do Governador. Estamos cumprindo nossa obrigação e sendo coerentes com nossos propósitos e com nossos compromissos com a sociedade e com os servidores públicos. Não é mais do que nossa obrigação tentar evitar injustiças que podem ser cometidas por quem tem o poder para decidir, para mandar, para governar.

Agradeço também à comissão que rejeitou o veto ao meu projeto, aprovado por unanimidade nesta Casa. Para mim também foi surpresa ver um veto a um projeto que não tem nada de inconstitucional, o que o Governador não pode alegar. Sua justificativa deixou-me assustada. Como pode usar de um argumento tão sem pé nem cabeça para vetar uma proposta que não prejudica a ninguém? Ao contrário, defende os que experimentam a angústia de ter luz, água e telefone cortados.

Alega o Governador que o projeto traria prejuízos para os outros usuários porque os que não pagassem suas contas em dia gerariam um prejuízo que seria praticamente redistribuído entre os usuários, o que não é verdade. As contas de água, luz e telefone são previamente estipuladas com base em nosso gasto médio. E não é porque fulano, beltrano ou sicrano deixaram de pagar suas contas que a minha será alterada.

O nosso projeto de lei propõe que não se coloque o nome daquele que está inadimplente com suas contas de água, luz e telefone no SERASA ou no SPC.

Não há nada mais constrangedor nem mais prejudicial para o cidadão do que saber que seu crédito está cortado em qualquer ponto comercial ou agência da rede bancária. O que vemos hoje? A crise econômica está tão grande que, quando uma família fica sem água, luz ou telefone em casa por falta de pagamento é porque está com a corda no pescoço. Vejam os senhores: todos nós, algum dia, experimentamos, talvez não por falta de pagamento, mas devido a defeitos técnicos, apagões ou qualquer problema na rede de água, ficar sem esses serviços públicos. Quase entramos em desespero. Não há nada mais problemático para uma família do que faltar nas torneiras a água de que tanto precisamos; ter de recorrer à luz da vela quando ocorre um apagão. Mesmo a ausência do telefone, sem o qual até admitimos ficar por algum tempo, já que podemos usar um orelhão, recorrer a um vizinho, mandar um recado ou bilhete, gera transtorno. Podemos até passar sem telefone, mas sem água e luz não. Imaginem o constrangimento, pois além da dificuldade dentro de casa, toda a vizinhança fica sabendo que aquela pessoa não pagou as contas de água e de luz.

Além disso, muitas vezes a pessoa que não pôde pagar suas contas é um funcionário público, que ganha um salário miserável e ainda recebe somente no final do mês. O Governo não quer saber se ele não pagou a conta porque o salário atrasou. Esse cidadão é penalizado, ainda que possua dinheiro para receber do Governo do Estado. Quantas vezes fomos procuradas no gabinete por funcionários públicos que têm verba retida para receber do Governo, estão cheios de dívidas, de compromissos, precisando de tratamento dentário, de saúde, mas não o podem fazer. Não podem acertar suas contas, suas dívidas, porque o Governo também não acerta com eles. Nunca soube que o Governo pague juros quando retém nosso dinheiro, atrasa nosso pagamento. Porém aquele coitado, pobre, que atrasa suas contas, além de ficar sem água e luz, é multado. A multa vem na conta seguinte. Mas, o Sr. Governador não sente o problema, porque com certeza, em sua casa, nunca faltaram água e luz. Por isso, não sabe a dificuldade que representa para uma mãe de família que está com a casa cheia de crianças não ter condições de mantê-las banhadas, com roupa limpa, higienizadas.

Peço aos Srs. Deputados, que aprovaram por unanimidade esse projeto, que sejam coerentes, tenham a sensibilidade que tiveram nos dias em que o aprovaram em 1º e 2º turnos, e nos ajudem a derrubar esse veto, a fazer justiça, sobretudo aos mais pobres, que não têm condições de acertar suas contas.

A crise hoje está tão grande, que o problema financeiro está afetando também as pessoas da chamada classe média, que estão pagando suas contas com atraso e sofrendo multas. Na última hora, correndo, procuram um vizinho, um parente para não terem o dissabor de ter sua água ou sua luz cortada.

Sabemos do desconforto das pessoas que já tiveram o seu nome no SERASA e no SPC. Não têm linha de crédito nas casas bancárias, nos armazéns, em nenhuma casa de comércio, porque não têm condições de acertar um pagamento, que é produto de uma despesa indispensável em sua casa.

É muito clara a necessidade de derrubar esse veto. A sensibilidade dos Deputados aqui presentes há de contribuir para que possamos mostrar ao Governador que a solidariedade ainda existe nesta Casa, por parte de parlamentares que não querem ver pessoas tão necessitadas com o dissabor de terem sua casa no escuro e sua torneira sem água.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, Deputada Maria José Haueisen. Hoje, na parte da tarde, pude iniciar a discussão, por meio da utilização do art. 70, de liderança, para fazer uma análise do conjunto de vetos do Governador Aécio Neves a diversos projetos aprovados nesta Casa. No entanto não entramos nos detalhes de cada um dos projetos, porque hoje à noite eles seriam discutidos individualmente, e esse, de autoria de V. Exa., é o primeiro deles.

A Deputada aborda, com muita clareza, os objetivos do projeto e suas conseqüências. Explicou-nos, inclusive, as razões do veto do Governador. Não sei se podemos chamá-las de razões, porque não nos convenceram. Elas praticamente não existem. Ele não alega e não poderia alegar, pelo menos com consistência, alguma inconstitucionalidade, porque, querendo, o Estado pode agir diante das contas de luz e água.

Essas contas são de empresas ainda estatais, graças à resistência popular, porque, se dependesse da política neoliberal, que esteve em curso no Brasil por oito anos, certamente a COPASA e a CEMIG não seriam mais estatais, teriam sido privatizadas. Mas, felizmente, em Minas Gerais houve resistência.

Não tenho nenhuma autorização para defender o ex-Governador Itamar Franco nem preciso fazê-lo, mas nisso ele agiu de forma correta, conseguindo barrar a privatização tanto da COPASA quanto da CEMIG, o que era quase uma questão de honra para os tucanos, que fizeram privatizações e privatizações.

Com isso, o setor energético acabou com o apagão, experiência nefasta para o povo brasileiro. Hoje, felizmente, essa política de privatização do setor energético foi barrada. A Ministra Dilma Roussef esteve aqui, na semana passada, e anunciou a interligação das linhas de transmissão de energia de Norte a Sul do País, para garantir investimento estatal no setor elétrico, a fim de que não tenhamos de passar, mais uma vez, pelo vexame do apagão.

Aliás, esse vexame também ocorreu na Califórnia e atingiu até o Canadá, onde há um modelo semelhante de empresa privatizada, o que demonstra, realmente, que essa não é a solução para o País. Felizmente, conseguimos barrar o projeto de privatização da CEMIG, que estava em curso. Hoje o Governo está, de certa forma, reestatizando as empresas. A ELETROPOL está com proposta de reverter 50% das ações para o BNDES, passando a empresa para domínio, se não total (...). Estão retomando ações importantes para o próprio Governo, por meio do BNDES. Parece que na CEMIG ocorrerá o mesmo. Interromperam o processo de privatização e iniciaram novamente intervenções no Estado favoráveis à questão energética, o que demonstra uma diferença enorme entre um e outro Governo, entre o projeto neoliberal e o projeto de fortalecimento do Estado e de desenvolvimento do Brasil, como nação. Assim, fortalecerão não só o mercado brasileiro, mas em especial o MERCOSUL, como uma saída para a crise brasileira, do ponto de vista da nossa soberania e da não-entrega do Brasil aos interesses do capital financeiro internacional, ao FMI e ao imperialismo norte-americano.

A mesma coisa ocorre em relação à COPASA e às empresas de saneamento básico. Se dependesse do Governo Fernando Henrique e se houvesse, em Minas Gerais, uma continuação do Governo Azeredo, também não teríamos a COPASA como empresa pública.

Retomando o assunto, que é o projeto de V. Exa., essas duas empresas, felizmente, ainda são públicas, e o Estado pode, sim, constitucionalmente, fazer com que o projeto da Deputada Maria José Haueisen, que é de grande alcance social, torne-se realidade. Como? Para quem está em uma situação difícil e não pôde fazer o pagamento da água ou da luz (...). Ninguém faz isso para aproveitar-se de uma situação. Se deixam de pagar uma conta de água ou de luz, e esses serviços são cortados, isso ocorre porque a situação já é de calamidade na família. Ainda assim o Estado manda o nome da pessoa para os cadastros de restrição ao crédito, o que não permitirá a ela sequer tirar um documento e - quem sabe? - arrumar um emprego, porque está com o nome sujo na praça. Não é possível que o Estado não possa, sabendo das dificuldades, ajudar a pessoa e ter, portanto, a questão social acima do interesse meramente econômico. As empresas são estatais e não visam tão-somente ao lucro, mas também ao bem-estar social. Os tucanos não entendem muito disso, Deputada Maria José Haueisen, e talvez por isso não tenham compreendido o projeto de V. Exa. Eles entendem de lucro, de qualidade total. São dessas coisas que eles gostam.

O Prof. Anastasia inventou uma agora. Como chama mesmo? Foi esse que ele mandou para cá na reforma administrativa. Eles inventam nomes tucanos, e nós perdemos a referência. Há o choque de gestão, que pode também ser chamado de curto-circuito do serviço público. Mas além desse, há também a avaliação do desempenho institucional. Eles analisarão as metas. Quem corta tem desempenho institucional. É bem ao gosto tucano, coisa de aristocracia tucana. Felizmente, ela está em extinção no Brasil e - espero - no mundo, ou seja, esse projeto nefasto da implantação do neoliberalismo, da globalização de mercado a todo custo. Felizmente, isso está em extinção no mundo. No Brasil, já demos um passo para que isso acabe.

Aliás, hoje, da tribuna, o Deputado Miguel Martini falava, como sempre fazendo oposição ao Lula. Ele comentou que o Presidente fez um projeto que demoraria cinco anos. Eles já se estão dando por vencido, porque, no passo em que vai e com a rejeição que os tucanos têm, na próxima eleição, dificilmente eles concorrerão com alguma chance de ganhar. Isso ocorre porque os tucanos não têm faro social. O negócio deles é apenas o mercado - essa é a diferença que temos em relação a eles, por isso não gostam do serviço público. Depois, chegaremos aos vetos que o Prof. Anastasia orientou o Governador Aécio Neves a opor, em relação à função pública, aos Diretores de Escola. Para eles, em relação ao serviço público, é melhor as OSCIPs, vale mais as organizações sociais, a privatização do Estado, essa é a essência do tucanato, gostam é disso. Não entendem o alcance social que esse projeto tem nem poderiam entender. Mas, como disse, as empresas são estatais, e o Governo pode, sim, compreendendo isso, deixar de colocar o nome dessas pessoas nos organismos que lhes tirarão a já pouca liberdade que têm, devido à infelicidade de não conseguirem pagar as contas de água e de luz.

Além dessa visão mercantilista dos tucanos, há também uma certa vingança ideológica e política, já que o projeto veio de uma Deputada do PT, e por isso já é visto com má-vontade. Esperávamos que a base de Governo pudesse estar aqui para discutir os outros projetos e vetos. Vejo que alguns anunciam aos servidores que votarão com eles para a derrubada do veto, no que diz respeito à função pública e à direção de escola, mas não vejo boa-vontade de sua parte. Até agora, o Líder do Governo não nos procurou, em momento nenhum, para dizer que tem boa-vontade para discutir os vetos opostos pelo Governador; aliás, acho que o Governador opôs vetos sem que a base de Governo tenha sido consultada. Nessa questão da função pública, Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Doutor Viana - que defendem sempre o funcionalismo público -, parece que houve um acordo para não haver veto, exatamente porque a função pública teria o mesmo patamar do funcionário efetivo. Na legislatura passada, votamos nesse sentido, com a unanimidade desta Casa.

Essa votação terá que ser feita na frente do servidor público, que não pode ser vencido pelo cansaço, quando os Deputados não comparecem às sessões plenárias, deixando o quórum esvaziado. Teremos que marcar uma determinada data, em que os funcionários estarão presentes para solicitar aos Deputados essa votação.

Quero parabenizar os funcionários que nos assistem pela TV Assembléia e aqueles que estão presentes, pela perseverança. Já estiveram presentes na reunião da tarde e estão presentes novamente à noite, demonstrando não só a valentia, mas também a persistência na defesa dos interesses do serviço público.

Nessa reunião, solicitaremos que seja marcada a votação, para que o servidor público saiba a data e não seja apanhado de surpresa num momento de esvaziamento do Plenário. Estaremos vigilantes. Hoje, por exemplo, é óbvio que a base de Governo não quer estar aqui para dar o quórum, e somos 39 votos. Solicito à Deputada Maria José Haueisen, que está com a palavra, que peça verificação de quórum ao Presidente, para que possamos saber se há número suficiente de Deputados para prosseguirmos a votação, se o Líder do Governo quer manter um diálogo conosco e, quem sabe?, fazer um acordo não apenas em torno do projeto da Deputada Maria José Haueisen, mas também sobre os outros vetos, alguns dos quais tínhamos a convicção de que não ocorreriam, como é o caso do apostilamento da função pública, que, como disse o Deputado Chico Simões, reduziria, em alguns casos, até 1/3 dos salários desses servidores, o que, numa época destas, não é justo. Se querem acabar com o apostilamento daqui para a frente tudo bem, chegamos a votar essa perspectiva, mas que seja garantido um processo de transição para aqueles que já possuem direito adquirido ou a adquirir, como é o caso da grande maioria dos trabalhadores em função pública.

A Deputada Maria José Haueisen - Deputado Rogério Correia, muito obrigada pelo seu aparte. Quando o Governador colocou sua assinatura nesse projeto, vetando-o, não prestou muita atenção naquilo que fazia, porque não acredito em tanta insensibilidade e desumanidade vindas de uma pessoa que contou com os votos da maioria para se eleger. E com certeza foi eleito com o apoio desses que hoje estão sendo penalizados com a ameaça de seu nome constar no SERASA e no SPC. Em nosso projeto, não estamos pedindo que não se corte a água, a luz nem o telefone. As pessoas já são muito prejudicadas com isso, mas o nosso projeto não é para isso. O objetivo é pedir que não seja colocado no SERASA e no SPC o nome de quem já está amargurado por não ter dinheiro para pagar a sua conta de água, de luz ou de telefone.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Quero parabenizar a companheira por esse projeto. A atitude do Governador mostra a essência do PSDB e do projeto neoliberal. O PSDB valoriza o ter e se esquece do ser. O que manda na concepção política de quem está à frente do PSDB é a eficiência traduzida pelo lucro. Se, para haver lucro, alguém tem de morrer de fome, isso não balança nem um pouco o coração do PSDB. O grande pensador neoliberal diz que, se para termos comida para todos alguém tem de morrer, que morra.

Essa é a concepção do PSDB e do projeto neoliberal. Justamente por causa disso é que vi o Governador vetar a proibição de colocar os nomes das pessoas no SERASA e no SPC. E é exatamente alguém que já foi penalizado por não ter honrado seus pagamentos, tendo cortada a sua água e luz, ou seja, as estatais. É como se a pessoa morresse duas vezes. Já fica impossibilitada de ter acesso à água e à luz e, além de tudo, lhe será tirado o seu maior patrimônio, o seu nome. Como é que vai continuar inserida na sociedade? Como vai obter novo emprego para pagar suas contas de água e luz?

Isso é um absurdo, é algo com que não podemos continuar convivendo, é algo que já abolimos no Governo Federal e que temos de eliminar em Minas o mais depressa possível. Temos de repensar o modelo de Estado que queremos, qual a sociedade em que queremos viver, e de maneira muito paradoxal. Enquanto os pequenos podem ser colocados nas listas, os grandes sonegadores não o podem. É proibido. Os grandes sonegadores, que realmente podem pagar impostos, continuam não o fazendo, e seu nome não pode constar nessa lista. É uma covardia, uma inconseqüência, uma falta de lógica. Enquanto o pequeno é massacrado, o grande, o que detém o capital... E ele tem de ter lucro porque senão fica feio, a empresa não será eficiente. E queremos eficiência, a iniciativa privada tem de ter lucro, lucro, lucro. E, para isso, não precisa existir Estado.

Esta Casa não pode permitir que esse desajuste permaneça. O Governador penaliza aquele pobre coitado, que, tenho certeza, deixa de pagar não porque quis ou porque é caloteiro - porque não existe penalidade maior que ficar sem água e sem luz mas realmente por não ter o que comer. Muitas vezes, tem que gastar com a saúde e com a educação, que o Estado não dá. Esse é o grande problema, o Estado não cumpre o seu dever, mas quer penalizar aquilo que tem de gerar lucro para as suas estatais. O cidadão não faz isso de maneira proposital, mas em razão de uma situação de penúria.

E esse mesmo Estado gasta fortunas com a renúncia fiscal, é o que dizíamos aqui. O Deputado Miguel Martini disse que isso não existe, mas existe, está na LDO. Este ano praticamente 33% do que se arrecadou foi para a renúncia fiscal, para privilegiar empresas ricas. E esse dinheiro faz falta para todos.

O sonegador, a renúncia fiscal, tira de todos. Por outro lado, se não pagar minha conta de água ou de luz, não estarei prejudicando ninguém e, a partir daquele momento, não terei mais o serviço.

Não podemos aceitar, de maneira absoluta, essa justificativa. Temos de derrubar esse veto. Fomos eleitos para defender a sociedade e não para sermos capachos do Governador. É importante entendermos isso.

Os funcionários públicos não são culpados de terem função pública e de, ao longo dos anos, exercerem cargos de confiança. Para isso trabalharam e serviram ao Estado. Agora, cortam-lhes o direito de apostilar. Muitos deles, com certeza, terão boa parte do seu orçamento cortado e, talvez, não conseguirão pagar suas contas de água e de luz. Ficarão, portanto, sem apostilamento, sem água e sem luz. Esse é o Governo do PSDB.

Todos os Deputados, neste momento, não podem deixar passar esse ato de violência contra o consumidor brasileiro e, principalmente, contra aquele que se encontra na maior dificuldade - não pode pagar sua conta de água e de luz e, provavelmente, não deve ter nem comida em casa. O Estado não dá nem saúde nem educação. Portanto, devemos procurar, pelo menos, uma maneira mais humana e solidária para tratar dessas pessoas. Parabéns pelo seu projeto.

A Deputada Maria José Haueisen - Muito obrigado, Deputado Chico Simões, pela sua colocação. Realmente, acho desumano e absurdo um projeto como esse ser vetado. Fico imaginando uma pessoa ganhar R\$300,00 ou R\$400,00 por mês e ter de sustentar uma casa com, às vezes, três, quatro ou cinco crianças, pagar aluguel, comer, pagar transporte. Por isso, poderá ficar afogada em dívidas e complicações, deixando de pagar sua conta de água e de luz. Já é, portanto, penalizada. E, mesmo pagando a conta com atraso, no mês seguinte, vem cobrada a multa. O Governo retém as chamadas verbas retidas de muitas pessoas, não pagando juros por isso. Nessa situação, aquele que estiver inadimplente terá sua água cortada.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Muito obrigado. Ouvimos atentamente o pronunciamento de V. Exa., assim como não poderíamos deixar de ouvir o do Deputado Chico Simões. Gostaríamos, inicialmente, de dizer que votamos a favor do seu projeto. Como é nosso dever, estamos acompanhando o debate e refletindo sobre a questão do veto a essa matéria, o que nos possibilitará ter argumentos suficientes para o convencimento deste Plenário para a derrubada ou a manutenção do veto. É esse o processo democrático. É assim que deve ocorrer para que possamos construir uma sociedade melhor e mais justa. Assim como esse veto, os demais deverão passar por debate e possibilitar reflexão de cada um de nós, para que possamos nos posicionar com clareza perante a opinião pública e, acima de tudo, agir de acordo com as nossas consciências.

Gostaria também de fazer reflexão sobre as palavras pronunciadas pelo Deputado que me antecedeu, ao apartear V. Exa. Se assim me permitir, serei breve. O Deputado Chico Simões, combativo e entusiasta na defesa de suas idéias, faz-me perceber - e acho que a todos que o ouvem com atenção - que, com certeza, hoje, a grande alternativa para este País é o PSDB. Isso o incomoda profundamente, mas não sei se reflete o sentimento de todos os petistas. O Deputado Chico Simões, petista militante, de belo currículo e história pública, de forma até precoce, demonstra temor de que o PSDB possa assumir o comando deste País. Podemos vê-lo, com insistência, responsabilizar o PSDB por absolutamente tudo de ruim, por qualquer problema ou situação que possa ocorrer aqui, no País, no passado, no presente ou, em alguns

momentos, até no futuro.

Na verdade, entendemos que isso, de alguma maneira, nos honra. Acreditamos na socialdemocracia e na construção de um País melhor por meio do debate. Com a manifestação de cada um, chegaremos a um lugar melhor para todos. Naturalmente, envida-nos o fato de que o Presidente não consiga sequer se ocupar dessa tarefa tão nobre: dizer a que veio e que Governo deseja fazer. Ocupa-se, a todo momento, de nos atacar como neoliberais. Talvez já mereça a pecha de neopopulista, como alguns o chamam. Não quero integrar esse coro, porque desejo do fundo da alma - e incentivo o Governo Federal para isso - que seja cumprido o prometido ao povo brasileiro.

Até agora, não é raro ouvir, até mesmo de membros do PT ou de alguns analistas políticos, que o atual Governo é uma espécie de genérico do Fernando Henrique. Não digo que seja verdade, porque o Governo Fernando Henrique tinha começo, meio e fim. Não conseguimos enxergar qual será o fim da atual administração, pois sempre há mais promessas sem realizações.

Não é justo debater a inclusão no SERASA ou em outros instrumentos de limitação de crédito dos nomes dos inadimplentes de dívidas de concessionárias ou serviços públicos no campo partidário, conforme proposto pela nobre Deputada Maria José Haueisen. Se quiser discutir no campo dos Governos, é possível. No campo partidário, parece-me apelação. Num modelo suprapartidário como esse, o PSDB tem, em Minas Gerais, os mesmos aliados que o Presidente Lula, no Governo Federal. Não é prudente esquecer que o Vice-Presidente é um liberal, o Senador José Alencar.

Logo, Deputada Maria José Haueisen, trago a discussão para o campo adequado: o da análise do interesse público, o da análise do interesse do Estado, que deve cuidar do cidadão, mas também deve manter a prestação do serviço público. Acredito ser essa a razão do Governador ao vetar o projeto: se não há uma punição para quem não paga, se não há diferença entre quem paga e quem não paga, não estaremos incentivando a inadimplência de maneira exagerada sob o risco de aumentar, cada vez mais, as tarifas públicas? Não será o cidadão que pagará por essa generosidade?

Essa reflexão deve ser feita para chegarmos à decisão final. Por outro lado, é indiscutível o mérito de seu projeto e a grandeza de seu sentimento ao propor que não se penalizem os que já estão em situação difícil e não conseguiram pagar as contas de luz, água ou telefone com uma restrição de crédito. Não há dúvida que esse foi seu sentimento. Resta-nos refletir até que ponto essa iniciativa não representará aumento da inadimplência, prejudicando o cidadão que pagou em dia. Quem se preocupou em priorizar aumentos das tarifas terá que suportar aumentos frequentes? Nenhuma empresa sobreviverá sem equilíbrio entre receita e despesa. Não se trata de ser neoliberal, socialista ou socialdemocrata. É uma questão elementar de matemática.

Parabéns a V.Exa. pela brilhante defesa, meus respeitos ao Deputado Chico Simões, que está certo ao dizer que o PSDB se prepara para dar continuidade a um projeto socialdemocrata para este País, um projeto sério, que busca a nivelção por cima, pela competência, pela seriedade, pela preparação do povo brasileiro. Não tenho dúvida de que é um embate interessante e rico com o PT, a quem respeito muito, mas isso se deve dar nos momentos apropriados, da forma certa. Penso que trazer o debate de uma matéria relevante como essa que a senhora propôs para um campo meramente partidário, responsabilizando um partido por qualquer mazela que a sociedade enfrente, não é o caminho. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen - Vou conceder aparte ao Deputado Chico Simões, mas quero dizer ao Deputado Domingos Sávio que, embora não tenha agora a procuração dessas pessoas mais pobres, ameaçadas de terem seus nomes na lista do SERASA e do SPC, agradeço seu compromisso de ajudar a derrubar esse veto. Na verdade, quando fiz campanha, comprometi-me em ser a voz daqueles que não têm vez nem voz. Esses que não têm vez nem voz serão os mais penalizados, se os seus nomes forem para essa lista de inadimplência. Em relação à sua dúvida, Deputado, acho que ela não procede. Aquele que tem sua luz, sua água e seu telefone cortados já está penalizado. No mês seguinte ou dois meses após, vai pagar multa para ter esses serviços de volta. Essa inadimplência não irá trazer acréscimo em nossas contas. Este poderá ser por qualquer outro motivo, mas não porque alguns não pagam. Quando eles pagam, são penalizados com a multa. Então, não há esse prejuízo. Além disso, como disse o Deputado Chico Simões, a anistia fiscal que está rolando por aí ou que está prometida trará muito mais prejuízos para todos nós, mineiros, do que qualquer montante de água, luz e telefone que não foi pago. Confio na sua compreensão e conto com seu voto para derrubarmos o veto, mas ousou, apesar de sua gentileza em dizer que vota conosco, discordar de V. Exa. quando diz que Lula não explicou até hoje a que veio. Ninguém neste País explicou tão bem porque veio e para que veio, como Lula. Visitamos, na semana passada, um assentamento em Jequitinhonha, o assentamento Franco Duarte. Lá estavam mais de 100 famílias jogadas debaixo da lona havia muito tempo, mas eram consideradas assentadas. Estavam lá acampadas, sem água, sem luz, vivendo de cesta básica. Fomos lá com o pessoal do INCRA e do ITER porque Lula está dando condição de vida àquelas pessoas, com a construção de casas, crédito para água e luz, construção de escolas, etc. Com isso, ele já está dizendo a que veio. Quando Lula liberou R\$5.400.000.000,00 para o PRONAF, deixando grande parte desse dinheiro para os assentamentos, ele está dizendo que veio para ajudar a agricultura familiar dos que são mais pobres, sujeitos ao êxodo, à fome, etc.

Quando se preocupa com o ensino fundamental, com a educação do 3º grau, com a saúde, está dizendo a que veio.

Todos temos a experiência de um dia ter mudado de casa. Quando a encontramos nova, arrumada, com paredes pintadas, é só colocar os móveis no lugar e tocar a vida para frente. No entanto, quando entramos numa casa estragada, que está para cair, levamos muito tempo para consertá-la, colocar coisas novas no lugar.

Estamos, Deputado Domingos Sávio, consertando este País, que foi bastante estragado por aqueles Governos que precederam o Governo do PT. Hoje, o PT, que tem 23 anos, está mostrando para o povo a que veio. É esse o partido de Lula. É essa a proposta que está aí e que é a que ele fez quando convidava os analfabetos políticos, como eu era, para entrarem num partido novo, começarem uma situação diferente, um Governo com um orçamento participativo, um Governo em que as pessoas pudessem dar a sua opinião.

Fico feliz quando escuto pessoas de outros partidos, Prefeitos, dizendo que irão implantar o orçamento participativo nas suas cidades. Fico feliz porque não queremos tirar patente das coisas boas que o PT idealizou, fez e está fazendo. Quanto mais pessoas tiverem orçamento participativo, tanto melhor.

Darei um depoimento aqui, Deputado.

Um dia, nesta Casa, encontrei um Deputado que, nas nossas conversas, nos nossos bate-papos, disse-me: "Vocês do PT são muito enjoados". Perguntei-lhe que mal havíamos feito para que ele assim pensasse. Disse-me que havíamos inventado um negócio de visitar base e que ele não estava dando conta, pois o povo da região dele, todo dia, lhe pedia para visitar a base, e não sabia que dia iria lá.

Visitar as bases é uma iniciativa do PT. Que bom que o povo começa a perceber e cobrar de nós, políticos, que estejamos junto com eles não só na época de eleição. Então, quando outros também estão visitando suas bases, acho muito bom, fico feliz, porque isso quer dizer que as coisas estão caminhando bem. É o sistema democrático que cresce numa democracia representativa, mas que é participativa.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Muito obrigado, companheira Maria José Haueisen. Tentarei ser breve, até porque já falei. Quero

apenas, de uma maneira muito fraterna, fazer alguns retoques na fala do nosso colega Domingos Sávio, só para que possa perceber que, através dela, podemos enxergar o que é o PSDB e o projeto neoliberal.

Ele termina sua frase dizendo que temos que rever esse veto - e votou a favor - porque isso pode inviabilizar as empresas. No entanto, esquece-se de que o veto mantido inviabiliza as pessoas. Isso não lhes interessa. As pessoas não lhes interessam, são descartáveis; já as empresas, não. Então, isso resume o PSDB.

Podemos, a partir disso, tecer algumas considerações. Chamar o Lula de neopopulista é a única coisa que não cabe no PT. Tudo cabe, menos isso, pois temos cara, temos um projeto, vamos para as ruas, discutimos e não escondemos nada da sociedade. Podemos errar, mas temos uma cara para errar. Não ficamos titubeando. O que é duro para mim - e isso é neopopulismo - é votar num projeto como o da companheira Maria José, como o companheiro Domingos Sávio deve ter votado, e titubear. Se votou a favor, por que agora votará no veto? Isso, sim, é neopopulismo! Neopopulismo é colocar uma emenda dando apostilamento e, depois, ficar contra, na dúvida! Isso não fazemos não!

De uma coisa podem ter certeza: nosso Governo tem princípio, meio e fim. Infelizmente, estamos no fim do Governo Fernando Henrique Cardoso, essa praga que se apoderou do Brasil. Estamos no final. Não começamos o nosso. Esperamos que brevemente o comecemos.

V. Exa., numa questão, deu uma de vidente. Na verdade, tenho pavor de o PSDB questionar o poder. O Brasil foi mais castigado do que o Egito, que teve sete anos de praga, pois tivemos oito anos de PSDB, portanto, não dava mais. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigado, Deputada Maria José Haueisen. Saúdo V. Exa. e afirmo que estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento desde as primeiras palavras.

Assiste razão a V. Exa. em trazer esse debate em decorrência do veto total a esse projeto longamente debatido pelas comissões temáticas e aprovado, por unanimidade, por esta Casa.

E V. Exa. vem buscar, nesta Casa, a garantia, o aval necessário para a sanção efetiva desse projeto que não se efetivou, principalmente por preservar para o cidadão mineiro o que lhe é mais importante, o patrimônio maior, que é o seu nome. Recordando, V. Exa. fez uma longa exposição de motivos na sua justificativa, demonstrando que o nome do cidadão é um bem inalienável, mas também uma preocupação maior com relação àqueles menos favorecidos pela sorte.

Quero cumprimentá-la por sua lucidez. Da mesma maneira que tive o prazer de acompanhá-la, também agora o farei, pois vejo que esse projeto, sem dúvida alguma, assegura, acima de tudo, a auto-estima do mineiro, fazendo com que o seu nome seja preservado, por seu conteúdo e por sua posição junto aos órgãos do Estado. V. Exa. está de parabéns.

A Deputada Maria José Haueisen - Muito obrigada, Deputado. Fico feliz por poder contar com o seu apoio na votação em que iremos derrubar o veto do Governador. Se ele foi insensível, se não teve humanidade, sobretudo, para com os mais fracos, nesta Casa, ao contrário, há pessoas que são generosas. Conto com a sua colaboração.

O Deputado Zé Maia (em aparte) - Agradeço à Deputada Maria José e a cumprimento pela forma correta e coerente com que vem desempenhando seus vários mandatos nesta Casa.

Rapidamente, quero me reportar a essa breve discussão ideológica e partidária que fizemos aqui. Não concordo com a forma com que o Deputado Chico Simões apresenta as discussões. Ele, que foi Prefeito e já fez profundas modificações na administração, durante o seu mandato no Executivo Municipal, fala como se governar fosse algo simples, como se o Governador Aécio Neves não houvesse herdado um Estado com um déficit de R\$2.400.000.000,00 por ano ou como se não tivesse uma dívida de R\$5.000.000.000,00 a pagar.

Da mesma forma, temos a plena convicção de que o Presidente Lula não enviou, com gosto, uma proposição ao Congresso Nacional taxando os inativos. É uma imposição originada pelas condições orçamentárias que vivemos. Portanto, não é possível que o povo mineiro entenda as questões de forma tão simples e acredite que o Governo está tomando decisões para prejudicá-lo. Não acredito que algum político deste País pense em tomar decisões unicamente para punir o povo. Aliás, somos eleitos para protegê-lo, evidentemente, dentro do necessário.

Concordo com que o Presidente Lula esteja bem intencionado, com vontade de acertar, embora os indicadores mostrem que o superávit primário está maior que o do Governo Fernando Henrique e que a taxa de desemprego tem crescido, pois isso é fruto da conjuntura econômica, e não expressão da vontade do Presidente da República.

Ouso discordar da experiência de V. Exa. porque acredito que o PT esteja querendo acertar, embora seja muito difícil. O Presidente Fernando Henrique assentou mais de 300.000 famílias. Não podemos aceitar que o ex-Presidente e que o PSDB tenham causado estrago neste País. Houve grandes avanços. Tivemos dificuldades, deixamos de resolver alguns problemas, mas combatemos com eficiência a inflação, que protegeu o salário de funcionários públicos e não públicos.

O Ministro Paulo Renato desenvolveu um excelente trabalho frente à área de educação. O Ministro José Serra foi considerado um dos maiores ministros da saúde de todo o mundo, devido especialmente ao programa de combate à AIDS. Avançamos muito.

Um País em desenvolvimento, que enfrenta barreiras de proteção a produtos agrícolas na Europa e nos Estados Unidos, tem grandes dificuldades. E os erros que cometemos não aconteceram por má-fé nem por parte do PSDB nem por parte do Presidente Fernando Henrique. Não é possível que possamos conceber que um governante queira punir o povo.

Há muitas questões de crises internacionais que afetam as questões internas do País, dificuldades normais dos países em desenvolvimento. O Governador Aécio Neves, que tem tradição e é um dos políticos mais respeitados no País e no mundo, está querendo acertar, embora tenha herdado um Estado com bastante dificuldade. Mas tenho certeza de que ao final desses quatro anos poderemos olhar para trás e ver que melhoramos em muitas coisas, embora saibamos que não seja fácil conviver com o déficit de nosso Estado. Por certo, algumas medidas difíceis terão de ser adotadas, da mesma forma que o PT tem adotado medidas difíceis, como a taxação dos inativos, que o próprio PT condenou há tanto tempo. E não o fez para punir o povo.

Não é possível imaginar que o Presidente Lula e o PT, que têm uma história bonita de lutas e de conquistas por este País, queiram taxar os inativos apenas para punir o povo, conforme o Deputado Chico Simões alega, como se o Governador Aécio Neves estivesse tomando medidas apenas para punir o povo.

Não é da vontade dele, assim como não é da vontade de nenhum político. São as dificuldades normais de um País em desenvolvimento. Não

podemos colocar essa discussão de forma tão simples, imaginando que o povo vai engoli-la. Precisamos partir para discussões de alto nível, a fim de enfrentar nossos graves problemas. Sabemos dos juro que o País paga, colocando o Brasil em dificuldades.

Evidentemente, a culpa não é do funcionário público, mas dos erros cometidos ao longo da história. Atualmente, 75% da folha do Estado de Minas Gerais estão comprometidos com o pagamento de funcionários públicos, o que é horrível para o Estado e muito pior para o funcionário, que passa enorme dificuldade e que poderia ser mais valorizado se tivéssemos tido mais responsabilidade no passado.

No tocante aos juro, se 10% do que se paga de juro fosse investidos no País, a população teria muitos benefícios. Sabemos que o PT tentará fazê-lo, mas encontrará dificuldades.

Discutiremos o veto no momento apropriado, porque hoje certamente não haverá votação. Mas quero que essa discussão se dê em alto nível. Não podemos apenas xingar o Governador e o Presidente da República, como se estivessem adotando medidas com o intuito de punir o povo. Isso não é verdade. Temos de discutir com grandeza os graves problemas que afligem nosso País e nosso Estado, e não pensando nas próximas eleições, como se está querendo ensaiar.

Parabenizo V. Exa. pelo brilhante trabalho desenvolvido neste parlamento ao longo de seus mandatos.

A Deputada Maria José Haueisen - Obrigada, Deputado Zé Maia. Quero louvar a maneira elegante e distinta com que contesta e defende seu ponto de vista. O ponto de vista de cada um de nós reflete o ponto em que nos encontramos para ter esse ângulo de visão. Poderemos ficar aqui, durante toda a noite, nessa polêmica, fugindo desse veto. Porém, sabemos que a taxaço dos inativos foi a única maneira de trazer a universalidade da aposentadoria para todos os brasileiros. Para tanto, o Governo contou com o apoio de todos os Governadores, pois querem também resolver esse problema em seus Estados. Democracia é processo de alto risco. Às vezes, as pessoas se agitam, extrapolam. Não somos maniqueístas. Não acho que somos um poço de razão, de verdade, e que o mal está só nos outros. Como V. Exa. disse, há erros e acertos de um e de outro lado. Sem dúvida, neste Governo, temos mais acertos do que o que se considera como erro. Na verdade, são dificuldades de Governo.

Questão de Ordem

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, verificando, de plano, a falta de quórum, requeiro o encerramento da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 10, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 10/9/2003

Presidência dos Deputados Mauri Torres, Rêmol Aloise e Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questão de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.577; discurso da Deputada Maria Tereza Lara - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmol Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do ex-Deputado Márcio Kangussu, Presidente da Companhia de Distritos Industriais.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, neste momento vamos fazer a apreciação de um veto, mas há seis reuniões de comissão marcadas para a parte da manhã. Queria verificar se há possibilidade de suspendermos a reunião, a fim de irmos agora às comissões, e depois todos estaríamos aqui para apreciar o veto. Parece que hoje haverá eleição de Presidente e Vice-Presidente em todas elas, e acredito que sejam reuniões rápidas.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece à Deputada Maria José Haueisen que o veto ainda está em discussão, não estamos em processo de votação. As reuniões poderão funcionar enquanto continuamos discutindo o veto.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.577, que veda a inscrição do nome de consumidor de serviço público em cadastro de restrição ao crédito. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuamos a discutir o veto à proposição da Deputada Maria José Haueisen. Somos totalmente contra esse veto. A grande maioria das famílias mineiras e um número significativo de desempregados não têm tido condições de pagar as contas da COPASA e da CEMIG. E, além de terem a luz e a água cortadas, ainda ficam com o nome registrado, o que as impede de ter crédito no comércio.

Isso tem de ser modificado. É preciso haver investimentos públicos para que as famílias mineiras tenham os serviços essenciais garantidos e, em caso de desemprego, não fiquem prejudicadas duas vezes, pois, além de terem os serviços cortados, ficam com o nome registrado, impedidas de realizar outras compras, inclusive de medicamentos, no caso de pessoas com familiares doentes. É um problema social gravíssimo.

Estamos vendo uma notícia no "Diário da Tarde": pobre também é gente. São milhares de famílias que agora têm direito a conta bancária, pessoas que nunca antes tiveram essa oportunidade. Já são 500 mil famílias cujos membros agora terão a possibilidade de se sentir gente, com a sua auto-estima aumentada. Poderão pegar um empréstimo, nem que seja de R\$200,00. Isso vai atender à dona de casa, por exemplo, que nunca pôde pegar um empréstimo em seu nome. Agora ela mesma terá condições de assumir isso. Ou então uma microempresária poderá montar um salão de beleza com R\$1.000,00 e arcar com os custos.

Temos visto muitas críticas ao Programa Fome Zero, mas ele não consiste simplesmente na distribuição de cestas básicas ou do cartão-alimentação. A sua função é também dar dignidade às pessoas, como na questão do analfabetismo zero.

Em Guaíba, as mulheres carregavam água de madrugada durante 8 horas, para depois fazerem a comida para os filhos e maridos. Há poucos dias, foi construído um chafariz no centro da cidade, mudando toda a estrutura social daquelas famílias.

São fatos e mais fatos mostrando-nos que a mentalidade do País mudou. Para nós, para o projeto democrático popular, obra não é só física, não é só construir um viaduto ou asfaltar ruas. A maior obra é a construção do ser humano, da cidadania.

Ontem uma amiga minha, que trabalha há 22 anos na CEF, informou-me sobre a mudança de mentalidade e de relacionamento nessa instituição. Por isso, cumprimentamos os seus atuais Diretores. Segundo ela, no ano passado havia ali um verdadeiro terrorismo de cima para baixo, com metas a serem cumpridas, e os funcionários não se sentiam participantes do processo de desenvolvimento desse Banco tão importante, que correu sério risco de privatização. Hoje o superintendente apóia as entidades na defesa contra o trabalho escravo, contra atitudes de sindicalistas dentro da empresa e contra os incêndios. As relações das gerências, da diretoria mudaram. Todos os dias, por meio da Internet, o Presidente da Caixa informa aos trabalhadores o que o Banco está fazendo, colocando toda a equipe da instituição como co-responsável nesse processo. Achei interessante uma funcionária com 22 anos de serviço, com curso superior, fazer essas reflexões. Isso muito nos alegra. É o que queremos para o Brasil, ou seja, uma verdadeira democracia, não só representativa, como também participativa. Uma democracia em que cada cidadão, no caso das estatais, dos órgãos públicos, cada servidor se sinta também co-responsável pelo órgão e pela elaboração das políticas públicas do País.

Concedo aparte ao nobre colega Deputado Biel Rocha. Depois faremos outras reflexões sobre como fazer esse acompanhamento de perto e somar ações para que haja verdadeira transformação de mentalidade no nosso País.

O Deputado Biel Rocha (em aparte) - Cumprimento a Deputada Maria Tereza Lara e agradeço o aparte. Ontem, no lançamento desse programa pelo Governo Federal, o Presidente disse uma frase muito significativa, que tem muito a ver com o que estamos debatendo aqui. Segundo ele, um dos únicos patrimônios que o pobre tem neste País é o seu nome.

A Deputada Maria José Haueisen apresentou o projeto que ora estamos discutindo em 22 de fevereiro deste ano. Esse projeto proíbe que a empresa leve o nome do cidadão que deixou de pagar a conta de água, de luz ou de telefone para o SERASA ou o SPC.

Ontem, quando subi a esta tribuna, a Deputada Maria José Haueisen deixou bem claro que a situação do povo brasileiro, principalmente dos mais pobres, é de dificuldade para arcar com as despesas de luz e telefone. O projeto é de interesse público, principalmente dos mais pobres.

Esta Casa deu um voto favorável, por unanimidade, ao projeto. A Comissão de Justiça considerou-o constitucional, legal, e todas as comissões que o analisaram elogiaram a iniciativa da Deputada Maria José Haueisen, que foi aplaudida por este Plenário.

Surpreendentemente, no dia 31 de julho, é publicado no diário oficial o veto do Governador. Em suas razões, alega o seguinte: "No nosso entendimento, a inscrição do nome de usuários em atraso no pagamento da conta referente aos serviços prestados pelas empresas em cadastro de restrição ao crédito é um dos instrumentos hoje disponíveis para combater a inadimplência". Isso não é argumento para vetar. Ou o Governador tem alguma coisa contra o PT, pelo fato de o projeto ser de autoria de uma Deputada do partido, ou o Governador não gosta de pobre.

Esse projeto é de interesse do cidadão pobre, que já foi penalizado com o corte de sua água, sua luz ou seu telefone. Já há uma penalidade imposta. Não precisa sofrer mais a penalidade de ter seu nome incluído no SERASA. Temos de preservar o nome do cidadão pobre.

Aplaudo a iniciativa. Acho que este Plenário também tem de aplaudir esse projeto, derrubando o veto do Sr. Governador. Agradeço o aparte, Deputada.

A Deputada Maria Tereza Lara - Deputado Biel, concordo totalmente com sua fala. Como eu disse, normalmente as pessoas com menor poder aquisitivo têm procurado cumprir seus compromissos, saldar suas dívidas com maior seriedade. Se elas não pagam luz e água, com certeza é porque não têm condições. Nenhuma família brasileira, hoje, tem condição de abrir mão desses bens necessários que são a água e a luz.

Como V. Exa. falou muito bem, já existe uma penalidade imediata, que é o corte desse benefício. Quando avançarmos e o País tiver condições de subsidiar as contas de água e luz, haveremos de ter uma sindicância para saber se aquela família não pagou a luz e a água por desemprego temporário ou por um problema grave da família inteira, que está sem recursos financeiros. Nesses casos, haveria um período de carência, e depois a família voltaria a pagar de novo. Mas misturamos no mesmo barco famílias que, por desorganização e até por uma certa irresponsabilidade, não pagam luz e água e aquelas que realmente não têm condições, que gostariam de estar em dia com as taxas, mas são obrigadas a não pagá-las por motivo de desemprego ou de um problema sério de doença na família. Se ninguém da família está empregado, como vão pagar essas taxas, que estão altíssimas?

Tínhamos de fazer uma diferenciação, um acompanhamento, para saber se há - não posso comprovar, precisa haver sindicância - irresponsabilidade. Se as pessoas têm condições financeiras e não pagam as taxas, deveriam ser penalizadas, até por questão educativa. Mas tenho visto casos de crianças doentes em que a mãe usa a noite inteira velas para cuidar de seu filhinho, com a eletricidade desligada, tendo que pegar água emprestada do vizinho, ou fazer um "gato" para velar sua criança. Não é caso para fazer melodrama. São fatos que vemos e acompanhamos no dia-a-dia.

A Assembléia Legislativa tem de ver com seriedade essa questão. Quem tem recurso tem de pagar para que a sociedade seja beneficiada.

Inúmeras são as famílias penalizadas na vida: não têm como mandar os filhos para as escolas, não conseguem vagas no ensino médio e na universidade, não têm material escolar e, muitas vezes, nem luz nem água em suas casas. Dessa exclusão social decorrem, não raro, a prática da violência, as drogas e o desespero dos pais, que recorrem até ao tráfico para manter sua família.

A Deputada Marília Campos (em aparte)* - V. Exa. disse que não quer fazer drama, mas a situação de milhares de brasileiros é realmente dramática.

Não é por negligência que as pessoas deixam de pagar suas contas dos serviços básicos e essenciais, mas pela absoluta falta de condições financeiras. Além do corte do fornecimento de água e de luz, a maior penalidade para um indivíduo é a colocação de seu nome no SERASA, porque, para retirá-lo depois, a taxa é bastante alta. Possivelmente até acertará suas contas num momento posterior, mas não conseguirá retirar seu nome do SERASA tão cedo e, mais dramático ainda, ficará sem acesso a créditos e a vários benefícios que exigem bom nome no SERASA.

O projeto da Deputada Maria José Haueisen tem grande significado para todos. Seria muito importante que, em nome da inclusão de pessoas no direito ao crédito, ao emprego e às demais necessidades sociais, os Deputados e as Deputadas desta Casa derrubassem o veto, para, assim, acabar com mais essa penalização, com mais essa taxa, e oferecer à população os benefícios do excelente projeto da Deputada Maria José Haueisen. Muito obrigada.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Agradeço à Deputada Marília Campos o aparte. Eu disse que não quero fazer drama, mas é verdade que o drama já existe. A situação do País é dramática. Famílias e mais famílias são excluídas do direito de ter seu nome liberado para assumir compromissos inadiáveis, até mesmo a compra de um medicamento. Medicamento que deveria ser oferecido pelo SUS e não o é. Em muitos municípios, as famílias têm de recorrer à Promotoria e ao Ministério Público para garanti-los. Aposentados com salário mínimo gastam, muitas vezes, R\$300,00 por mês apenas com medicamentos. As Prefeituras, que recebem recursos do Governo Federal para complementar o SUS, não priorizam essa questão.

Temos de divulgar o direito do cidadão aos medicamentos básicos, sobretudo aqueles que são para o resto da vida. É o caso do diabetes e da hipertensão, que, em geral, acometem os velhos e demandam medicamentos caros. Não tendo conseguido se manter pelo SUS e pelo auxílio dos municípios, muitos, como já disse, têm de recorrer ao Ministério Público.

Outro dia, na igreja, em Betim, um padre, na hora da missa, divulgou isso para os cidadãos, porque a grande maioria não sabe. É bom deixarmos registrado na TV Assembléia que é um direito. O Governo Federal repassa o recurso, e as Prefeituras são obrigadas a pagar o medicamento, porque é um sistema integrado. Se o cidadão precisa do medicamento essencial e não consegue no SUS, pode recorrer ao Ministério Público para garantir a aquisição do medicamento.

No "Diário da Tarde" há a seguinte manchete: "Lula chama bancos de agiotas e comemora a criação da conta simplificada. Pobre também é gente". São milhares de famílias que têm esse direito. Pode parecer uma questão muito simples para nós, que nunca tivemos esse problema. Mas, para as pessoas de baixa renda, que, com 50, 60 ou 70 anos, nunca tiveram oportunidade de ter uma conta bancária, isso, no mínimo, elevará sua auto-estima, fazendo-os sentir-se cidadãos, que também têm seus direitos.

Uma companheira nossa contou que sua mãe, dona de casa, depois dos 60 anos, quando recebeu pela primeira vez como aposentada, sentou-se com o marido e disse que o ajudaria, mas primeiro compraria um vestido novo. Pela primeira vez na vida, pôde comprar um vestido novo com seus próprios recursos. Sempre dependeu do marido e dos filhos.

É realmente significativo para a valorização da mulher, sobretudo da dona de casa.

Elogio as companheiras da bancada feminina desta Casa. Recentemente, superamos todas as diferenças partidárias e estivemos juntas no teatro desta Casa, defendendo o projeto de aposentadoria da dona de casa. Acima de qualquer divergência estão os direitos, no caso, os direitos da mulher.

Essa mulher, que trabalhou a vida toda, ajudou os filhos, dando-lhes condições para estudar, e o marido, para conseguir não só os recursos para a família, mas também para ajudar a economia do País, tem de ter seus direitos garantidos. E a essa mulher também será dado o direito de ter uma conta bancária em seu nome, mesmo que não tenha recursos, para que tenha o prazer de tomar decisões e fazer suas compras, mesmo que sejam coisas pequenas, mas muito simbólicas.

Nosso Líder, Deputado Rogério Correia, lembra que já são 500 mil pessoas. Ontem o Lula apresentou a senhora cuja conta foi a de nº 500.000, em pouquíssimo tempo. É um grande avanço na construção da cidadania.

E ainda há quem tenha coragem de dizer que o "Fome Zero" é assistencialista. Recentemente, nosso companheiro Padre João esteve conosco em Betim, onde relatou os fatos. O CONSEA, juntamente com o "Fome Zero", tem obtido grande avanço, sob o aspecto de construção da cidadania, que será a maior obra do Governo. Por mais que haja obras na área da saúde e da educação, a maior delas será a da construção da cidadania. Temos de estar todos juntos. Nossa bancada feminina teve realmente esse espírito coletivo e pudemos, juntas, defender os direitos da mulher.

Gostaria de me reportar a um outro assunto relativo ao Governo Estadual e à Secretaria da Educação. Estivemos recentemente na Secretaria da Educação, com quatro Deputados do PT e nove do PFL, para discutir a colocação de pessoas não habilitadas nas escolas públicas estaduais para lecionar e a demissão de professores habilitados. Nesse dia a própria Secretaria liberou uma instrução voltando atrás pelas decisões tomadas. Essa instrução foi positiva, e nós a elogiamos porque nossa instrução é positiva.

Não queremos o "quanto-pior-melhor", queremos contribuir com a educação do povo mineiro. Infelizmente, vários companheiros fizeram a denúncia de que a situação não foi resolvida totalmente. É preciso que isso seja resolvido definitivamente. Não é colocando pessoas sem habilitação que vamos contribuir para a economia de Minas. Se colocarmos essas pessoas, vamos ter uma educação de péssima qualidade. A educação não pode ser vista como gasto, e sim como investimento. Todos os países que saíram de crises investiram em educação. Temos o exemplo do Japão pós-guerra, que investiu 52% do PIB na educação. Falamos e falamos, mas ainda não acreditamos que a educação seja investimento em nosso Estado. Se investirmos na educação, teremos um País avançado, com a economia aquecida.

Ontem, obtive uma informação que me deixou muito preocupada: fui informada de que não haverá pagamento pela reposição das aulas que não foram dadas durante a paralisação, que os professores terão que repor essas aulas nas férias. Quero pedir o apoio dos colegas governistas que têm as suas bases na comunicação para que isso não aconteça, caso contrário haverá um prejuízo incalculável. É uma questão de compromisso. Se os alunos não terminarem a carga horária, não concluirão a série e não terão certificado. Que clima de relacionamento na escola propiciará uma educação de qualidade? Nunca vi isso em lugar nenhum, nem no momento de maior crise, quando fui Diretora de escola, no Governo Newton Cardoso. Ficávamos na escola de manhã, de tarde e de noite. As aulas sempre foram repostas.

Não acredito nem quero acreditar que isso seja verdade neste Estado. Como em outras vezes, tenho dito que eles são profissionais de carreira, profissionais com ampla experiência e nossos colegas de categoria. Não acredito que eles aceitem uma proposta desse tipo nem que realmente implantarão isso no Estado. Seria um caos completo, porque os alunos serão os maiores prejudicados. Gostaria, aliás, que a Secretaria da Educação nos desse uma resposta. Apresentarei, com o companheiro Weliton Prado e com toda a nossa bancada, na Comissão de Educação, um requerimento solicitando explicações sobre a questão do não-pagamento da reposição das aulas dos dias parados. Não se concebe isso, ou seja, a economia em cima do prejuízo do servidor público e, mais ainda, de milhares de jovens e crianças deste Estado. Isso não trará, de forma alguma, progresso nem melhoria a este Estado. Haverá grande prejuízo para os jovens, para os servidores e para as políticas públicas da educação.

Por isso, faço um apelo a esta Casa para que não só a Oposição, mas toda a Assembléia Legislativa some esforços. Se for preciso, voltaremos à Secretaria da Educação para solicitar que essa medida seja repensada. Se temos de economizar, que nos sentemos juntos e vejamos onde a economia será feita. Esta não pode ser feita, mais uma vez, naqueles que são os mais sacrificados.

Registro essas questões e também gostaria de dizer ao servidor público, aos detentores de função pública, aos Diretores de escola, aos profissionais e aos funcionários desta Casa que têm feito reivindicações que temos compromissos, estamos com vocês na derrubada dos vetos. É preciso que tenhamos também os votos dos governistas para os 39 votos necessários. Continuem firmes, mobilizados, porque vários Deputados governistas, nesta tribuna, manifestaram o seu compromisso para derrubar o veto. Então, contamos com eles. Houve um acordo com as categorias, com esses servidores para que fosse incluído no projeto o direito dos detentores de função pública e dos Diretores; não foi simplesmente questão de um voto da Oposição. Os acordos devem ser cumpridos, a não ser que haja motivo gravíssimo para se mudar a situação, e isso não existe. Mesmo assim, deveria haver uma renegociação. Principalmente acordos entre políticos devem ser cumpridos porque as pessoas devem ser respeitadas e devemos dar a nossa contribuição.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Muito obrigado pelo aparte, Deputada Maria Tereza Lara. Aproveito os poucos minutos que tenho, pois devo ir para a Comissão, para retornar à Proposta de Lei nº 15.577, da Deputada Maria José Hauelsen, que recebeu o veto do Governador. O projeto proíbe que aquelas pessoas que, por um motivo ou por outro, não conseguiram pagar as contas de água e de luz não tenham os seus nomes levados para o SPC, o SERASA ou qualquer dessas entidades que dificultam muito a vida do cidadão, uma vez que lhe é cortado todo o crédito. Realmente, está na hora de repensarmos esse veto, mas não de uma maneira ideológica ou partidária.

Quem deixa de pagar água e luz são pessoas que estão atravessando extrema dificuldade: ou pagam água e luz ou colocam comida em casa. Hoje, estamos com um desemprego violento, baixos salários, e as pessoas já estão penalizadas. É bom que quem estiver nos assistindo entenda que esses consumidores já foram penalizados ao terem água e luz cortadas. Hoje, é humanamente impossível viver sem água e sem luz.

Além de estar sem água e luz, ter o nome levado para o SPC e outras entidades que impedem o crédito da pessoa é algo que não pode acontecer, principalmente num momento em que o Governo Federal está abrindo o microcrédito. Imaginem o que farão essas pessoas que precisam de crédito, tais como um pequeno empresário ou um camelô, que querem se firmar para tratar de suas famílias, quando forem ao Banco e não puderem contrair um empréstimo porque não pagaram a luz e a água. Temos que repensar isso.

Quero que a base do Governo raciocine sobre isso de maneira responsável. Quando estamos buscando alternativas para superar a situação de desemprego e de dificuldade por que passa o povo brasileiro, justamente por meio do microcrédito a juros mais baixos, para que a pessoa possa criar uma maneira de sobreviver neste Brasil, o que está difícil, vem o Governo do Estado e veta um projeto desse alcance social.

E o mais grave, Presidente Rêmoló Aloise, é que a água e a luz têm taxa mínima, não são cobradas pelo consumo real. Imaginem, numa cidade do interior, uma pessoa humilde, uma família que passa dificuldades, que comprou seu barraco e tem que fechá-lo para procurar emprego em outras cidades maiores, como São Paulo e Rio de Janeiro, achando que lá as coisas serão melhores. Fecham suas casas e não consomem água nem luz, mas não pagam a taxa mínima e serão penalizados por algo que não usaram. Temos que repensar isso.

Líder Alberto Pinto Coelho, representante da Mesa, nosso Vice-Presidente Rêmoló Aloise e tantos outros, precisamos, mais do que nunca, fazer valer esse poder. Quando fomos eleitos, tenho certeza, ninguém disse que obedeceria ao Governador de maneira irrestrita. Se o Governador enviar propostas corretas para o Estado e para o povo mineiro, nós, do PT, votaremos a favor, sem nenhum constrangimento. Se fizer um veto sério, que melhore a vida do povo mineiro e as condições do Estado, com certeza votaremos a favor. Mas esse veto não. Temos que raciocinar e nos colocar na posição de legislador, de alguém que foi votado para promover o bem comum, e não podemos, de maneira nenhuma, aprovar esse veto, que, para mim, é uma trululência muito grande contra as pessoas que mais precisam de ações políticas que lhes dêem dignidade.

Deputada Maria Tereza Lara, agradeço o aparte. Termino minha fala chamando todos os Deputados desta Assembléia para derrubar esse veto,

o que significa votar a favor da dignidade dos mais humildes e mais pobres, dar condições a essas pessoas que estão numa situação difícil, que não conseguem pagar a água e a luz, de, pelo menos, terem acesso ao microcrédito, criado pelo Governo Lula para que tenham o mínimo de recursos para reconstruírem sua vida. Vamos votar contra esse veto e, daqui a pouco, discutiremos outros projetos e acabaremos com essa taxa mínima de água e luz. Temos de cobrar pelo consumo real. Se esse veto não for derrubado, corremos o risco de alguém ser penalizado sem sequer ter tido direito de usar água e luz. Parabéns, Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Agradeço ao Deputado Chico Simões o aparte.

Além das dificuldades encontradas para retirar seu nome do SPC ou do SERASA, têm de pagar a taxa de religação. Lula diz que pobre tem ojeriza de calote. Quem dá calote nos Bancos são os que têm recursos, pois os pobres tudo fazem para manter seus nomes limpos. É o orgulho do nome, passado de pai para filho, na certeza de que o nome é a única riqueza que possuem. E até isso o pobre pode perder por deixar de pagar luz e água, dada a impossibilidade de saldar esses compromissos. Além do desemprego, do subemprego, as taxas de luz e água tornam-se mais um peso para o trabalhador brasileiro.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Parabenizo V. Exa. por suas palavras. Estamos tentando fazer com que os projetos venham à votação, mas, para tanto, precisamos de quórum. Porém, a base do Governo parece interessada em manter os vetos do Governador e, portanto, seus Deputados não se fazem presentes nesta Casa, impedindo a votação. Precisamos de 39 votos contrários ao veto do Governador para derrubá-lo. Isso vale tanto para o projeto da Deputada Maria José Hauelsen quanto para os vetos opostos aos projetos que tratam do funcionalismo público, em especial do apostilamento para a função pública e para as Diretoras de escolas. Parabenizo-a por nos ajudar na tentativa de conscientizar a base do Governo a fazer um acordo que satisfaça tanto o público, que não deseja ter seu nome no SERASA, quanto o funcionário público, que não pode ficar prejudicado pelos vetos do Governador Aécio Neves, que, desde o início de seu Governo, com sua política de enxugamento da máquina pública, prejudica o serviço público, sucateando-o, assim como prejudica o servidor público.

Quanto ao projeto da Deputada Maria José Hauelsen, que diz respeito à energia elétrica, a que o Governador, insensivelmente, opõe seu veto, todos os jornais falam da tentativa de acordo entre o BNDES e a empresa multinacional AES, que fez um grande negócio no Governo passado, que foi a compra da ELETROPAULO com dinheiro público. Foi um processo de privatização em que o BNDES, que trabalha com fomento, dinheiro de impostos, dinheiro público, fez um acordo emprestando a uma empresa multinacional o dinheiro para que comprasse a ELETROPAULO.

O prejuízo para o BNDES decorrente desse empréstimo atualmente está na faixa de US\$1.200.000.000,00, pois a multinacional que recebeu o dinheiro - em dólares, resalto - para comprar a ELETROPAULO simplesmente vem "dando o cano", não paga o BNDES; o que gera portanto, prejuízo para o erário público.

Em Minas Gerais, fizeram acordo semelhante: a AES, a Southern e um consórcio de empresas multinacionais também receberam do BNDES cerca de US\$1.000.000.000,00 - e hoje estão com uma dívida de aproximadamente US\$700.000.000,00 - para entrar no sistema de privatização, mas também deram o calote no BNDES. Só aí são quase US\$2.000.000.000,00 de prejuízo para o BNDES. Enquanto isso, o Governo pune, com esse veto, aquele que não conseguiu pagar sua conta de água ou luz, negando-lhe a possibilidade de seu nome continuar limpo e não ir para o SERASA e o SPC. Realmente, o tratamento é completamente desigual.

Tenho para mim que quem fez esse tipo de acordo no passado deveria estar é na cadeia; e não com o nome no SERASA ou no SPC. Esses, que deram US\$2.000.000.000,00 de prejuízo para o Estado, deveriam estar na cadeia. Agora, o BNDES é obrigado a tentar algum acordo para que o prejuízo seja menor. Era necessário fazer o levantamento - e a CPI o fez - do processo de privatização em São Paulo e da venda de 1/3 das ações da CEMIG em Minas, durante o Governo Fernando Henrique, com prejuízo para o BNDES. Foram até levantados os nomes dos responsáveis. Portanto, era necessário que o Ministério Público tivesse o cuidado de examinar quem teve culpa no cartório para fazer um processo de privatização como esse: pegar dinheiro público e emprestar para uma multinacional comprar na privatização... Imagino o que não correu por fora nesse processo. Do que foi emprestado, há hoje mais de US\$2.000.000.000,00 em dívidas. Tenho para mim que os responsáveis por isso deveriam estar na cadeia, junto com Fernando Beira-Mar, porque é provável que tenham dado ao País mais prejuízo do que ele. E estão soltos. Garanto-lhes que seus nomes não estão nem no SERASA nem no SPC. Pelo contrário, devem estar ricos, com contas na Suíça, nas ilhas Bahamas, nas ilhas Cayman, onde fazem seu paraíso fiscal. Continuam soltos, ricos, felizes e com o nome limpo, mesmo com toda a sujeira que fizeram para o nosso País.

Esse é mais um motivo pelo qual não podemos concordar com o veto oposto ao projeto da Deputada Maria José Hauelsen. Parabenizo V. Exa. por abordar o assunto, mas não poderia deixar de fazer essa comparação. Agora o BNDES está tentando recuperar-se do prejuízo, tentando fazer um acordo para que o prejuízo seja menor. E ainda ouço alguns críticos partidários do Governo anterior dizendo que o acordo que está sendo feito agora pelo BNDES é ruim! O de agora é que é ruim!? A culpa é do BNDES de agora, que está buscando ter um prejuízo menor do que o que está tendo!? O acordo seria a montagem de uma empresa em que o BNDES teria 50% das ações, no valor de US\$600.000.000,00. Dos outros US\$600.000.000,00, US\$60.000.000,00 seriam pagos à vista; para os US\$540.000.000,00 restantes, a dívida seria alongada, para diminuir o prejuízo. Vejam que estou falando só da ELETROPAULO; da CEMIG falarei daqui a pouco. E há alguns analistas do Governo passado dizendo que o acordo é ruim! Ora, acordo ruim é o empréstimo que fizeram a essa multinacional para que ela se tornasse dona da ELETROPAULO, em uma negociata feita em processo de privatização que acabou em "apagão". Fico surpreso ao ver que ainda queiram comentar essa situação. Só falta o Senador Eduardo Azeredo entrar também nesse assunto. Aí realmente teremos de colocar os pingos nos "is" e instituir uma CPI, porque o que foi feito na CEMIG foi algo semelhante. Portanto, à época, foi feita uma negociata. Hoje, a Bancada do PT, o PCdoB e o Sindicato dos Eletricistas apresentamos uma representação em que solicitamos ao Ministério Público Federal, à Procuradoria da República, que dêem entrada a uma ação popular para impedir que os dividendos da CEMIG passem às mãos dessa empresa que tem sede nas Ilhas Cayman - a Southern - e de outras do consórcio, que vêm lucrando com isso. Tomara que sejamos vitoriosos. Estou confiante em que o Ministério Público Federal dará entrada a essa ação.

Assim, os dividendos serão recolhidos numa conta, em juízo, para a remessa ao BNDES, diminuindo a margem de déficit decorrente de negociata feita num texto das ações da CEMIG que, nessa ocasião - justiça seja feita - o Governador Itamar Franco conseguiu barrar, por meio de ação judicial, que não permitiu aos sócios minoritários terem o comando das ações da CEMIG, como tinham no contrato feito pelo ex-Governador Eduardo Azeredo.

A diferença de tratamento é enorme. Os que se enriqueceram num processo fraudulento continuam com as contas nas ilhas Cayman, em paraísos fiscais, e não têm seus nomes no SPC nem na SERASA. Mas os pobres, que não têm condições de pagar conta de água e luz, com o veto do Governador Aécio Neves, ficam sob o risco de terem seus nomes nessas entidades.

Gostaria que o Governador Aécio Neves tivesse o mesmo rigor com os que fizeram a negociata na época do Governo Fernando Henrique, Governo esse que sempre apoiou, como também apoiou o do Sr. Eduardo Azeredo. Que ele tenha o mesmo rigor de apurar os responsáveis pela negociata que trouxe prejuízo ao BNDES. O BNDES está tentando recuperar o prejuízo. Essa é a realidade.

Deputada Jô Moraes, nós, da bancada, que defendemos a idéia do socialismo e do Estado social, colocamos uma cláusula dizendo que, se a (...) vier, no futuro, a "dar novamente o cano", todas as ações serão reintegradas no BNDES, e novamente teremos uma empresa estatal. Não que estivesse em nosso programa reestatizar o sistema elétrico, mas, pelo fato de o sistema de privatização ter sido tão fraudulento e prejudicial ao

Estado brasileiro, vimos-nos na obrigação de colocar cláusula de reestatização do setor energético. Mesmo assim, os tucanos motivaram críticas ao Banco acusado de reestatizar energia e, agora, culpam o Governo Lula de também querer reestatizá-la.

O processo de privatização demonstrou todo o estilo de falcatura que comandou o Brasil. Felizmente, estamos livres disso. Agora existe um Governo preocupado em transformar o Brasil em uma nação, com postura digna de discussão, inclusive, independente do capital financeiro do imperialismo norte-americano, e que discutirá, de igual para igual, na Organização Mundial do Comércio, liderando os países em desenvolvimento para que não sucumbam aos mais ricos. Enfim, com postura internacional de independência, para que haja dignidade e melhor distribuição de renda.

Não podemos esquecer a privatização por via de falcatura feita no passado. Quem fez isso deveria estar pagando não com o nome no SERASA ou no SPC, mas ao lado do Fernandinho Beira-Mar, numa prisão de segurança máxima, para que não repetisse o ato, prejudicando o povo brasileiro.

A Deputada Maria Tereza Lara - Cumprimento o nosso Líder, Deputado Rogério Correia, pela propriedade da fala. Felizmente, como disse V. Exa., passamos do período das privatizações, do grande entreguismo das riquezas brasileiras ao estrangeiro, às multinacionais, de maneira, muitas vezes, fraudulentas. São fatos que, felizmente, estão no passado, e esperamos que nunca mais ocorram.

Quero cumprimentar a nossa companheira Maria José Haueisen por esse projeto que está priorizando a maioria da população do nosso Estado, que está realmente excluída. Uma família sem condições de pagar água e luz de fato está excluída dos bens necessários à sua sobrevivência e a uma melhor qualidade de vida.

Essa bandeira não tem de ser só nossa, mas de toda a Casa. Concebe-se um microcrédito e a possibilidade de que as pessoas possam contrair empréstimo até para pagar as suas contas, se necessário, mas fecham-se-lhes as portas e inviabiliza-se tudo isso. O que a sociedade mineira ganhará com isso? O cidadão fica sem luz e água, a família sem condições de ter o mínimo para sobrevivência. Hoje não se aceita mais que uma família não tenha luz e água em casa, que é o básico para a sua qualidade de vida, para o estudo e trabalho dos filhos. E isso é impedido, em vez de ser facilitado com a existência de qualquer recurso ou com uma ajuda até para o problema do desemprego e para que saiam dessa situação. Desculpem a expressão, mas estamos afundando mais essas famílias, que já estão impedidas de ter o mínimo de seus direitos.

Não se entende uma coisa dessa. A única explicação para isso é a avaliação da equipe do Governo de que, se é um projeto de Deputado da Oposição, não pode ser aprovado. Acho que é a única explicação que pode ser dada para um veto a um projeto como esse, não há outra razão plausível.

Vários Deputados governistas são sensíveis à questão social, e espero que ajudem o Governo a refletir e a mudar esse quadro, até mesmo com o próprio voto a favor da derrubada desse veto, para fazermos justiça ao povo mineiro, sobretudo às donas de casa, que são as que mais sofrem sem luz e água dentro de casa. É difícil para uma mãe ver que o filho não pode fazer a sua higiene e se alimentar para ir à escola. Como vamos garantir educação de qualidade para todos se as crianças não têm luz nem água em casa? Como terão condições de estudar, de tomar um banho para ir à escola?

Uma situação dessa é inconcebível. Acho que faltou um estudo profundo do tema para se ter coragem de vetar um projeto como esse.

O Deputado Padre João (em aparte) - Agradeço e parabeno V. Exa. pela clareza de argumentação para sensibilizar os nossos colegas a derrubarem esse veto. Parabeno também a Deputada Maria José Haueisen pela sensibilidade e sintonia com o Governo Federal, que vem buscando resgatar a dignidade da pessoa humana e ajudá-la a superar todo tipo de humilhação, ao implantar programas com o intuito de promover o ser humano. Por exemplo, a superação da humilhação da cesta básica com a implantação do cartão que permite que o cidadão entre num supermercado e faça ali a sua compra, escolha os itens necessários ao seu consumo e a uma vida digna. Assim também acontece com o microcrédito, já lançado aqui.

Ficamos surpresos ao ver o veto total a essa proposição de lei e somos levados a repensar até a existência tanto da COPASA quanto da CEMIG. A serviço de quem estão no nosso Estado? Sou testemunha da ação da CEMIG quando forma consórcio com a Vale do Rio Doce, em Aimorés e Resplendor, para a construção de hidrelétricas, e constrói casas sociais de 26m².

Ou seja, é como se estivesse extorquindo o pobre. Mas para enriquecer quem? Não sei se seria para depois financiar campanha de políticos.

Surpreende-me também a posição da COPASA. Em alguns municípios, se o cidadão consumiu R\$60,00 de água, ela cobra mais R\$60,00 de taxa de esgoto, ou seja 100%. E o esgoto não é tratado. Até hoje não compreendo os critérios da COPASA. Por que esse valor altíssimo, quando em outros municípios cobra 60%, 70%? Isso nos leva a repensar e aprofundar outras questões. Além da humilhação que sofre a pessoa, a família, ficando sem o serviço de água, de telefone, de energia elétrica - há lugares em que a humilhação é maior porque retiram o hidrômetro, o relógio -, ainda têm o crédito cancelado no comércio.

Parabeno a grande companheira Deputada Maria José Haueisen. Apelo a todos os companheiros para que derrubem esse veto. Aí, mostraremos que esta Casa está, de fato, a serviço dos menos favorecidos. Obrigado pelo aparte, Deputada Maria Tereza Lara.

Questão de Ordem

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, solicito o encerramento, de plano, da reunião, pois temos de participar de algumas comissões, como a de Direitos Humanos e a de Educação, e não há quórum para a votação desses vetos.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.577; discurso do Deputado Rogério Correia - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.577, que veda a inscrição do nome de consumidor de serviço público em cadastro de restrição ao crédito. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, conforme anunciado, estamos nos esforçando para buscar a apreciação dos cinco vetos que estão bloqueando a pauta, porque já estão na faixa constitucional. Para fazer a votação, defendemos um acordo com o Governo em torno dos vetos. Nós, do PT e do PCdoB, não concordamos com os vetos feitos pelo Governador Aécio Neves aos diversos projetos votados nesta Casa no semestre passado, em especial aqueles vetos oriundos dos projetos da reforma administrativa, que no nosso entender dizem respeito a acordos firmados com o funcionalismo público, notadamente a questão do apostilamento dos detentores de função pública, que correm o risco de perder até 1/3 de seu salário.

Infelizmente, houve um veto do Governador Aécio Neves em torno desse item da reforma administrativa, o que tem nos feito discutir seguidamente, visando a um acordo com a base do Governo, que votou favoravelmente à solicitação dos detentores de função pública, que são milhares, de toda a parte do Estado, e de diversos órgãos. No nosso entender, o Governo opôs o veto sem uma justificativa plausível. Estamos buscando um acordo para ver se o Governo volta atrás e se a base do Governo derruba esse veto conosco, já que ela própria fez questão de aprovar o projeto. Na época, recebeu muitos aplausos dos detentores de função pública, que lotaram a galeria, escutaram os discursos dos líderes partidários da Oposição e da Situação, aplaudiram-nos, mas agora não estamos vendo nenhuma sinalização real de que vá derrubar esse veto.

Gostaria de fazer uma comunicação aos funcionários públicos que nos assistem pela TV Assembléia e que acompanham a votação desde o instante em que esse veto chegou à Casa, desde que iniciamos a discussão na tribuna.

Acordamos, com o Presidente da Assembléia e com a Liderança de Governo, fazer a votação dos vetos referentes às questões da reforma administrativa, em especial dos detentores de função pública e dos Diretores de escolas, na quarta-feira, à tarde. Dessa forma, embora seja secreta, os funcionários poderão acompanhar e convencer os Deputados a aprovarem os vetos.

Amanhã, provavelmente na parte da manhã, serão completadas seis reuniões consecutivas em que os vetos estão na pauta. Após a 6ª reunião, o veto automaticamente entra em votação, tornando-se menor a possibilidade de obstrução. Poderemos votar outros vetos antes.

Peço atenção especial ao Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, para o projeto de lei da Deputada Maria José Hauelsen, que visa não permitir que aqueles que não pagam as contas de água e de luz tenham seu nome remetido ao SERASA ou ao SPC. O projeto é justo.

O corte de água e luz não deveria ocorrer. Porém, o Governo, a CEMIG e a COPASA o fazem. Cortar já é errado, remeter os nomes ao SERASA e ao SPC é, no mínimo, maldade. A pessoa que possui essas contas cortadas e ainda tem o nome no SERASA e no SPC recebe punição em dobro.

Nunca é demais frisar a diferença de tratamento dado ao pobre que não consegue quitar as contas de água e luz e o oferecido àqueles que deram "megacalote" no processo de privatização do setor energético brasileiro.

As empresas multinacionais, como a Southem, AES e outras tiveram tratamento "vip" para conseguirem a privatização do sistema energético brasileiro. Só para a privatização da ELETROPAULO, foram quase US\$2.000.000.000,00 para a compra da CEMIG, podendo ser sócios, com

direito a veto e assento na diretoria, apesar de terem apenas 1/3 das ações. Foram US\$1.200.000,00, sendo US\$600.000.000 ou mais financiados pelo BNDES. Essas multinacionais pegaram emprestado dinheiro do BNDES para participar do processo de privatização. Além disso, não pagaram e fizeram "megacalote" na transação proporcionada pelo Governo Fernando Henrique, que, agora, vem à tona.

O processo de privatização do setor energético brasileiro foi completamente equivocados. Sem falar do apagão, fruto da falta de investimentos da política neoliberal, em que o Estado se absteve de investir em áreas estratégicas, e o setor privado, sempre querendo grandes lucros, provocou calote no dinheiro público. E os responsáveis por isso recebem tratamento "vip". Deveriam estar na cadeia. Mas não houve ação. O nome deles não está inscrito no cadastro do SERASA. Continuam aplicando seus dinheiros nas Ilhas Cayman, nas Bahamas ou em outros paraísos fiscais.

Essa denúncia deve ser feita para que analisemos o sentido de conceder privilégio aos poderosos. O Governador Aécio Neves faz vista grossa a esse processo. Na época, acompanhou de perto as negociações, como Deputado influente, apoiador confesso do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e Presidente da Câmara dos Deputados. Permitiu que o dinheiro brasileiro entrasse nessa negociata. E agora, veta um projeto como esse da Deputada Maria José Haueisen, que prevê que o pobre coitado em dificuldade para pagar sua conta de luz não tenha seu nome inscrito no SERASA ou SPC. Tratamentos, portanto, completamente contraditórios.

Hoje, o BNDES vê-se obrigado a fazer um acordo para tentar evitar que o prejuízo decorrente do processo de privatização do sistema energético brasileiro continue. Ai, partidários do Governo Fernando Henrique fazem críticas à instituição, dizendo que o Banco está estatizando o setor elétrico novamente. Ora, o processo de retomada das ações acontece porque houve calote no dinheiro público. Fico encabulado ao ver que os que propiciaram essa transação têm a coragem de fazer críticas como essa. Na verdade, a retomada das ações significa autodefesa do Estado quanto ao dinheiro público.

Sr. Presidente, colegas Deputados, isso é algo que nos deixa abismados. Felizmente, o Governo Fernando Henrique Cardoso foi varrido do mapa eleitoral brasileiro. Se Deus e o povo quiserem, não volta tão cedo, para que o processo de entrega do Brasil ao capital especulativo e financeiro, ao imperialismo norte-americano, não se perpetue. Felizmente, hoje o Brasil tem Governo para colocar as coisas em ordem, retomar a discussão da soberania nacional e promover o desenvolvimento, colocando o País nos trilhos do crescimento econômico.

Mais uma vez, denunciamos esse processo podre de negociação. Estamos reiterando pedido ao Ministério Público Federal para que, no caso de Minas, os lucros e dividendos da CEMIG não sejam repartidos com os sócios minoritários da Southern e da AES.

Que não continuem recebendo dinheiro do lucro da CEMIG, já que devem uma fortuna ao BNDES. Como se trata de dinheiro do povo, os dividendos deveriam ser diretamente destinados ao BNDES. Não podem, portanto, parar nas Ilhas Cayman, para enriquecer capitalistas internacionais, especuladores, que se locupletaram do dinheiro brasileiro no processo podre de privatização. Impressionante o fato de o Governador Aécio Neves ter a coragem de vetar projeto tão simples como o da Deputada Maria José Haueisen e não abrir a boca sobre o processo de podridão da privatização, ao qual assistiu e apoiou durante o Governo do Fernando Henrique.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Ao ouvi-lo tratando do projeto da Deputada Maria José Haueisen, vetado injustamente, veio-me à mente a defesa dos segmentos populares e das pessoas carentes. Com muita tristeza, registro a perda do representante e defensor do segmento, Vereador Marco Antônio Menezes, cujo sepultamento se dará amanhã de manhã.

O veto, inexplicável, não corresponde aos interesses da população. Não se trata de não cortar, de isentar de multa, mas de não cortar o que a pessoa tem de mais importante: dignidade e cidadania. Trata-se de não passar por situações vexatórias, em razão do remédio da criança, da comida e de alguns reais, muitas vezes solicitados a nós, Deputados, para completar o valor da conta de luz ou de água. A água é sagrada. Será justo não terem água tratada? Infelizmente, essas pessoas serão penalizadas. E as grandes empresas transnacionais, que prometem mundos e fundos, empregos à revelia, produtos de qualidade, que levam bilhões, terrenos e ICMS por intermédio de renúncia fiscal? O pacote de vetos prejudica o servidor, a Diretora de escola, o detentor de função pública, o humilde que não teve condição de pagar a conta de água e de luz.

Estávamos em Brasília, no evento dos municípios. Os Prefeitos, justamente, reivindicam mais verbas.

Por que o Estado não corta um pouco dessas renúncias fiscais indevidas para beneficiar os municípios mineiros?

Imagina esse município longínquo que assiste hoje à TV Assembléia, aquele Prefeito que assiste à TV Assembléia e quer recurso para um grupo de geração de renda, para uma política agrícola, uma pequena barragem, um pequeno açude ou, às vezes, para equipar um posto de saúde.

Infelizmente o dinheiro vai para as grandes empresas transnacionais. Nem sequer temos o direito de ter esse acompanhamento.

Concordo com V. Exa. Hoje, o encontro em Brasília foi muito importante. Gostaria que os municípios, em Minas, discutissem essas renúncias. Às vezes os municípios entram na guerra fiscal, espremidos, porque há chantagem das grandes empresas transnacionais que querem sugar tudo. Sugar o terreno do município, o IPTU do município. Como disse o Deputado Alberto Bejani, até vaga em escola pública ou privada, quando a escola privada é de alta qualidade, tem de ser paga para filhos de executivos das grandes empresas. Formam executivos para irem para outros países.

Deputado Rogério Correia, quero parabenizá-lo mais uma vez. Tenho certeza de que não há governo, não há pressão, não há nenhum tipo de negociação nesta Casa que impeça que os Deputados votem a favor de o cidadão ter o livre exercício de cidadania nos seus contratos. Seria injusto àquele cidadão que deixou de pagar uma conta de água de R\$3,00, R\$5,00. Por causa disso ele é inscrito no SERASA e é prejudicado, deixando até de conseguir um emprego.

Registro, Deputado Dalmo, a importante atuação da Assembléia de Minas em dois eventos importantes hoje, em Brasília. Os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Adalclever e José Henrique representaram bem esta Casa no movimento dos Prefeitos por uma política tributária justa, que não é apenas a reforma do Governo Lula. Precisamos rever a política tributária do Estado e as renúncias fiscais indevidas.

Os Deputados Gustavo Valadares e Deputado Mauro Lobo representaram a Assembléia Legislativa num evento coordenado pela Comissão de Legislação Participativa do Congresso, do Senado e da Câmara, para facultar aos eleitores, aos cidadãos e às cidadãs um contato mais próximo com a Assembléia, como fizeram os eleitores pobres, os eleitores que inspiraram esse projeto de lei da Deputada Maria José Haueisen, que terá sua validade conferida pela Assembléia, por meio da derrubada unânime desse veto injusto pelo conjunto dos Deputados desta Casa.

Parabéns, Deputado Rogério Correia! Tenho a certeza de que todos os Deputados votarão com o povo mineiro nessa causa que é justa, uma causa de cidadania.

O Deputado Rogério Correia - Como o Deputado André Quintão anunciou, gostaria de prestar minha homenagem à família do Vereador Marco Antônio Menezes, cujo corpo está sendo velado na Câmara Municipal.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Com certeza. Antes, dou minhas condolências à família do colega Marco Antônio Menezes. Quando entrei na Câmara Municipal em 1988, tive oportunidade de ser Vereador ao seu lado. Apesar da doideira e da criatividade do Marco Antônio, tivemos uma boa convivência. Mesmo sendo cruzeirense, sempre realizou um bom trabalho e trouxe esperança de dias melhores para a Câmara Municipal. Tenho várias recordações de sua residência e de outras oportunidades, ao lado da Sra. Helena, sua esposa. Deixamos nosso pesar por seu falecimento. Gostaria que o voto de pesar constasse em ata e acredito que deva ser assinado por todos os Deputados, principalmente aqueles ligados a Belo Horizonte, que tiveram uma convivência alegre com o Vereador Marco Antônio Menezes.

O PT está obstruindo o veto, e a Situação também o fará. Todos os Líderes de partidos que integram a base de Governo estão debatendo. Não é só o PT que faz obstrução para tentar ampliar o prazo para a derrubada do veto. Desde o início da legislatura, acompanhamos as votações, mesmo as do PT. Estou aqui pela minha amizade com o Governador Aécio Neves, que me deixou para ajudá-lo. Entretanto, Deputado Rogério Correia, não dei nenhum voto diferente do seu em toda a reforma.

O voto do Deputado Alencar da Silveira Jr. é o voto do Governador Aécio Neves - e tem de ser, pois sou grato. Mas, até então, acompanhei os votos de V. Exa. nos últimos seis meses. Não acompanhei a liderança do Governo, mas a sua. É uma pena que seu partido não tenha acompanhado o PDT na votação da taxa dos aposentados. Entendemos que é difícil contrariar o Governo na condição de base de apoio. O PDT votou contra as reformas e favorável aos aposentados; logo, contra o voto do PT, pois seguimos o Presidente Leonel Brizola. Tenho certeza de que chegaremos a um denominador comum. Meu voto depende da posição do Governador, porque entendo que ele busca o melhor para Minas, como Lula faz pelo Brasil. Temos de esquecer os problemas políticos e deixar de falar como antigamente, V.Exa. lembra bem.

Coisa bonita era de autoria do PT, e coisa feia era de autoria de outros partidos. Hoje, todos sabemos que dirigir um país como o nosso é difícil, independente das mazelas deixadas pelo Governador Itamar Franco, em nível estadual, ou pelo Presidente Fernando Henrique, em nível federal. Lula está tentando fazer. Se houvesse uma vara de condão, estava tudo resolvido, mas não há. Teremos dificuldades com os projetos desta Casa e com os do Governo Federal, mas nada melhor que ser governo, sentir governo e votar com o governo, como temos acompanhado na Câmara Federal.

O PT não poderia ter escolhido melhor seu Líder, pela sua experiência, sabedoria e trânsito em todos os partidos, sendo uma pessoa séria e respeitada. O PT, a Oposição ao Governo Estadual e a Situação do Governo Federal, tem, dentro desta Casa, um Líder que saiu das bases. A escola que tivemos - a Câmara de Vereadores - deveria ser a escola de todos os homens públicos. V. Exa. está de parabéns! Pode ter certeza de que vai continuar conversando, negociando e mostrando seus argumentos para todos os Líderes de Governo, para toda a base de Governo e seus liderados. Parabéns pela sua conduta e sua moral! Sou suspeito, porque gosto e sou amigo de V. Exa. Afinal de contas, começamos juntos. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Alencar da Silveira. Tenho certeza de que a presença de V. Exa. nesta Assembléia evidentemente é por merecimento. O Governador Aécio Neves sabia que a presença de V. Exa. aqui seria merecida. V. Exa. se encontra na Assembléia Legislativa exatamente por esse merecimento e reconhecimento dos eleitores. O Governador Aécio Neves certamente não cobrará de V. Exa. nenhum voto que não seja de livre arbítrio. Por isso mesmo, não imporá a condição de suplência para que V. Exa. tivesse de dar voto forçado. Temos certeza disso. Esperamos continuar o processo de diálogo e - quem sabe? - conseguir que o Governo reveja os vetos que deu aos projetos mais importantes que temos discutido. Tomara que possamos votar em conjunto.

Sr. Presidente, parece que a base de Governo ainda não se convenceu e, por não ter nenhuma sinalização do Governo sobre como agir diante dos vetos, não sabe como proceder. Tirando V. Exa., Deputado Alencar da Silveira, está aqui apenas a Bancada do PT e a do PCDoB.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, como infelizmente ainda não temos 39 votos nesta Casa, peço a V. Exa. que encerre a reunião, de plano, por não haver mais quórum para a continuação da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 11, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 74ª reunião ordinária, EM 16/9/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.577, que veda a inscrição do nome de consumidor de serviço público em cadastro de restrição ao crédito. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.579, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2004 e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto incidente sobre a alínea "c" do inciso XII do art. 9º, sobre o parágrafo único do art. 12, sobre o inciso I e § 3º do art. 23 e sobre o art. 47.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.580, que autoriza o Poder Executivo a renegociar o pagamento de despesa empenhada e reconhecida pelo Tesouro Estadual, relativa aos exercícios de 2002 e anteriores, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao § 4º do art. 2º.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.582, que dispõe sobre as despesas do IPSEMG com os prestadores de serviços de assistência à saúde e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto incidente sobre o parágrafo único do art. 3º.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.585, que revoga o art 22 da Lei nº 5.945, de 11/7/72; o art 10 da Lei nº 6.565, de 17/4/75; o art 12 da Lei nº 8.019, de 23/7/81; a Lei Delegada nº 35, de 28/8/85; a Lei nº 9.532, de 30/12/87; o art. 5º da Lei nº 10.945, de 27/11/92; a Lei nº 13.434, de 30/12/99; e a Lei nº 13.533, de 11/5/2000, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos §§ 6º e 8º do art. 1º e aos arts. 3º e 4º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.592, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário, altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, a Lei nº 13.470, de 17/1/2000, e a Lei nº 14.062, de 20/11/2001, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos incisos I, II e III e §§ 1º e 2º do art. 218 da Lei nº 6.763, de 1975, com redação dada pelo art. 29 da proposição, e pela rejeição do veto ao § 4º do art. 12.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 94/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que cria assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção temporária ou permanente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 101/2003, do Deputado Durval Ângelo, que torna obrigatória a afixação em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos afins de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias das porções dos alimentos comercializados e de tabela explicativa sobre a quantidade ideal de calorias que deve ser ingerida diariamente pelos indivíduos, de acordo com o sexo e a idade. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 631/2003, do Deputado Mauri Torres, que altera dispositivo da Lei nº 14.134, de 28/12/2001, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bela Vista de Minas o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 14ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 10 horas do dia 16/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 16/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 8/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 429/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 680/2003, do

Deputado Leonardo Moreira; Projeto de Lei Complementar nº 21/2003, da Procuradoria-Geral de Justiça; Projeto de Resolução nº 684/2003, do Deputado Chico Simões.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 739/2003, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.128/2003, da Comissão de Direitos Humanos; 1.253/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 1.286/2003, do Deputado Antônio Andrade; 1.295/2003, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 16/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.294/2003, da Comissão de Direitos Humanos, e 1.332, 1.333 e 1.334/2003, do Deputado Leonardo Quintão.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 14h30min do dia 16/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 411/2003, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.261, 1.276, 1.324, 1.325, 1.326, 1.329 e 1.330/2003, do Deputado Doutor Viana; 1.288/2003, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 16/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.263/2003, do Deputado Gil Pereira; 1.265, 1.267 e 1.268/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.275/2003, do Deputado Doutor Viana; 1.287/2003, do Deputado Domingos Sávio; 1.300/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.302/2003, da Deputada Ana Maria Resende; 1.316/2003, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial da UEMG, a realizar-se às 15 horas do dia 16/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 17/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.301/2003, dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, André Quintão, Biel Rocha, Cecília Ferramenta, Chico Simões, Durval Ângelo, Laudelino Augusto, Maria José Hauelsen, Maria Tereza Lara, Marília Campos, Padre João, Ricardo Duarte, Rogério Correia e Weliton Prado; 1.303/2003, da Deputada Ana Maria Resende; 1.323/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: debater, a pedido do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a importância dos circuitos turísticos no desenvolvimento do turismo em nosso Estado e apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 18/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a aplicação da Emenda à Constituição Federal nº 29, de 13/9/2000, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, a requerimento do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 10 horas do dia 18/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.248/2003, da Deputada Vanessa Lucas; 1.257 e 1.258/2003, do Deputado Gilberto Abramo; 1.285/2003, do Deputado Antônio Andrade; 1.290 a 1.292/2003, do Deputado Weliton Prado; 1.304 e 1.305/2003, da Deputada Ana Maria Resende; e 1.312/2003, do Deputado Elmiro Nascimento.

Finalidade: apreciar a matéria constante da pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 16/9/2003, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 15.577, que veda a inscrição do nome de consumidor de serviço público em cadastro de restrição ao crédito; 15.579, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2004 e dá outras providências; 15.580, que autoriza o Poder Executivo a renegociar o pagamento de despesa empenhada e reconhecida pelo Tesouro Estadual, relativa aos exercícios de 2002 e anteriores, e dá outras providências; 15.582, que dispõe sobre as despesas do IPSEMG com os prestadores de serviços de assistência à saúde e dá outras providências; 15.585, que revoga o art 22 da Lei nº 5.945, de 11/7/72; o art 10 da Lei nº 6.565, de 17/4/75; o art 12 da Lei nº 8.019, de 23/7/81; a Lei Delegada nº 35, de 28/8/85; a Lei nº 9.532, de 30/12/87; o art. 5º da Lei nº 10.945, de 27/11/92; a Lei nº 13.434, de 30/12/99; e a Lei nº 13.533, de 11/5/2000, e dá outras providências; e 15.592, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário, altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, a Lei nº 13.470, de 17/1/2000, e a Lei nº 14.062, de 20/11/2001, e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 94/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que cria assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção temporária ou permanente; 101/2003, do Deputado Durval Ângelo, que torna obrigatória a afixação em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos afins de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias das porções dos alimentos comercializados e de tabela explicativa sobre a quantidade ideal de calorias que deve ser ingerida diariamente pelos indivíduos, de acordo com o sexo e a idade; e 631/2003, do Deputado Mauri Torres, que altera dispositivo da Lei nº 14.134, de 28/12/2001, que autoriza o Poder

Executivo a doar ao Município de Bela Vista de Minas o imóvel que menciona; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 15 de setembro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Durval Ângelo, Ermano Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Leonídio Bouças, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/9/2003, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 36/2003, o Projeto de Resolução nº 861/2003 e os Projetos de Lei nºs 50, 590, 647, 78, 81, 97, 378, 467, 473, 633, 627, 755, 771, 778, 790, 801, 809, 835, 840, 847, 849, 852, 853, 862, 873, 889, 907 e 928/2003.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Carlos Pimenta, Célio Moreira e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/9/2003, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar os Projetos de Lei nºs 174/2003, no 2º turno e o Projeto de Lei nº 621/2003, no 1º turno e os Requerimentos nºs 1.262, 1.264, 1.289 e 1.328/2003.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2003.

Ricardo Duarte, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 689/2003

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Fábio Avelar, o Projeto de Lei nº 689/2003 dispõe sobre a política estadual de incentivo à pesquisa, à preparação e à utilização de produtos fitoterápicos.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 10/5/2003, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão para receber parecer sobre a sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a política estadual de estímulo à pesquisa, à preparação e à utilização de produtos fitoterápicos, com o objetivo de facultar ao Sistema Único de Saúde - SUS - o uso desse tipo de medicamento no tratamento de enfermidades.

A matéria se insere no domínio de competência legislativa estadual, conforme o disposto no art. 24, incisos V e XII, da Constituição da República, segundo os quais compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo e sobre previdência social, proteção e defesa da saúde, sendo comum entre as três esferas de governo a competência material sobre assuntos de saúde. Também compete ao Estado legislar sobre matéria que não lhe seja vedada, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 25 da Carta Federal.

No que concerne à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, nada há que impeça esta Casa de fazê-lo, porquanto inexistente norma constitucional instituidora de reserva de iniciativa em relação à matéria objeto da proposição.

Na divisão de tarefas estatais, característica do estado democrático de direito, cabe ao Poder Executivo a função típica de praticar os atos da administração pública. Tais atos, contudo, pautam-se por normas de direito público que estabelecem alguns parâmetros, seja de natureza principiológica, seja de natureza programática, ou de ambas, cuja observância é obrigatória na condução das políticas públicas qualquer que seja o governo vigente.

No caso em análise, a proposição institui parâmetros para uma política de estímulo à pesquisa, à preparação e à utilização de produtos fitoterápicos, sem, contudo, estabelecer um programa concreto de ação administrativa, este sim de competência exclusiva do Poder Executivo. O projeto em tela opera, pois, no plano da abstração e da generalidade, e não vai a ponto de minudenciar a ação do Poder Executivo e de contrariar o princípio constitucional da separação dos Poderes.

No entanto, cumpre salientar que já existe norma versando sobre o assunto. Trata-se da Lei nº 12.687, de 1º/1/97, que "dispõe sobre a política estadual de incentivo à pesquisa e à preparação de produtos fitoterápicos". A mencionada norma pouco difere do projeto em tela, que

determina a sua revogação no art. 11.

Dessa maneira, julgamos necessária a apresentação do Substitutivo nº 1, para que sejam aprovados somente os dispositivos novos, não contemplados na norma existente.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 689/2003 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 12.687, de 1º de janeiro de 1997, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à pesquisa e à preparação de produtos fitoterápicos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Acrescente-se ao art. 3º da Lei nº 12.687, de 1º de janeiro de 1997, os seguintes incisos IX, X, XI e XII:

"Art 3º -

IX - orientar o processamento das plantas até a sua transformação em medicamento, com metodologia que garanta a qualidade do produto;

X - promover a utilização de plantas medicinais, assim reconhecidas pela comunidade científica, nos programas de atenção básica à saúde:

XI - propiciar o desenvolvimento da assistência farmacêutica, com a colaboração de médicos e agrônomos.

XII - suprir as necessidades de cuidados básicos com saúde das famílias de baixa renda."

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente - Ermano Batista, relator - Marília Campos - Leonídio Bouças - Sebastião Navarro Vieira - Leonardo Moreira.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 15/9/2003, a seguinte correspondência:

Ofício nº 3/2003, do Sr. Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador-Geral de Justiça, solicitando sejam implementadas as providências necessárias para instauração de devido procedimento, visando à perda do mandato do Deputado Irani Barbosa, nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição do Estado.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

71ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 9/9/2003

O Deputado Doutor Ronaldo - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, funcionários da Casa, senhoras e senhores, desde o início de agosto, quando a sede do MG Transplantes foi transferida para o Hospital João XXIII, já foram realizadas nove doações múltiplas de órgãos. Foram 14 transplantes no Estado, só no mês de agosto, com doações em Belo Horizonte e em outros municípios mineiros. Esses números refletem os primeiros resultados de uma campanha para estimular as doações de órgãos e tecidos, iniciada no mês passado. O objetivo é conscientizar as famílias a respeito da importância da doação, pois ainda há uma certa resistência em autorizar a retirada dos órgãos do parente, quando constatada a morte encefálica. Essa campanha, lançada em boa hora, já está sendo veiculada na televisão e chegará, ainda esta semana, aos jornais e emissoras de rádio.

Como afirma o Presidente Carlos Mosconi, da FHEMIG, "a população mineira é muito solidária, só falta motivá-la corretamente". É intenção da Secretaria de Estado da Saúde estender essa campanha às escolas estaduais, em que os profissionais do MG Transplantes farão palestras e distribuirão material educativo a respeito dos transplantes.

Quanto mais a comunidade estiver sensibilizada para a necessidade da doação de órgãos e tecidos, maior será a possibilidade de transplantes, beneficiando pacientes que aguardam em filas de espera e dando-lhes a esperança de uma vida normal. Hoje, as filas de espera registram um número elevado de pacientes, em torno de 5 mil no Estado, com previsão de que sejam atendidos em dois anos.

Felizmente, com a atual campanha, esse prognóstico poderá mudar: em menos de 30 dias, foram transplantados 158 órgãos, beneficiando 70 pessoas. Foram 99 córneas, 23 rins retirados "post-mortem", 14 rins transplantados intervivos, 13 medulas, 4 rins e pâncreas conjugados, 3

pâncreas, 2 corações, 1 pulmão, 1 rim e fígado conjugados.

Cumpra ressaltar a significativa margem de sucesso dos transplantes. A paciente que recebeu um pulmão, há poucos dias, já deixou o CTI e se recupera muito bem. As captações de órgãos vêm sendo feitas em todo o Estado. Dessas 14 doações múltiplas, 6 captações foram feitas em Belo Horizonte, 2 em Uberlândia, 2 em Governador Valadares, 1 em Montes Claros, 1 em Juiz de Fora, 1 em Ipatinga e 1 em Betim.

A Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos - MG Transplantes - foi criada em 1989, por resolução da Secretaria de Estado da Saúde e estruturada a partir do início da década de 90, criando as regionais e mantendo permanente colaboração com o Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde. Hoje, são seis regionais que atuam não só na captação de potenciais doadores, mas também na busca ativa, ou seja, as equipes procuram os hospitais, em que são maiores as possibilidades de existência desses doadores.

O Brasil é o segundo maior país transplantador do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Apesar disso, apresenta baixo índice de doação de órgãos: 4 doadores por milhão de habitantes. O índice nos Estados Unidos é de 27 por milhão, e na Espanha, em cada milhão de habitantes, 42 são doadores.

É muito importante que cada um de nós manifeste à família a intenção de ser doador, pois cabe a ela autorizar a doação de órgãos. Segundo o Coordenador Estadual do MG Transplantes, os hospitais autorizados e as equipes especializadas em retirada e manutenção de órgãos são suficientes para realizar retiradas e transplantes em números maiores que os atuais. Mas Minas ainda está em 7º lugar no índice de doadores: são apenas 2,7 por milhão de habitantes, embora seja o 2º lugar no País em número de transplantes realizados.

A revista "Encontro" do mês de setembro traz excelente matéria de capa, relatando a "Vida após o transplante", em que mostra várias experiências bem-sucedidas de pacientes transplantados. São depoimentos emocionantes, que ilustram o valor da doação de órgãos.

Quero manifestar aqui o meu aplauso à revista "Encontro", na pessoa de seu Diretor-Geral, Sr. Paulo César de Oliveira; ao Secretário de Saúde, Dr. Marcus Pestana; ao Presidente da FHEMIG, Dr. Carlos Mosconi; ao Coordenador Estadual do MG Transplantes, Dr. João Carlos Araújo; e à Coordenadora Local, Dra. Maria Aparecida de Paula.

Estão de parabéns as várias equipes que realizam a retirada e manutenção dos órgãos e as equipes que fazem os transplantes em nosso Estado.

Mas, se, de um lado, o momento é de comemoração pelo sucesso dos recentes transplantes, de outro, é de apreensão, diante da situação de emergência e de calamidade pública que atinge vários municípios mineiros. O órgão oficial de imprensa do Estado publicou, em 14 e 30 de agosto, os decretos estaduais que homologam decretos municipais que estabeleceram situação de emergência e calamidade pública, levando em consideração os graves problemas decorrentes da seca.

Os decretos consideram ainda o comprometimento das atividades socioeconômicas desses municípios, uma vez que as lavouras foram perdidas em sua quase totalidade; consideram que o volume de água dos mananciais está prejudicado, a ponto de as comunidades rurais estarem sem água até para o consumo humano e que, a esta altura, é improvável a precipitação de chuvas em níveis razoáveis e, ainda que isso ocorra, não serão suficientes para mudar a situação; consideram, por fim, que os prognósticos meteorológicos dão conta da escassez de chuvas até o mês de outubro.

Em situação de emergência estão hoje os seguintes municípios: Berilo, Crisólita, Curral de Dentro, Várzea da Palma, São João da Lagoa, Urucânia, Capelinha, Catuji, Coração de Jesus, Teófilo Ottoni, Coronel Murta, Itambacuri, Jequitinhonha, Francisco Dumont, Novo Cruzeiro, Virgem da Lapa, Montes Claros, Buritizeiro, Riachinho e Santa Fé de Minas. Em estado de calamidade pública estão: Lontra, São João da Ponte, Itinga, Chapada do Norte, Carlos Chagas, Joaquim Felício e Santo Antônio do Retiro.

A situação é muito grave e vai acentuar o êxodo rural, o desemprego, a fome, as doenças e a miséria. Na grande maioria, os municípios em situação de emergência apresentam quadro configurado como desastre de nível III de intensidade, de acordo com a Resolução nº 3, do Conselho Nacional de Defesa Civil.

O Governo do Estado vem agindo prontamente, autorizando os órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil a prestarem apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre. Mas é preciso mais. Alguma coisa tem de ser feita para evitar que todos os anos o problema se renove. Há de se fazer um planejamento estratégico, prevendo a conservação dos cursos de água e das matas ciliares, a construção de reservatórios e poços, para que as calamidades que tanto prejudicam o nosso Estado, ora pela seca prolongada, ora pelo efeito das chuvas, como ocorreu no início deste ano, sejam reduzidas.

Para finalizar, quero fazer um registro a respeito de um mineiro, natural de Sete Lagoas, falecido em 26 de agosto. Trata-se do ex-Ministro Murilo Macedo, advogado, que foi titular do Ministério do Trabalho, de 1979 a 1985, no Governo João Figueiredo.

Macedo foi Diretor do Banco Nacional, em São Paulo, presidiu o BANESPA, o Banco Nossa Caixa e a Companhia Energética do Estado de São Paulo. Trabalhou, por último, como consultor, e faleceu em São Paulo, aos 80 anos de idade.

Deixo aqui a minha homenagem ao sete-lagoano ilustre.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Cumprimento-o pelo pronunciamento. Primeiramente, sobre a situação dos transplantes em Minas, houve grande avanço quando se concentrou no Hospital João XXIII a unidade receptora de órgãos, embora haja denúncias envolvendo laboratórios que sonegaram informações e alteraram exames de compatibilidade de órgãos. Em alguns minutos assumiremos a Comissão de Saúde como membro titular, e uma das primeiras providências será passar a situação desses laboratórios diante da MG-Transplantes.

Cumprimento-o pela segunda parte de seu pronunciamento. V. Exa. tem atuação destacada em vários municípios do Norte de Minas e do Jequitinhonha, conhece de perto o problema da seca. A situação é dramática, as últimas chuvas foram apenas em março, não foi suficiente para aflorar a esperança do povo do Norte mineiro.

No último final de semana, estivemos nos Municípios de Mirabela, Januária e outros, em contato com associações comunitárias rurais, ansiosas por ações do Governo no combate à seca. O Norte mineiro já aprendeu a conviver com a seca, mas necessita de ajuda do Governo do Estado para construção de médias barragens.

A barragem de Berizal é um capítulo na história do Norte de Minas. Parece que o Ministro Cyro Gomes acena com a liberação de recursos. No dia 15 próximo, estaremos em Pirapora, e é bom que V. Exa. esteja presente para discutir com o Ministro a construção da barragem de

Jequitai. Começa a surgir uma luz no fim do túnel, mas ações elementares não podem ser esquecidas. Há 480 poços artesianos em nossa região que foram perfurados e tapados. Como se explica à comunidade que foi perfurado um poço com vazão de 600 mil litros e foi tapado? Que não existe caixa-d'água, bomba para puxar água do subsolo, rede adutora, etc.? Espero que o Governador libere recursos para equipar os poços artesianos, levar energia elétrica a mais de 280 poços artesianos que funcionam precariamente com motor a diesel e construir pequenos barramentos para perenizar rios e córregos que já estão mortos há muito tempo. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Doutor Ronaldo - Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, público das galerias e telespectadores da TV Assembléia, considerada das mais revolucionárias e impressionantes invenções da humanidade, a escrita, linguagem que possibilitou a interação entre os povos, marcou os primórdios da nossa civilização e aproximou homens e mulheres de todas as partes do planeta.

No início, eram somente sinais, hieróglifos, desenhos em argila ou nas paredes das cavernas, muitas vezes utilizados especificamente para registrar o comércio de uma região ou os serviços fúnebres e eram dominados por um pequeno grupo de escribas. Com a invenção do alfabeto, que alguns historiadores indicam ter sido por volta de 2.000 anos a.C. pelos egípcios e outros afirmam que foram os fenícios; enfim, existem várias versões... O que importa é que a conquista, decididamente, mudou o rumo do trem da história, cujos trilhos puderam testemunhar a evolução do ser humano em palavras registradas nos papiros, nos pergaminhos e no papel, considerado invento dos chineses.

A cultura, o saber, as características e as informações de um povo puderam ser guardados e revelados por mestres, que difundiam o conhecimento de uma nação, por meio de palavras e letras que transportavam a comunicação. Nos primórdios, cabia aos mestres o domínio do conhecimento, que seria guardado no papel, arquivado ou transportado, para que a civilização tivesse contato com os lugares mais distantes, onde povos e culturas conseguiram, por intermédio do alfabeto, registrar e transmitir informações sobre suas maneiras de viver, seus sentimentos, suas crenças, democratizando o saber. Milhares de anos se passaram até os dias atuais, e temos a informação ao vivo e a cores com o advento da imprensa, da televisão e da informática.

Ontem, 8/9/2003, foi comemorado o Dia Internacional da Alfabetização. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO -, quase 4 bilhões de pessoas no mundo sabem ler e escrever, de uma população constituída de mais de 6 bilhões. O que quero ressaltar é o dedicado trabalho de nossos alfabetizadores, incansáveis professores, mestres devotados que procuram viajar pelas mentes das crianças, dos jovens e adultos, ensinando-lhes e abrindo-lhes as portas para o saber. Falo sobre os professores, porque devemos a eles a missão de serem alfabetizadores, semeadores do conhecimento, e, apesar dos empecilhos que a vida lhes prega, não desistem. Além do dia 15 de outubro, oficialmente comemorado o Dia do Professor, creio que devemos nos lembrar deles, no Dia da Alfabetização, como verdadeiros heróis da educação, disseminadores da cultura de uma raça e da nação.

Parabenizo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ontem, no Dia da Alfabetização, instituiu, no País, a alfabetização de todos. Essa meta do Governo busca diminuir a ignorância na população brasileira e merece os nossos elogios, diferente de cor partidária ou de qualquer outra ideologia. (- Lê:)

"Aproveito este dia para solicitar aos governantes um olhar mais especial para a classe dos professores, a fim de trazer-lhes reconhecimento e valorização profissional. Há longo caminho ainda a percorrer para erradicarmos o analfabetismo no País".

É claro que devemos render homenagens a essa categoria idealista, que não pode somente viver de seus ideais. É preciso que seja reconhecida pelo seu valor e, financeiramente, que tenha condições de executar a nobre missão de ensinar com tranquilidade.

Ontem, à tarde, não tivemos reunião. Por isso, hoje, falo sobre o analfabetismo e a correção do analfabetismo. Sou contra essa lástima que assola o País. No mundo, mais de 2 bilhões de habitantes não sabem ler. Desejamos somar esforços para que, o mais rápido possível, reduzamos e exterminemos essa praga que dissemina a ignorância entre as pessoas da nossa comunidade.

Rendo minhas homenagens aos professores e parabenizo os alfabetizadores por essa missão honrosa, difícil, importante e fundamental para o desenvolvimento de todos. Ninguém consegue o desenvolvimento e a cidadania completa mergulhado na ignorância e no desconhecimento. Homenageio os que, às vezes, desprendidamente, se dedicam para diminuir o mal do analfabetismo que assola o País e o mundo.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, saúdo, inicialmente, os valorosos servidores de função pública que se encontram nesta Casa e participam ativamente de tão importante discussão.

Na semana passada, tivemos a honra e a oportunidade de sermos signatários de requerimento aprovado pela Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto à Proposição de Lei nº 15.585, por meio do qual convidamos o Prof. Anastasia a vir a esta Casa testemunhar a preocupação dos Deputados e dos servidores.

Certamente esta Casa, acima de tudo, está sensível à causa dos senhores, que também é nossa. Homenageio a todos e agradeço pela presença que tanto abrilhanta esta Casa do povo mineiro.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, de Ouro Fino para o mundo, essa foi a firme trajetória percorrida pelo ilustre filho de nossa querida terra, o saudoso artista plástico Álvaro Apocalypse, que se ausentou do nosso meio no último sábado, dia seis.

Álvaro Brandão Apocalypse nasceu em 14/1/37, filho de tradicional família ouro-finense que, por sua representatividade, escreveu seu nome na história mineira, nacional e internacional.

Desde a mais tenra idade revelou seu talento inventivo ao criar, com os amigos de infância, uma câmara com caixote e lâmpada cheia d'água para projetar ilustrações de gibis que ele mesmo buscava escrever no papel-manteiga para fazer cinema.

Nos dias chuvosos de Ouro Fino, Apocalypse refugiava-se no universo dos brinquedos e reproduzia cenas do seu cotidiano a partir da construção que fazia, em papelão, das fachadas das casas de sua rua e dos bonecos de papel inspirados nos personagens mais conhecidos da cidade. Estava pronto o cenário para a dramatização das coisas que via e vivia em sua terra natal.

Daí em diante essa marcha criativa nunca mais parou. Depois de desenhar muito em casa e de copiar ilustrações de Portinari, Álvaro Apocalypse se inscreveu no X Salão Municipal de Belas Artes de Belo Horizonte, em 1955, obtendo, já nessa primeira participação, menção honrosa em desenho.

Nessa mesma ocasião ingressou na Faculdade de Direito e na Escola Guignard. Já instalado na Capital mineira, o nosso saudoso conterrâneo

continuou presente na vida artística e cultural de sua querida Ouro Fino.

Em 1972, por ocasião da instalação da Faculdade de Ciências e Letras de Ouro Fino, teve efetiva participação na realização da 1ª Jornada Cultural de Ouro Fino, desenvolvendo inúmeras atividades em concorrido evento que contou com a participação dos municípios do Sul de Minas e do Leste de São Paulo. Foi realmente um acontecimento histórico, inédito e inesquecível para o povo de Ouro Fino, tendo à frente o filho querido Álvaro Apocalypse a comandar o grande espetáculo artístico e cultural, oportunidade em que reafirmou seu devotado amor aos ouro-finenses.

Em 1957, depois de intensa participação em salões, em que o reconhecimento ao seu trabalho deu-se pelo recebimento de inúmeros prêmios, Álvaro Apocalypse começou a trabalhar como ilustrador na imprensa mineira. Simultaneamente, publicou artigos sobre arte e deu continuidade a suas participações em diferentes mostras.

Dois anos depois, foi convidado a dar aulas de modelo vivo na recém-criada Escola de Belas Artes da Faculdade de Arquitetura, tornando-se professor universitário antes mesmo de se formar, dando curso a uma atividade que preservaria por toda a vida.

Preocupado sempre com a formação humana, jamais se negou a partilhar aquilo que sabia. É de se ressaltar que foi esse sentimento de coletividade que o fez fundador e o primeiro Presidente da Associação Mineira de Artistas Plásticos - AMAP -, em 1962.

Aliás, na figura fraterna e amiga de Álvaro Apocalypse sempre se pôde descortinar a grandeza de dividir sua inventividade e sensibilidade com outros artistas, que agora terão a grave missão de perpetuar a obra do mestre singular.

Num tempo em que as trevas da ditadura sugeriam recolhimento, Álvaro Apocalypse se tornou instrumento fundamental na implementação do Festival de Inverno da UFMG, realizado em Ouro Preto. Seguiu o ano de 1967, e lá estava presente o artista, extraindo dos seus desenhos o contorno ideal para um dos patrimônios da criatividade nacional, o Festival de Inverno, que se tornou espaço para a valorização de nossa arte e da realização coletiva de nosso potencial; tudo isso, porém, era apenas preâmbulo para uma verdadeira apoteose que o artista ainda estava por protagonizar.

Depois de produzir seu primeiro mural de grandes proporções e de receber o Prêmio do Salão da Aliança Francesa, que o leva a Paris para uma nova etapa de estudos de arte, Álvaro Apocalypse retorna ao Brasil e, em 1970, juntamente com a esposa Terezinha Veloso e a artista plástica Maria do Carmo Vivacqua, cria o Giramundo Teatro de Bonecos.

A primeira montagem foi "A Bela Adormecida", que Apocalypse pretendeu, sem êxito, mostrar apenas para os amigos. Isso porque, logo após a encenação, Álvaro foi convencido a levar a peça para o Teatro Marília, então dirigido por Júlio Varella, que se converteu no primeiro palco a soprar vida e alma aos bonecos do Giramundo.

A essa primeira exibição, sucederam-se outras criações, que contribuíram para a efetiva valorização da cultura nacional, tornando ainda maior o legado do artista.

Nessa fase da construção existencial do artista, o Giramundo se celebrou como um dos grupos de teatro de bonecos mais atuantes e premiados do País.

Foram 30 anos de intensas atividades. Foram inúmeros os espetáculos produzidos, merecendo destaque Cobra Norato, reconhecidamente o maior sucesso do grupo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, todo esse trabalho foi por diversas vezes premiado em diferentes participações no Brasil e no exterior. Merece registro a presença do grupo Giramundo no Festival Internacional da França, no Festival de Bolonha, na Itália, e no Festival Internacional de Teatro e Música, no México.

No entanto, o Giramundo não se limitou apenas às produções teatrais: avançou também para o cinema, o vídeo, a televisão e a exposição em cursos.

Hoje o Giramundo possui um acervo de quase mil bonecos, além de adereços, máscaras e trilhas sonoras. Aliás, todo esse conjunto da obra material gestada por Álvaro Apocalypse pode ser contemplado no Museu do Giramundo, inaugurado em setembro de 2001, no Bairro Floresta, em nossa Capital.

A criação do Giramundo representou, na verdade, o coroamento dos múltiplos talentos que Álvaro reunia e que se manifestaram no desenho, na pintura, nos murais, no magistério, no domínio da carpintaria cênica, na sensibilidade musical e na pesquisa cultural.

Artista completo, Álvaro Apocalypse permeou por quase todas as manifestações da arte, nelas imprimindo nota distintiva de alta qualidade e expressão pessoal. Essa expressão, que aliou simplicidade e ousadia, fez do trabalho de Apocalypse marca indelével no contexto cultural brasileiro do século XX. A multiplicidade dessa marca produziu notáveis reflexos nas diferentes atividades que exerceu, como bem descreveu o jornalista João Paulo, no "Estado de Minas" de ontem: "No desenho que propõe uma investigação sobre o ato criativo - que desenvolveu em reflexões teóricas -; na pintura, que incorpora, além da cor e do volume, elemento filosófico de análise social, que, ao mesmo tempo, é crítica e utopia; nos murais, com a força da reflexão histórica do passado que ilumina o presente; no magistério, como o professor ideal de várias gerações".

Álvaro Apocalypse foi casado com Terezinha Veloso, companheira inseparável na concepção do Giramundo, falecida em fevereiro passado, com quem teve duas filhas, Adriana e Beatriz.

Como dizia Guimarães Rosa, "as pessoas não morrem, ficam encantadas". Álvaro Apocalypse se encantou para viver sempre presente entre nós, na magia dos bonecos, fascinados por sua capacidade criadora e por sua extraordinária sensibilidade.

Finalmente, Srs. Deputados, as cortinas do espetáculo se quedaram inertes ante o desaparecimento do seu querido e inesquecível artista, e a maior homenagem que podemos prestar-lhe é preservar viva a sua memória, não deixando o espetáculo jamais acabar. Assim, Álvaro Apocalypse estará permanentemente vivo nos bonecos do Giramundo.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, em especial quero saudar os amigos que vieram de Divinópolis, os servidores do IPSEMG e, naturalmente, todos os que nos assistem.

Início minhas considerações trazendo uma preocupação que havia mencionado na semana anterior. De sexta-feira até a noite de ontem, estive visitando, além de Divinópolis, São Gonçalo do Pará, Oliveira, Bom Sucesso e Carmo da Mata. Nessas localidades do Centro-Oeste mineiro, tivemos oportunidade de conversar com lideranças, especialmente as da área da educação. Vivemos, de fato, momento extremamente grave em relação à educação em todo o País. Há de ser repensado o modelo público de educação, que requer maior investimento, planejamento adequado e, principalmente, o sair-se do discurso para a prática no que diz respeito à valorização dos profissionais da área.

Em Minas, nossas preocupações são maiores, porque aqui se situa nosso campo de trabalho e está nosso dever como Deputados Estaduais. O Governo do Estado já manifestou, de maneira concreta, seu compromisso com a educação, ao assumir que estará, a partir do ano que vem, assegurando vagas para as crianças com mais de 6 anos. Esse é um avanço incontestável, e esse procedimento já está preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases há anos. Algumas Prefeituras já tomavam essa iniciativa de forma isolada, e já agíamos assim quando fui Prefeito de Divinópolis, onde todas as crianças de 6 anos já têm matrícula garantida na escola pública. Entretanto, precisávamos que isso fosse estendido a todo o Estado.

O Governo do Estado também toma a iniciativa de se organizar em termos de quadro de pessoal, e aí está minha preocupação. Ao deparar com a insatisfação dos que perderam um contrato temporário e se viram assombrados pelo fantasma do desemprego, sempre mencionávamos a informação da Secretaria de Educação de que foram encontrados mais de 20 mil contratos - o que estaria acima do que a legislação determina - e encontrávamos, quase sempre, uma compreensão dos profissionais quanto à necessidade de que providências fossem tomadas e de que o Estado se organizasse e conhecesse seu real quadro de funcionários; isto é, todos compreenderam ser necessária tal atitude.

Ainda que enfrentasse a dificuldade de estar dialogando com alguém que perdesse seu emprego, conseguia manter minha sinceridade e ética ao dizer que não podia condenar o Estado por querer ter conhecimento de onde e como estavam trabalhando os servidores da educação, segundo a legislação preconiza. E a compreensão de todos demonstra a maturidade do povo mineiro e dos profissionais da educação.

Entretanto, por outro lado, percebi certa angústia e insatisfação por não estar havendo um diálogo amplo, capaz de dar vazão e entendimento a uma série de problemas e injustiças cometidas. Em alguns casos, estão querendo que servidores sem nenhuma capacidade pedagógica e, às vezes, sem condições físicas e emocionais retornem à sala de aula, depois de 20 anos ausentes. Em determinadas escolas fez-se o enxugamento, deixando para quase mil alunos duas ou três serventes, com condições físicas inadequadas e incapazes de dar atenção às crianças. Algumas escolas possuem amplas áreas verdes - o que lhes assegurava mais profissionais -, e isso foi ignorado, como se essa área não mais fizesse parte da escola, passando a ser, ao invés de um benefício para os alunos e para a comunidade educacional, um verdadeiro pesadelo, dada a dificuldade de sua manutenção. Certos professores, por serem apostilados como Diretores e terem outro cargo, estão com uma jornada absurda, trabalhando em três turnos ininterruptos, com um volume de aulas impraticável. Enfim, há casos em que falta apenas o diálogo e que não representarão nem um centavo a mais para o Governo.

Faço essas considerações como Deputado do PSDB, que acredita no Governador Aécio Neves e está a seu lado para que a educação em Minas viva um novo tempo, mas que defende um diálogo amplo com os profissionais da educação. É necessário haver, em cada regional, verdadeiros seminários de educação, a fim de que cada situação dessas possa ser discutida com clareza, pois não podemos imaginar uma educação decidida apenas com base em uma resolução que alguém assina e determina que seja cumprida, sem haver um mínimo de entendimento, de diálogo, de busca por uma melhor solução.

Acredito que o diálogo é o primeiro remédio necessário para toda a rede pública do Estado, porque estamos assistindo a uma situação de insegurança e de desespero. Com certeza, a Secretária da Educação e a própria Superintendente não têm a intenção de manter uma imposição, de uma determinada norma ou resolução, para que os desiguais sejam tratados de maneira igual. Há situações diversas, pois cada escola apresenta a sua realidade, cada caso é um caso. Somente o diálogo pode resolver situações dessa natureza.

Faço um apelo a todos os pares e à Comissão de Educação para que busquemos, com a Secretária da Educação e as diversas superintendências que compõem a rede pública do Estado entendimento para não inchar novamente a Casa, firmando contratos desnecessários, para ter funcionários fantasmas e outros cedidos não se sabe para onde. Infelizmente havia essa situação, que não defendemos, pois não usaremos o nosso mandato para apadrinhamentos, valendo-nos da educação para resolver problemas de natureza pessoal. O problema do emprego é sério, mas o da educação é mais ainda. É preciso que haja diálogo e valorização das Diretoras, que devem ser ouvidas, a fim de não causarmos prejuízo à qualidade da educação.

A Deputada Marília Campos (em aparte) - Parabenizo V. Exa. pelo discurso em defesa da educação de qualidade e da democratização do local de trabalho, que é o meu sentimento sobre a educação do Estado e do País.

Há poucos dias, discutíamos a resolução da Secretária da Educação e os problemas que gerou no Estado. Segundo a Secretária, isso aconteceu por problemas na interpretação da resolução, o que fez com que pessoas inabilitadas fossem convocadas para tomar posse na escola. A Comissão de Educação debateu o tema e resolveu marcar uma reunião com a Secretária para discutir a resolução. Naquele dia, em Plenário, o Deputado Miguel Martini fez a leitura de uma nova resolução da Secretaria da Educação, que procurava corrigir as distorções ocorridas em função da sua antiga interpretação. Dirigimo-nos à Secretária para avaliar os transtornos causados pela resolução. O compromisso assumido pela Secretária Vanessa com vários Deputados e Deputadas na reunião, caso ocorresse qualquer problema em qualquer regional, foi de discutir o assunto com os inspetores e os professores.

Deputado Domingos Sávio, há dez dias tento marcar reunião com a Secretária da Educação, não para apadrinhamento político, mas para discutir o problema da cidade de Brumadinho, onde pessoas não habilitadas assumiram cargos efetivos. Até hoje não obtive resposta da Secretaria. Peço que interceda por essa cidade, já que acredito que não estamos em defesa de uma determinada cidade, mas de qualquer cidadão, de qualquer regional em que sejam verificados prejuízos à educação. Deputado Domingos Sávio, a cidade de Brumadinho pede socorro para a questão da educação. Muito obrigada.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço à Deputada Marília Campos. Nós também participamos dessa mobilização da Assembléia Legislativa quando da publicação da Resolução nº 428, ocasião em que constatamos estar inadequada, pois continha esse entendimento de que professores, mesmo sem estar habilitados, deveriam assumir as aulas em substituição daqueles contratados, havendo a disponibilidade de professor efetivo. Somamo-nos à Deputada Marília Campos, ao Deputado Miguel Martini e aos outros que disseram "não". Pretendemos o enxugamento, quando for possível, e a racionalização do uso dos recursos humanos, mas desejamos qualidade no ensino.

Felizmente, o diálogo prevaleceu. Já houve retrocesso, embora a Deputada Marília alerte para o fato de que nem todas as unidades da Secretaria, nem todas as Superintendências estão respeitando isso. Concordo com V. Exa. Estive em contato com as superintendências de São João del-Rei e Divinópolis e vi que assuntos simples, que podem ser resolvidos por meio do diálogo, do bom-senso, não o são, pois as Superintendentes não possuem autonomia, não podem mudar nada. É preciso haver um canal de comunicação mais amplo com a Secretaria da Educação, que seja delegada maior autonomia às superintendências, capacidade de interagir não só com as escolas, mas também com os Deputados. Nos dias de hoje, a própria sociedade exige de nós muito mais que apadrinhar um ou outro, exige atitudes que beneficiem o conjunto da comunidade. É isso o que queremos fazer, em especial, na área da educação.

Quero ainda fazer justiça a uma categoria da qual tenho a honra de fazer parte. Se falo em causa própria, alguém poderia considerar como

suspeita a minha fala. Infelizmente, não tenho mais o privilégio de exercer a digna profissão de médico-veterinário. Tenho a honra de ser médico-veterinário, pois é uma atividade que tem papel fundamental na economia deste País, e especial em Minas Gerais. Hoje é o Dia do Médico-Veterinário, profissional que tantas vezes é pouco valorizado. Chamo a atenção da sociedade, pois, com frequência, não se considera que ele tem de estudar tanto quanto ou às vezes até mais que aquele que pratica a medicina. Afinal de contas, tratamos de seres vivos. Tratamos de animais, mas o fazemos com responsabilidade, carinho, amor e o profissionalismo de quem quer salvar vidas. E, mais que isso, ao tratar dos animais, construímos um mundo melhor para os seres humanos e damos condições de uma economia melhor para o País. Atualmente o Brasil é um dos maiores exportadores de carne de frango, aves e carne bovina do mundo; Minas Gerais é o maior produtor de leite do Brasil e um dos maiores do mundo. Por trás de todas essas atividades, está o médico-veterinário. Às vezes, esse profissional é lembrado pelos cidadãos da área urbana, por uma razão também muito justa, como aquele que cuida dos animais domésticos, do cachorrinho, do gatinho e das aves de estimação. Porém, é também o veterinário quem garante a carne e o leite de qualidade que chegam à casa do cidadão, tendo em vista que ele faz a inspeção desses produtos, garantindo ainda a capacidade econômica viável ao produtor rural, tão sacrificado. E o médico-veterinário quase sempre não tem sido valorizado profissionalmente.

Aproveito para homenageá-lo, fazendo uma reivindicação aos nossos Governador e Secretário da Agricultura, pois é hora de termos um plano de carreira para todos os servidores. Porém, é terrível verificar que um médico-veterinário em Minas Gerais, no IMA, ganha menos de 1/3 do que ganha um profissional do Ministério da Agricultura. Nosso Governador Aécio Neves foi decisivo junto ao Ministério da Agricultura para regulamentar a carreira do profissional médico-veterinário na inspeção de produtos animais. Está na hora de ele ajudar essa categoria que tanto ajuda o Estado, no IMA e nos demais órgãos, onde, junto com agrônomos e técnicos, contribuem para o desenvolvimento de nossas agricultura e pecuária. Obrigado.

A Deputada Ana Maria Resende - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas funcionários da rede estadual que aqui nos visitam e nos privilegiam com sua presença, cumprimento-lhes dizendo que, em qualquer repartição, os diretores e presidentes são importantes, mas os funcionários são imprescindíveis. São vocês que, na realidade, carregam os destinos de Minas Gerais. Obrigada pela presença. Cumprimento todos os mineiros que nos assistem pela TV Assembléia.

No seu espaço, o rio São Francisco é único. Guimarães Rosa, em seu livro "Grande Sertão Veredas" já dizia: "O sertão é do tamanho do mundo. Agora, por aqui, o senhor vai ver: rio é só o São Francisco, o rio do Chico. O resto, o resto é pequeno, é vereda. É algum ribeirão".

Para nós, o São Francisco, mais que único, precisa continuar sua saga de impulsionador do desenvolvimento de uma enorme região. E 2003 é o ano internacional da água doce. Água doce que precisamos saber usar para sempre ter.

O Brasil guarda grande parte da água doce do nosso planeta, e Minas tem mais água que a Califórnia, que é o maior produtor agrícola mundial. Precisamos e podemos ajudar a matar a fome dos brasileiros. Precisamos e podemos exportar grãos e frutos, gerando riqueza para nosso povo. Pedimos aos nossos governantes apenas duas coisas: respeito e carinho.

Ao longo dos seus 2.757km de extensão, o São Francisco sustenta 25 projetos de irrigação em 122.000ha de terra. Esses projetos geram mais de 350 mil empregos diretos e indiretos. Esses números nos dão idéia pávida da importância social e econômica desse rio para o vale, para Minas e para o Brasil. Além dos 122.000ha irrigados, outros 20.000ha estão sendo implantados, e 660.000ha, em estudo. Poderemos em breve chegar a 802.000ha irrigados, que transformarão a vida e a sorte de aproximadamente 14 milhões de brasileiros.

Graças aos projetos de irrigação, o Brasil ocupa hoje o segundo lugar em fruticultura, e as águas do Velho Chico, as terras férteis de seu vale, são responsáveis por esse grande feito. São quase 93.000ha produzindo mais de um milhão de toneladas de frutas: uvas, banana, mamão, goiaba, melão e outras mais.

Outro setor em expansão é o da piscicultura. Encontramos seis estações de piscicultura, que produzem em média 18 milhões de alevinos. Esse programa garante ocupação para 25 mil pescadores. Mas com o progresso desordenado, esses números vêm sendo ameaçados. O contínuo desmatamento das matas ciliares está provocando descontrolada erosão e contínuo assoreamento. Como consequência, a profundidade do leito do rio ficou reduzida, e a navegabilidade, prejudicada pela formação de bancos de areia. Inundações acontecem às menores enchentes, e os sedimentos que permitem a vida no rio, praticamente desaparecidos, reduzem a piscosidade. E as milhares de famílias de pescadores, barraqueiros do São Francisco, vão empobrecendo pela falta de opção e preparo profissional.

A falta de política de gerenciamento dos recursos hídricos levou à doação de grande parte das suas águas à geração de energia elétrica.

As cidades despejam, sem tratamento adequado, seus esgotos domésticos, hospitalares e industriais no São Francisco e em seus afluentes, transformando nosso gigante num verdadeiro depósito de agentes poluidores.

Precisamos mudar esse quadro; precisamos, por meio de amplo pacto político, revitalizar nosso tesouro, porque vale a pena conhecer aquela região, desenvolver novos projetos, implantar novas tecnologias, produzir mais e melhor. Sonhos foram feitos para serem transformados em realidade, principalmente quando podem mudar uma realidade.

Finalmente, precisamos de imediata articulação institucional, envolvendo a ANA, a CODEVASF, a CEMIG e outros, visando definir a estratégia e a política de novos barramentos de usos múltiplos, com ou sem aproveitamento energético, a serem implantados na bacia do rio São Francisco, tendo por objetivo a regularização da vazão do rio e sua pontencialização.

Convido Prefeitos, Vereadores, lideranças e produtores da região da AMESF para estarem conosco, segunda-feira, dia 15, às 10 horas, em Pirapora, para discutirmos o projeto de Jequitai. Queremos tirar de lá e trazer para cá proposta de solução para essa gente trabalhadora, que espera que os Governos Federal e Estadual estendam a mão, para que produzamos mais do que frutos e sementes: a esperança que acalenta e aquece o coração dos mineiros. Obrigada.

O Deputado Alberto Bejani - Os funcionários públicos estão cansados de elogios. Querem coisas concretas. É fácil dizer que o educador deve ser respeitado, que o dia da educação é todo dia, que o funcionário público é responsável pelo andamento da máquina estatal e que merece dias melhores.

Porém, quando há votação, a maioria crava "não" para o funcionário, seguindo orientação de alguns Secretários, que são os verdadeiros homens de gabinete. Trabalham com ar condicionado, café quente e água gelada. Não conhecem a necessidade do cidadão. Não sabem, por exemplo, que, não dando ao funcionário público a condição necessária para cumprir as obrigações com sua casa, filhos e esposa, vai para o trabalho com apenas 40% ou 50% de sua capacidade. O restante fica em casa, já que está preocupado com contas a vencer, sem ter como pagá-las.

Tenho um ídolo em Minas Gerais, o que não quer dizer que sou vaquinha de presépio. Votei no Governador Aécio Neves e espero que ele não me decepcione. Porém, não seguirei tudo o que ele disser. Se ele acha amarelo bonito, acho horrível. Tenho de ter personalidade e assim me

comportarei até o final do mandato. Fui eleito Deputado do Estado de Minas Gerais e não Deputado do Palácio da Liberdade. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Não precisarei dos 60 minutos, principalmente se, no Plenário, houver número suficiente de Deputados para se votar a matéria. Entretanto, não podemos discutir e votar o veto do Governador Aécio Neves porque, para derrubá-lo, são necessários 39 votos "sim". Portanto, como Líder, digo que não estamos em processo de obstrução, mas em campanha para que os Deputados venham a Plenário.

Com o intuito de comentar os vetos e conscientizar os Deputados sobre a necessidade de derrubá-los, pedi a palavra pelo art. 70. Alguns deles contam com justa pressão dos servidores públicos, que se encontram nas galerias. Enalteço a presença de Diretores de escolas e companheiros de função pública. Durante a reforma administrativa, incluímos dois itens importantes. Um, sobre função pública, foi vetado, mas podemos fazer justiça aos servidores derrubando o veto. Para isso, teremos de fazer maior campanha, já que necessitaremos de 39 votos "sim". Como a votação é secreta, precisaremos de, pelo menos, 55 Deputados em Plenário. Peço paciência aos servidores. Enquanto não sentirmos segurança e não negociarmos com o Governo, melhor não votá-lo apressadamente, pois a oportunidade é única.

O outro diz respeito a projeto de lei da Deputada Maria José Hauelsen, vetado integralmente. Peço atenção à liderança do Governo para o que chamaria de erro. O projeto, aprovado por unanimidade nesta Casa, não permite que o nome de quem está em dívida com a COPASA e com a CEMIG vá para cadastros de restrição de crédito, como SERASA e SPC. Deixa-se de pagar tais contas porque a situação da família está crítica. Além de cortarem-lhe a água e a energia, seu nome será incluído nos cadastros do SERASA ou do SPC.

A Deputada Maria José Hauelsen, corretamente, apresentou esse projeto de lei, para que esse serviço de concessionário não fique na inadimplência e com restrições nas ações de recuperação dos créditos existentes. Isso implicaria aumento de custo e dos juros das próprias empresas e refletiria na tarifa a ser cobrada dos usuários.

Posicionamo-nos pela derrubada de veto à proposição oriunda do Projeto de Lei nº 71, da Deputada Maria José Hauelsen. Creio que conseguiremos negociar com o Governo para derrubá-lo e tornar uma realidade esse projeto de lei.

Um outro veto é sobre a proposição oriunda do Projeto de Lei nº 715, que é a LDO. Colocamo-nos também pela rejeição do veto, que é parcial, à LDO. A meu ver, as restrições do Governo são equivocadas. Por exemplo, um dos vetos dispõe sobre a inclusão entre os anexos da LDO da avaliação das políticas públicas resultantes das renúncias de receitas dos três exercícios anteriores, do exercício atual e a projeção dos quatro exercícios subsequentes. Portanto, a alínea "c" inclui entre os anexos essa avaliação da política pública adotada. Se ela entrou em execução, é importante avaliar o que o Governo executou ou não da LDO. É preciso que se faça um balanço, relativo aos exercícios anteriores do orçamento, do que o Governo realmente realizou. Encaminhamos também pela rejeição do veto, pois o entendemos equivocado.

A Deputada Marília Campos (em aparte) - Deputado Rogério Correia, participei da Comissão que avaliou o veto do Governador. É importante ressaltar que o relatório do relator da Comissão, Deputado Sebastião Helvécio, foi pela derrubada do veto do Governador. Em particular, apresentamos essa emenda na LDO. Tendo em vista as renúncias fiscais, é muito importante avaliarmos se continuamos ou não a realizar renúncia de receita. Logo, é importante derrubar esse veto. Pedi o uso da palavra para ressaltar a importância de os Deputados comparecerem ao Plenário, a fim de referendar o relatório do Deputado Sebastião Helvécio, contrário ao veto do Governador. Obrigada.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado. Há outro veto que ressalta ainda mais a importância do que a Deputada disse. O parágrafo único do art. 12, que foi vetado, "dispõe que cada ação executada, mediante parcerias público-privadas, deverá ser identificada em um subprojeto específico - projeto que não foi aprovado, pois ainda está em discussão. Quer dizer, para se ter uma parceria público-privada deve haver projeto de lei específico. Isso é muito importante para garantir que a parceria público-privada não seja algo privatizante e nocivo aos interesses do Estado. Portanto, mereceria lei específica. Infelizmente, também foi vetado pelo Governo.

Além de mobilizarmos um grande número de Deputados para votar os vetos, é importante ressaltar que se encontram nas comissões projetos polêmicos do Governo, que não foram fruto de negociação. Queremos negociar a derrubada do veto e de substitutivos e modificações do projeto do Governo. Um dos projetos é exatamente o da parceria público-privada. O outro é o das OSCIPs. É bom que os servidores estejam hoje nesta Casa. O das OSCIPs pode ser para o serviço público algo extremamente maléfico se não soubermos direito o que significa. Na área da saúde, a OSCIP pode significar a doença do serviço público.

Já existe campanha do setor da saúde para que as OSCIPs não estejam no interior, para que na saúde não exista a possibilidade de OSCIPs, que já falharam em diversos países do mundo e em diversos Estados do Brasil que tentaram a organização por intermédio de OSCIPs. Esse é outro projeto do Governo extremamente polêmico que está tramitando. O Governo, até agora, não aceitou as emendas que fizemos, até mesmo a que exclui a saúde do projeto de OSCIPs. Sua aprovação pura e simples significaria mais uma ação maléfica do Governador Aécio Neves contra o serviço público, visando seu sucateamento, meta do Governador desde que assumiu o cargo, ainda este ano, e que, infelizmente, estamos cansados de denunciar. Portanto, é mais um projeto em que deveria haver acordo.

Outro projeto que deveria estar aqui é o dos planos de carreira. Estes foram prometidos para até 31 de dezembro, mas o Governo disse que mandaria o da educação em agosto, no mais tardar em setembro. Agosto já se foi, setembro já está indo, e até agora não se acertou com os sindicatos a remessa do plano de carreira, porque o Governo continua intransigente em pontos que são, para o servidor, vitais para o plano de carreira. Exemplos disso são a tabela salarial que deveria vir acompanhando o plano de carreira e a inclusão daqueles que têm o curso secundário no plano de carreira, e que o Governo queria retirar. Os servidores reclamam ainda o fato de que o reenquadramento não seria feito para quem já está há muito tempo no serviço público, mas que todos seriam enquadrados no nível mais baixo da tabela, o que não pode ser consolidado, porque significaria um evidente prejuízo para o servidor público. Também queremos discutir com o Governo o problema dos planos de carreira que foram prometidos, que vão chegar à casa, mas que precisariam chegar negociados com os servidores. Isso, evidente, além dos vetos de que estou fazendo um apanhado - o da Profa. Maria José Hauelsen, que já expus e de que certamente ela vai-nos falar; os relativos à LDO, dos quais citei dois exemplos; o projeto do IPSEMG, que dispõe sobre as despesas do Instituto de Previdência com os prestadores de serviços e com assistência à saúde e dá outras providências.

Quanto a esse último, o Governo vetou o parágrafo único do art. 3º, emenda do Deputado Carlos Pimenta, que dispunha o seguinte: "O pagamento será efetuado com a observância da ordem cronológica do documento comprobatório da prestação do serviço ou do fornecimento dos bens". O fundamento para o veto é o de que a imposição da observância da ordem cronológica, segundo o Governo, poderia dificultar o pagamento da dívida pela administração. De fato, a imposição de uma ordem cronológica frustra a intenção do Governo que é a de pagar ou legalizar pagamentos já efetuados aos prestadores de serviços do IPSEMG. Assim, a ordem cronológica em nada contribuiria para a solução do problema. O que o Deputado Carlos Pimenta quis foi exatamente que observassem a ordem cronológica do documento comprobatório. Nesse caso, queremos a rejeição do veto por entender que a emenda do Deputado Carlos Pimenta foi feita de um ponto de vista correto. Gostaríamos de negociar isso também com o Governo.

Com relação aos outros vetos, dois deles dizem respeito ao Projeto de Lei nº 719. Um se relaciona com as diretoras, que conseguiram incluir na reforma administrativa o apostilamento integral em dois períodos de exercício. O apostilamento terminaria na mesma data que todos, dia 29 de fevereiro, mas teriam condições de apostilamento integral, cumpridos os dois períodos. Isso também foi vetado, e queremos discutir e encaminhar pela rejeição desse veto. Ainda quanto a esse mesmo projeto, foi vetada também pelo Governador a permissão do apostilamento ao detentor de função pública, veto para o qual também queremos a rejeição.

Em relação à questão da função pública, queria ser rápido na argumentação.

Na legislatura passada, a Casa votou a efetivação do servidor de função pública. E o fez por unanimidade, entendendo que quem era de função pública deveria passar a ser efetivo, ou seja, votamos reconhecendo o servidor de função pública como se efetivo fosse.

Ora, se votamos que o servidor de função pública deveria ser efetivo, é evidente que isso inclui todos os direitos que tem hoje o servidor efetivo. No nosso entender, não cabe veto em relação a essa questão. O próprio Prof. Anastasia vem defendendo, há muito tempo, a legalização da situação do funcionário de função pública. Portanto, parece incoerente que o Governo vete essa questão.

O Líder do Governo não se encontra presente, e me parece que as Lideranças do Governo também não estão animadas a discutir esse assunto. Parece-me - e acho que todos os Deputados da nossa bancada e do nosso bloco concordam - que, no caso da função pública, havia um acordo para que tivessem direito também ao apostilamento. Não me lembro se os Líderes do PSDB e dos partidos da base do Governo disseram que eram favoráveis aos direitos dos funcionários de função pública, mas muitos Líderes da base do Governo disseram, na tribuna, serem favoráveis aos funcionários de função pública.

Entendi que esse era um acordo que já estava incluído, ou seja, a permissão de que o servidor de função pública tivesse o mesmo direito de apostilamento que tinha o servidor efetivo. Queremos negociar esse veto com o Governo, porque feriu o acordo que fizemos no conjunto da reforma administrativa. Não podemos permitir que se vote esse projeto com o Plenário vazio.

Sr. Presidente, esses projetos estão na faixa constitucional, então gostaria de explicar aos funcionários que nos visitam que, quando isso acontece, nada mais pode ser votado a não ser os vetos. Temos esses cinco vetos que estão na faixa constitucional, os quais acabei de comentar e cuja derrubada pedi.

Esses vetos só poderão ser votados quando houver número suficiente de Deputados. A posição do PT e do PCdoB é a de não permitir que esses vetos sejam votados com o Plenário vazio, porque a chance de termos 39 votos é bem menor. Com mais Deputados no Plenário, teremos mais chance de alcançar os 39 votos.

Esses vetos entrarão em votação quando houver número suficiente de Deputados ou depois de se inteirarem seis reuniões na faixa constitucional. Esta é a primeira reunião em que se discutem os vetos; à noite, teremos outra extraordinária, e amanhã de manhã também deve haver outra. Estou esclarecendo essa questão para que os funcionários possam se mobilizar e aumentar a pressão sobre os Deputados.

Sr. Presidente, como V. Exa. pode notar, não há número suficiente de Deputados para se colocar em votação seguramente a matéria. Vou conceder a palavra à Deputada Jô Moraes, mas depois vou propor à Mesa o encaminhamento dessa matéria, para que se possa, quem sabe, avançar, e para que haja algum tipo de acordo com o Governo, em especial nos votos que são essenciais, como esse da função pública.

No entanto, o Governador irá à Alemanha refazer negociação com a Mercedes. Aliás, no passado, essa negociação foi muito mal feita pelo Governador Eduardo Azeredo. A série de isenções concedidas à empresa daria talvez para pagar a função pública durante dois ou três anos. O acordo feito com a Mercedes foi negócio da China.

Na Comissão de Administração Pública, apresentei requerimento solicitando informações sobre o tipo de acordo feito com a Mercedes, mas de forma alguma acontece a reunião. Queremos saber disso, pois trata-se de assunto muito importante.

Na legislatura passada, fiz parte da Comissão que analisou o acordo com a Mercedes. Concluí, após várias reuniões, que não foi bom acordo para o nosso Estado, mas foi ótimo para a Mercedes. O Deputado Biel Rocha, de Juiz de Fora, sabe muito bem disso. Milhares de empregos, conforme foi prometido, não são realidade, hoje. Se tivesse sido investimento para geração de emprego e renda para pequenos produtores, microprodutores ou empresas, teríamos gastado muito menos e gerado muito mais emprego e renda. Porém, fizeram negócio que não trouxe vantagem para Minas Gerais. Concederam, por vários anos, isenção de quase todos os impostos para a Mercedes, além do terreno para a sua implantação, e, até hoje, o Estado não começou a ver o dinheiro da empresa.

Apresentarei novamente requerimento - peço à Deputada Jô Moraes, membro da Comissão, que o façamos juntos - solicitando informações sobre o que foi discutido na Alemanha, para não termos novamente mau acordo, como o da época do Governador Eduardo Azeredo.

A Deputada Jô Moraes (em aparte) - Quero cumprimentá-lo por estar destrinchando a pauta da ordem do dia de hoje. Como V. Exa. ressalta cada item da pauta, alerta toda a Casa para a importância do que nela consta.

Coincidentemente, acabo de chegar da China e do Vietnã, onde passei 21 dias, a convite do Governo, conhecendo a história daquele povo, que tenta construir o socialismo. Ao contrário de ser negócio da China, como dizem, a China e o Vietnã tentam construir os países com independência, investindo na educação, na ciência e na tecnologia. Estão se desenvolvendo com crescimento econômico assustador - de 7%, 8%, 9% ou 10% ao ano -, enquanto os países do mundo capitalista crescem 1,5% ou 2%. A China e o Vietnã sabem o que é investir em educação, ciência e tecnologia. Nosso Governador deveria estar preocupado com essas questões e deveria gastar o melhor de suas energias para transformar nosso sistema de ciência e tecnologia e nossa rede pública de ensino em melhores instrumentos de desenvolvimento deste País.

Lamentavelmente, estava lá muito angustiada. Imaginava estar tramitando nesta Assembléia o plano de carreira e achava que eu deveria estar aqui, junto com os trabalhadores, para aprofundar e discutir a matéria. Qual não é o meu espanto, caro Deputado Rogério Correia, ao chegar e ver que o plano de carreira não está nesta Casa. Comprometemo-nos e cedemos em relação a uma série de questões, e a promessa feita foi a de que o plano de carreira aqui estivesse, sobretudo o da área da educação. Foi compromisso claro da Liderança do Governo e do Secretário Anastasia, que estava negociando. Fico ainda mais pasma ao saber, hoje, que estão sendo encaminhadas a esta Assembléia as diretrizes dos planos de carreira. Nunca vi serem encaminhadas tais diretrizes, pois sabemos que cada carreira tem a sua especificidade. Compreendemos que definir a luta por planos de carreira diferenciados se justifica pelo fato de cada setor do serviço público ter suas particularidades, não podendo ser colocado numa vala comum de diretrizes. Tenho uma posição, ainda inicial, de que o envio de um projeto que apenas contém diretrizes seja apenas uma protelação do envio do que é verdadeiramente necessário para os planos de carreira.

Digo a V. Exa. também que não consigo entender esse veto à LDO oposto pelo Governador. O Estado de Minas precisa de recursos públicos, e o Governador vai a Brasília, às vezes agindo de forma deselegante com o Presidente Lula, que está enviando recursos para cá e cedeu em uma série de questões. Ele vai lá, xinga o Presidente, às vezes desrespeita-o, faz reuniões com os Prefeitos aqui e lá trata de outras coisas. Mas não estamos fazendo o que devíamos: rever nossas renúncias fiscais, para, ao invés de darmos dinheiro e vantagens para a Mercedes, termos uma política de agricultura, apoio às cooperativas e às pequenas e médias empresas. Assim, o dinheiro que o Estado está perdendo poderia ser revertido para seu crescimento econômico.

Deputado Rogério Correia, esta Casa e certamente também a base de apoio do Governo, que tem sua ação no interior, concordarão conosco.

Por que não estudar as renúncias fiscais? Não sei se há algum setor sem nenhuma produção econômica ou agregação de mão-de-obra que está tendo a renúncia fiscal que falta a outros setores.

Também não consigo entender o veto ao projeto da Deputada Maria José Hauelsen. Não admito imaginarem que alguém deixará de pagar luz e água por irresponsabilidade. Se alguém deixa de pagar à COPASA ou à CEMIG, isso acontece porque está desempregado ou vivendo uma situação dramática. O Governador está vetando um projeto que visa impedir que o nome das pessoas vá para o SERASA por deixarem de pagar algo essencial, sem a menor responsabilidade quanto a seu significado social.

Cumprimento V. Exa. Nós nos irmanamos, integramo-nos na caravana dos servidores, sobretudo dos professores, para que o plano de carreira chegue a esta Casa na dimensão do que foi prometido. A promessa foi selada nesta Casa com apoio de todas as Lideranças. A Oposição cedeu e muito, para que pudesse absorver um contrato que era a garantia do plano de carreira e o sonho da perspectiva dos profissionais desta Casa, e não abrirá mão de que esse compromisso seja cumprido e respeitado.

Por isso, com certeza, estaremos aqui para que se acelere o processo de votação dos vetos. E temos que derrubá-los, porque o nosso compromisso foi com o acordo feito com toda esta Casa, de forma democrática. Quero elogiar a conduta, na ocasião, da Liderança do Governo, que nos escutou e aos servidores. Agora, quer fazer letra morta de um compromisso que todos assumimos.

Estou aqui em defesa desta Casa, que tem a contribuição dos Deputados de todos os partidos, que fizeram um esforço imenso para construir um consenso naquele momento, fazendo concessões nas posições decisivas, como aconteceu conosco da Oposição. Temos que garantir que esses vetos sejam votados e derrubados, para que esta Casa possa apreciar os planos de carreira prometidos.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputada Jô Moraes. É preciso fazermos uma pauta com o Governo, buscando uma negociação real. Ele tem interesse em dois projetos: o PPP - parceria público - privada - e o das OSCIPs e quer votá-los. Entretanto, antes do envio desses projetos, havia um compromisso de aprovação dos planos de carreira, sendo que o da educação viria em agosto, de acordo com as palavras do Líder, ou, no mais tardar, em setembro. Isso foi dito em várias reuniões das Lideranças e, também, no Plenário.

Posso garantir aos servidores que não há disposição do Bloco PT-PCdoB em votar nenhum projeto de interesse do Governo sem o envio do plano de carreira, em especial do magistério.

Não há como entrar em votação a questão da PPP, da OSCIP e outros projetos do Governo sem que cumpra o que prometeu não somente à nossa bancada, mas também a todos os Deputados: que os planos de carreira estariam aqui até o dia 31 de dezembro e o da educação, até setembro. Não permitir que esses projetos tramitem na Casa antes dos planos de carreira é uma obrigação de todos nós, Deputados.

Proponho ao Governo que realize uma negociação séria e que inclua as questões do veto, em especial o do apostilamento da função pública, que foi um acordo realizado entre o Governo e os Deputados. Inseriria essa questão na pauta de discussão com o Governo, pois não podemos deixar que os projetos sejam votados sem a exigência de um acordo com o Governo. Devemos continuar realizando as nossas reuniões, para vermos se o número de Deputados aumenta.

Há um compromisso muito claro com os servidores, desde que esse projeto da reforma chegou aqui. A Deputada Jô Moraes expôs a preocupação do Governador Aécio Neves e a sua estranheza por não serem enviados os planos de carreira a esta Casa. O Governador propôs-se a apenas tentar atrapalhar a reforma tributária do Presidente Lula, foi a Brasília e fez toda uma encenação contra a reforma. Foi realizada uma reunião aqui com os Prefeitos, em que compareceram uns 200. O Governador Aécio Neves conclamou-os a se unirem a ele, para garantir mais recursos da CIDE para o Estado e para os municípios. Fez um estardalhaço contra o Governo Lula e contra a reforma tributária e foi a Brasília negociar os 25% da CIDE para o Governo do Estado. Porém o Governo Federal negociou diretamente com os Prefeitos, e uma parte da CIDE passou a ser encaminhada diretamente aos municípios. Então, o Governador pretendeu derrotar a reforma, mas já não tinha a base dos Prefeitos. Traíndo-os, pretendeu aprovar apenas a matéria do seu interesse, para que não fosse encaminhado o recurso diretamente aos Prefeitos, que, nesta Casa, tentou conclamar contra o Governo Lula. Ele ficou tentando atrapalhar em Brasília uma reforma tão importante para o País, pois diz respeito à divisão de renda e ao crescimento econômico, mas esqueceu-se de cumprir os seus compromissos relativos aos planos de carreira e a outros projetos que são do interesse do povo de Minas. Agora, viajou para a Alemanha, a fim de discutir com a Mercedes. Veremos se, pelo menos, deixou alguma ordem para a negociação desses pontos, a fim de avançarmos nas discussões, a partir de um acordo que possa favorecer os servidores públicos.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. A respeito dos benefícios concedidos, conversei com o Deputado Biel Rocha. Somos profundos conhecedores do contrato do Governo do Estado com a Mercedes, firmado em 1996. Na ocasião, estranhávamos que São Paulo estivesse perdendo uma montadora para Minas Gerais, especificamente para Juiz de Fora. No contrato consta que o terreno, no valor de US\$13.000.000,00, maior que o centro comercial de Juiz de Fora, foi doado para a Mercedes. A doação foi registrada em cartório, sem nenhuma cláusula que obrigasse a empresa a permanecer na cidade por certo período. O que isso quer dizer? Se a Mercedes quiser ir embora amanhã, o terreno é dela, pode vendê-lo por US\$13.000.000,00. Além disso, deram à Mercedes 70% do ICMS, para ser devolvido daqui a dez anos, sem juros e correção monetária. Deram ainda R\$1.080,00 em cada Classe A vendido. Foi um desastre para o País. Foi chamado de carro popular, com valor de R\$48.000,00. Não se conseguiu vendê-lo; por isso, a fabricação está quase parada. Deram-lhe também 300 vagas nos Colégios Academia do Comércio e Grambery, em Juiz de Fora, para crianças alemãs, filhas de Diretores que estavam naquela cidade. Falo no passado porque já foram embora. Essas vagas eram pagas pela Prefeitura de Juiz de Fora. Enquanto isso, crianças de Juiz de Fora ficam sem vagas nas escolas. Ademais, concederam-lhe também percentual de ações da CEMIG em garantia de sua estabilização na cidade. Como se não bastasse, o Governo do Estado foi fiador da Mercedes em R\$80.000.000,00 no BDMG, valor esse que, se não for pago por ela, como não foi até agora, será pago pelo Governo do Estado. Agora, coincidentemente, o Governador viaja para a Alemanha acompanhado do Deputado Federal Custódio Mattos. Este, na ocasião, era o Prefeito de Juiz de Fora e, junto com o então Secretário de Indústria e Comércio do Estado, Sr. Reginaldo Arcuri, tomou a frente para levar a Mercedes para Juiz de Fora, a fim de ganharem as eleições municipais, mas perderam-nas. Viajaram para a Alemanha, objetivando negociarem não mais com a Mercedes, mas com a Chrysler. Adiantando para V. Exa. que eles querem mais US\$100.000.000,00 emprestados do BDMG. Não pagaram os R\$80.000.000,00 da Mercedes. Alerto os Srs. Deputados: a Mercedes ou Chrysler foi a causadora da quebra de Labamba, no México, que não agüentou as exigências. Então, fica aqui a posição de um Deputado que ora é chamado de governista, ora de rebelde. Não importa do que me chamem. Fui eleito Deputado por Minas Gerais. Logo, para as coisas boas, baterei palmas; as ruins, criticarei. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Alberto Bejani. Sei de sua postura de independência. Creio que a maioria dos Deputados, no caso dos vetos, vai acabar optando por essa independência que V. Exa. já assumiu aqui, de público.

V. Exa. lembrou o acordo com a Mercedes e nos fez lembrar de outro, feito na mesma época, com a CEMIG, envolvendo a venda de 1/3 de suas ações. Hoje, o BNDES fez um acordo, pois estava com prejuízo acumulado de US\$1.200.000.000,00 com a empresa AES, a mesma que comprou a Eletropaulo em São Paulo e 1/3 das ações da CEMIG, aqui. O BNDES está, portanto, propondo um acordo, a fim de perder menos. Essa empresa não paga. Então, o BNDES tenta retomar ações no valor de US\$600.000.000,00 e renegociar o resto, pegando o que for de dividendo a longo prazo, visando livrar-se do enorme prejuízo, acarretado pelo processo de privatização da Eletropaulo e pela privatização em curso durante o mesmo Governo de Eduardo Azeredo.

Então, há a questão da Mercedes em Juiz de Fora, a venda de 1/3 das ações da CEMIG e, agora, o BNDES tenta fazer esse acordo, de certa forma até reestatizando a Eletropaulo em 50% das ações, fazendo nova empresa junto com a AES, para ver se consegue diminuir o prejuízo imposto pela política neoliberal de privatização do Governo tucano em Minas e no Brasil.

Quando a Deputada Jô Moraes fez aparte, lembrei-me de um detalhe, mas me esqueci de comentar na hora.

É fato, e ela citou que o Governo Lula vem fazendo investimentos importantes em Minas. Estávamos discutindo, na Comissão de Segurança Pública, e percebemos que muito daquilo que o Governo do Estado anuncia que fará em Minas Gerais será com verbas federais. O Governo Lula está aplicando em Minas Gerais em políticas públicas.

Houve aqui, por parte do Governo Fernando Henrique, uma rixa política, que simplesmente secou qualquer investimento no Estado. O Governo Lula, ao contrário, reconhece que Minas Gerais é um Estado que precisa ser valorizado. E não será por causa da irresponsabilidade ou da oposição que o Governador faz, às vezes até de forma irresponsável, como na reforma tributária, que retaliações desse tipo acontecerão. É nossa obrigação alertarmos o povo mineiro para o tipo de política que tem sido feita pelo Governo Lula, de continuar tratando Minas Gerais como ela deve ser tratada, não como o Governo Fernando Henrique fez.

Os processos de privatização de nossas empresas estratégicas, como CEMIG, COPASA, que estavam no plano de privatização, foram felizmente barrados com a derrota do projeto neoliberal. Esperamos que esse processo não seja retomado em Minas Gerais.

O Deputado Chico Simões (em aparte) - Muito obrigado, companheiro Rogério. Quero parabenizá-lo por essa exposição maravilhosa que faz para nós, Deputados, para os funcionários aqui presentes e para aqueles que nos estão assistindo pela TV Assembléia.

Gostaria de pedir ao Deputado Alberto Bejani que usasse essa convicção para discutir com os demais Deputados e os Deputados da base do Governo, da qual faz parte, para que esta Casa possa ter uma discussão autônoma e isenta, a fim de que possamos tomar uma posição, não para atender exclusivamente ao Governador, mas para atender ao conjunto da sociedade. É para isso que fomos eleitos. Nenhum de nós foi eleito para sermos serviçais do Governo. Não podemos ficar ajoelhados diante do Poder Executivo.

Que os demais colegas de outros partidos e da base do Governo reflitam na fala do Deputado Alberto Bejani para que o Poder Legislativo mostre sua força, sua importância na constituição da democracia representativa de direito, a fim de que realmente possamos fazer valer nossa vontade, até porque, entre os vetos que o Governador propõe hoje grande parte foi fruto de acordo entre nós.

Tenho certeza de que nosso Líder, Deputado Rogério Correia, é testemunha disso, porque acompanhou tudo conosco, assim como tantos outros Deputados do PT, do PCdoB e de outros partidos. Discutimos sobre isso. Chamaram-nos nas férias, pagando-nos um vencimento razoável. Isso tem de ser levado em consideração. Do contrário, sentirei o que não gostaria de sentir: pagam-me para votar, depois me fazem de bobo.

Temos de fazer essa reflexão até porque nós, do PT e do PCdoB, não conseguiremos derrubar esses vetos. Ou teremos um diálogo franco e democrático com os outros partidos, com os outros Deputados, ou então já estará selada a sorte. São 61 Deputados da base do Governo. Tão importante quanto derrubar esses vetos é fazer uma reflexão com a sociedade sobre o que este Governo quer, o que o PSDB quer, o que esses governantes, que por mais de 500 anos governaram o Brasil, querem do País e do Estado.

Eles privatizam numa condição muito boa para aqueles que estão privatizando, com dinheiro público que não é pago, e o dinheiro público precisa entrar novamente. Até quando continuaremos vendo dinheiro para lá, dinheiro para cá e nós sem saúde, sem educação, sem estradas, sem salários? Está na hora de darmos um basta nisso.

O que representam os projetos que foram vetados? Mostram o perfil do Governo de Minas Gerais. A Deputada Marília Campos apresentou emenda, pois na LDO há um artigo em que o Estado se propõe a fazer renúncias fiscais, ou seja, deixar de cobrar imposto. Quem paga imposto é rico. Isso aconteceu com a Mercedes-Benz. Houve renúncia violenta e agora o Governador foi lá para renunciar mais, dar mais um pouco do dinheiro do povo para as empresas milionárias.

A Deputada Marília Campos pediu que tivéssemos acesso aos resultados das renúncias, quais empregos foram criados e qual a vantagem que o Estado leva quando abre mão dos tributos. O Governo nem sequer levou em consideração, vetou. Quer continuar entregando dinheiro para quem tem muito. Isso é brincar com o eleitor. É desrespeitar esta Casa, sendo que estamos aqui para fiscalizar.

O PPP e as OSCIPs tentam privatizar as ações que deveriam ser do Governo. A OSCIP é algo que nos agride. É organização que pode ter dinheiro público, a ela podem ser cedidos patrimônio público e funcionários públicos pagos pelo Estado. Ao mesmo tempo, não há controle para fiscalizar o que se gasta. É um absurdo. O PPP não é muito diferente. Vem substituindo as renúncias fiscais, sem ter em troca o que se propõe. Como exemplo temos a Mercedes-Benz e a Companhia de Distritos Industriais - CDI. Eram dados terrenos e incentivos fiscais. Não gera empregos nem impostos. A iniciativa privada apodera-se daquilo que é nosso.

Vetaram o apostilamento sob qual alegação? Há duas páginas, sendo que, em nenhum momento, é dito que é ilegal. Diz que não atende aos interesses públicos porque o Estado tem de fazer contenção de despesas. Isso fará com que os servidores tenham o salário reduzido a 1/3. Como cumprirão com suas obrigações? Como manterão os filhos em escolas privadas, já que as públicas estão sucateadas? Como terão acesso à saúde?

O Estado não pode ter aperto financeiro, mas o cidadão comum pode. O que mais me envergonha é que isso foi fruto de um acordo na Comissão de Administração Pública, que é presidida por um Deputado do PSDB. Como encararemos os servidores? Espero que esta Casa reflita. Não podemos aceitar isso, engolir a seco e nos ajoelhar diante de uma vontade do Governador. Quer fazer contenção de despesas, mesmo que para isso tenha de sucatear o Estado, humilhar os servidores, que servem o Estado há tantos anos.

Essa é a cara do Governo. Quando a Deputada Marília Campos faz uma lei proibindo que as pessoas não sejam colocadas nas listas dos maiores devedores, talvez por não aguentarem pagar à CEMIG e à COPASA, o Governador também veta. Tira tudo e ainda castiga. Esse é o Governo do PSDB.

É importante derrubarmos o veto e discutirmos a importância de participar da vida pública e das eleições, sabendo a quem damos nosso voto.

Sabemos o que desejamos do Estado e dos nossos governantes. O PSDB, quando Governo Federal, privatizou tudo que pôde. Agora, quer privatizar o Estado, porque as estatais para ele nada significam. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Chico Simões. Espero que consigamos derrubar esse veto. Para isso, é necessário que o

Governo faça um acordo público. O nosso bloco é composto por 16 Deputados, 15 do PT e 1 do PCdoB. Precisamos de 39 parlamentares. Portanto, somente por meio de um acordo conseguiremos derrubar o veto: ou o Governo volta atrás ou dificilmente conseguiremos uma vitória. Outra sugestão seria que outros Deputados, além do Alberto Bejani e Domingos Sávio, que se comprometeram conosco, votem pela derrubada do veto.

Solicito à Liderança do Governo que conversemos com o Prof. Anastasia, a fim de que possa, num acordo com a Oposição, permitir que votemos o projeto. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, imprensa, hoje, ouvi parte das falas dos Deputados Rogério Correia e Chico Simões e da Deputada Jô Moraes e fiquei inquieto. Ainda estou a me perguntar qual a consistência da argumentação feita por esses nobres parlamentares. Onde está o que disseram relativamente aos vetos e à atuação do Governador Aécio Neves? Algumas questões merecem reflexão. Tenho a certeza de que essa dúvida deve ser a mesma da maioria dos telespectadores e dos parlamentares presentes. Ouvi, da combativa Deputada Jô Moraes e dos outros, apenas discurso de oposição. Quando ela afirmou que o Governador foi a Brasília brigar com o Presidente da República e atacá-lo, me perguntei se o PT e o PCdoB se esqueceram de que o pressuposto da democracia é o contraditório.

Estabelecer o contraditório não é brigar, é apenas manter uma posição de defesa do que se julga ser melhor. Não pode mais haver oposição? Temos de abaixar a cabeça e dizer "sim, Lula"? O Lula diz amém, e nós concordamos? Os petistas das galerias estão incomodados com a democracia, não sabem ouvir o contraditório. Que democracia é essa que estamos pregando? É este o Brasil novo?

A democracia supõe o contraditório, sem ele o Estado é totalitário. O ato do Governador Aécio Neves foi de um estadista. Minas voltou ao cenário nacional, tem liderança política. O Governador conseguiu aglutinar as forças políticas para dizer "o interesse de Minas não será mais vilipendiado". Estamos unidos na defesa do interesse de Minas. E esse Governador, que eleva a voz de Minas e se faz respeitar, que conseguiu vitória no Congresso Nacional graças a sua liderança e competência política, é acusado pela Oposição de haver brigado e atacado o Presidente Lula. Seria, por acaso, o Presidente, inatacável, um semideus, ou um deus perfeito, cujas idéias não podem ser contestadas? Incomoda-me essa posição.

O Governador Aécio Neves foi escolhido pelos Governadores do Sudeste para representar nossa região no embate em defesa dos interesses dos Estados, e foi vitorioso. Não foi brigar com o Presidente, foi defender os interesses de Minas. O Governo Federal queria concentrar mais os recursos. Na proposta do PT, a CPMF se transformaria em CMF e iria se prorrogar. Tudo para o Governo Federal, nada para os Estados e municípios. A proposta do Governador, de dividir com Estados e municípios, foi vitoriosa. Não estava previsto repartir a CIDE com Estados e municípios, e a defesa do nosso Governador gerou o resultado final em que os Estados ficaram com 18% e os municípios com 6%. Vitória da competência política do Governador Aécio Neves. O interesse de Minas estava em jogo, e a posição firme do Governador ajudou o Presidente Lula, pois, graças à concessão que o Presidente fez a partir desse acordo, a CPMF não voltou para 0,08%, e o Governo Federal teria de abrir mão de R\$18.000.000.000,00. Se passasse o prazo, Deputado Chico Simões, se não fosse votado nos dois turnos, no Senado, 90 dias antes do término do exercício legislativo, não teria valor, e o Brasil ficaria sem esse recurso.

O Governador Aécio Neves, munido de habilidade e competência, garantiu para Minas, ao mesmo tempo dando a oportunidade de o PT continuar com esse recurso por, pelo menos, mais cinco anos, apesar de não ser definitivo. Não entendo por que brigam. O embate político tem de ser travado. Se deixar, o Ministro Pedro Palocci fica com tudo. Retifico, Antônio Palocci. O outro era Pedro Malan. Com Antônio Palocci, mistura tudo, pois a política era bem parecida. A posição do Governador é clara. Fernando Henrique não fez favor a Minas Gerais. Lula não faz favor ao liberar recursos para o Estado porque a receita aqui arrecadada se destina aos cofres da União, que, apesar da obrigação de nos devolver, devolve menos que deveria, tendo em vista a população e o espaço geográfico do Estado.

Há quatro anos, não tínhamos Governador. Esse foi o problema. Não podemos tapar o sol com a peneira. Em conversa com o Ministro Furlan, soube que o dinheiro estava disponível para Minas, mas o Governador não o quis receber. Mandaram-no por intermédio dos municípios. Entretanto, agora temos Governo que se faz respeitar, que não precisa pedir favores ao Presidente da República. É um jogo democrático, para isso, foi eleito.

Esta reunião está sendo gravada e as notas taquigráficas, tomadas. Quero subir à tribuna para debater o caso da Mercedes-Benz. O que estamos conseguindo para Minas é extraordinário. E os que, apressadamente, criticaram terão de reconhecer a importância da relação de atração de indústrias para Minas. A guerra fiscal acabou. Não é mais por intermédio de benefícios fiscais. Será levada em consideração a estabilidade política, que Minas apresenta, bem como a posição geográfica, a capacidade energética e os investimentos maciços em segurança pública. Nenhum Estado se encontra na situação de Minas. O Governo tomou as medidas necessárias. Segurança pública e energia são fundamentais para atração de empresas. Nos próximos dez anos, serão investidos R\$1.300.000.000,00 em gás. Trata-se de crise energética natural e primária, extremamente interessante.

Essas são as argumentações que provavelmente o Governador utilizará com a Mercedes-Benz. A sociedade mineira constatará isso: não só a Alemanha ou a Mercedes-Benz, Deputado Chico Simões, há muitas outras empresas. Há um novo tempo em Minas Gerais, que voltou ao cenário nacional e internacional.

Nessa tribuna ouvi alguém dizer que o Governador Aécio Neves foi a Brasília atrapalhar a reforma tributária. Gostaria de melhor definição para "atrapalhar". Talvez tenhamos atrapalhado os propósitos centralizadores do Antônio Palocci e do Lula, desse Governo que queria aumentar a carga tributária e concentrar ainda mais os recursos. Devemos ajudar, sim, uma reforma tributária com a intenção de promover justiça social. Conseguimos dar governabilidade ao Presidente Lula, aos Governadores e aos Prefeitos. Se isso é atrapalhar, não sei como interpretar.

O Deputado Rogério Correia disse que o Governo Federal mandou dinheiro para a segurança pública. O Secretário disse que tem esperança - apesar de ainda não ter chegado um centavo - que se mande o dinheiro. A previsão era para agosto, estamos em setembro, e ele ainda não chegou. Pela boa relação com o Ministro Bastos, disse acreditar que o dinheiro chegará, pois vale a palavra do Lula. E ainda, que, apesar de não ter chegado, já inaugurou os presídios. Até setembro, devem-se efetivar as transferências dos presos das delegacias para as penitenciárias. O concurso para Guarda Penitenciária colocará quase 4 mil policiais civis e militares nas ruas, para efetuar a segurança pública. Independentemente do dinheiro chegar ou não, já realizamos tudo isso. Então, a segurança pública vai muito bem.

Ouvi o Deputado Chico Simões falar sobre interesse público. Penso que independe de que lado se está. Interesse público é de todos e não de alguns. Em uma medida que não atenda ao interesse de todos, não há interesse público. Pode haver interesse do público, mas não interesse público. Isso é diferente, pois se determina o público de acordo com sua conveniência. Os projetos aprovados nesta Casa visam exatamente à lógica do melhor interesse público.

Deputado Chico Simões, perceberam-se vários absurdos somente no controle da folha de pagamento do Estado. Aliás, esta Casa denunciou alguns, como pessoas mortas recebendo e funcionários públicos recebendo três salários. É interesse público pagar o que é justo a cada cidadão ou servidor. Por outro lado, pagar a alguns e não a outros não é justo.

Quanto ao Governo de Minas, alguém perguntou o que o Governador Aécio Neves quer para Minas Gerais. Acredito que o povo brasileiro pergunte o que o Presidente Lula deseja para o Brasil. Qual o projeto do PT? Qual é a proposta do PT para o País? Até agora não deu para saber.

Acredito que até o final dos quatro anos consigamos ver. Acredito que em meados do ano que vem já tenhamos pelo menos algum indicativo de para onde vamos com este País. O programa Fome Zero é muito bonito, mas ainda não saiu do papel. Foram oito meses. Fiquei sabendo que de um bilhão e tanto previstos, somente R\$50.000.000,00 foram gastos, não sei se a maioria em publicidade. E o projeto ainda não saiu do papel. Esperamos que saia. Torço para que o Lula faça um bom Governo neste País, mas gostaria de saber qual é o projeto. Ainda não vimos. Por enquanto, o que vi foi um afago ao Fundo Monetário Internacional, dando-lhe aquilo que nem pediu. O acertado era 3,75 e o Ministro deu 4,25 de superávit primário. O Governo Lula, principalmente a equipe econômica, tem sido elogiado rasgadamente pelos técnicos do Fundo Monetário Internacional, pelo George W. Bush. Lembro-me muito do Brizola dizendo: "Se é bom para eles, não é bom para nós". Temos que colocar nossas barbas de molho. Para onde vamos? Dizia que não aceitaria mais o novo contrato com o FMI, já foi lá e sacou 4,5 bilhões. Tivemos um discurso de um lado e vemos uma prática do outro. Estou interessado em saber qual é o projeto para o Brasil do Partido dos Trabalhadores. Tenho esperança de poder ver, mas até agora não vi.

Em relação à LDO, o que a nobre Deputada, que já se ausentou, pediu? Avaliação das políticas públicas resultantes das renúncias de receita dos três exercícios anteriores e do exercício atual e a projeção para os quatro exercícios subsequentes. Quando o Governo de Minas terminar de fazer esse estudo, o Governo Aécio Neves já terá acabado. Que aplicação prática tem isso? Nenhuma. Não é mais possível praticar a renúncia fiscal, e a Deputada Jô Moraes sabe disso. A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - vedou isso. Diz a LRF que, se eu fizer uma renúncia, tenho que justificar e dizer de onde vem o recurso para compensar essa perda. Então, não há renúncia fiscal. Está dizendo para analisar os três últimos exercícios. Acho bom. Mas ter que montar um arcabouço imenso para avaliar o passado e fazer um exercício futurista, se não há mais renúncia fiscal! Não sei em que isso melhoraria o Estado. É desnecessário, mas está aqui.

Trata-se de uma típica emenda da Oposição. É papel da Oposição fazer isso. Pode até ser diferente, mas um dos modos de ser Oposição é tentando dificultar o Governo atual. Quanto pior, melhor. Dentro dessa lógica talvez eu possa aceitar. Não vejo mais o que falar sobre essa questão.

Não sei se o Deputado Chico Simões conhece bem as OSCIPs, que têm controle, sim. Há determinadas atividades de Estado que, se não forem feitas por meio de OSCIPs, custarão muito e causarão um grande prejuízo para a sociedade, que paga os impostos. É um mecanismo novo que está sendo criado para que, em determinados casos específicos, com o controle do Estado, possam ser desempenhadas algumas funções.

Durante as sabatinas de algumas entidades, já ouvimos sobre as dificuldades que existem para se obedecer a toda essa legislação do serviço público. E que deveria haver uma modificação do critério. Não se trata de nossa invenção. É uma invenção do Congresso Nacional, que tem sido aplicada com muito êxito em muitos lugares.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Miguel Martini.

Estava prestando atenção na maneira didática de V. Exa. abordar o tema e pude ver como se muda o comportamento de acordo com aquilo que se quer defender. Primeiro, quero deixar claro que jamais me prestaria a defender um governante de uma maneira cega e irracional, em tudo aquilo que viesse a fazer. Antes de mais nada, fui eleito Deputado, como V. Exa., para representar o povo e a sociedade, para fiscalizar o Executivo e elaborar leis. É lógico que apoiamos o Governo naquilo que entendemos ser conveniente para a maioria, mas também criticamos aquilo que não apoiamos.

Aqui quero abrir um parêntese. Já falei várias vezes e vou repetir: não tenho a pretensão de defender todas as ações do Governo Federal, embora eu seja do PT. Há políticas que ainda não conseguimos explicar para a sociedade. Há certas ações do Governo Lula que, infelizmente, não são aquelas que gostaríamos que empreendesse. Portanto, não posso defendê-lo de maneira tão eloqüente como V. Exa. defende o Governador do Estado, como se fosse um verdadeiro salvador da Pátria, ou seja, a pessoa que não erra e nunca errou.

Companheiro Deputado Miguel Martini, é bom que se faça a reflexão de que grande parte das mazelas por que passam o Estado e o País é de responsabilidade direta do atual Governador, que era Presidente da Câmara dos Deputados e do PSDB, que votou tudo isso que reflete de maneira negativa no povo brasileiro e no povo mineiro. Temos de entender isso, porque senão o debate vai passar por coisas muito vazias e superficiais. Em decorrência dessas mazelas que vivemos, que foram provocadas e causadas pelo nosso Governador, é que hoje o companheiro Lula ainda não encontrou o melhor caminho para fazer do Brasil o Brasil que queremos.

Temos de entender isso, porque senão o debate permanecerá no vazio, no superficial. Justamente em decorrência das mazelas que vivemos hoje, provocadas pelo nosso Governo, o Governo Lula não está encontrando o melhor caminho para fazer deste País o Brasil que queremos.

O Deputado Miguel Martini - Admito que tenhamos de fazer esse debate. Quero esclarecer-lhe que quem exigiu a redução da CPMF para 0,08% foi o seu partido, o PT. Foram o Lula e o José Dirceu que pediram ao Presidente da Câmara para não manter as emendas apresentadas pelo PT, posteriormente vetadas. O Governador Aécio Neves, na época Presidente da Câmara, manteria os vetos, pois tratava-se de matérias propostas pelo PT. O PT, então, solicitou fossem todos os vetos derrubados, senão o País tornar-se-ia ingovernável. Foi V. Exa. quem fez isso, não o Governador. O trabalho do Aécio Neves foi reconhecido pelo Presidente da República, que agradeceu a ele pelo gesto de bondade de não ter aprovado aqueles vetos. Portanto, não é bem verdade sua fala de que a culpa foi do Governador. Ao contrário, ele ajudou muito. No entanto, não foi Presidente do Congresso durante oito anos. Quando estava no Governo, como Deputado, era tão responsável, como V. Exa. hoje o é por aquilo que o Lula fez, por serem do mesmo partido. No entanto, o Governador ajudou ainda mais, pois, se não houvesse acordo para a votação da CPMF, essa contribuição não seria 0,38%, mas 0,08%. Lula reconhece isso. Seria bom V. Exa. reconhecer isso também.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Continuando nosso raciocínio, acho que política se faz com coerência. Fomos oposição ao seu Governo, do PSDB.

O Deputado Miguel Martini - Não pertencemos ao PSDB, mas sou base de apoio e Líder e defendo o Governo Aécio Neves. Porém, em relação ao Fernando Henrique Cardoso, fui oposição.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Deixe-me completar o meu raciocínio. Enquanto governava o PSDB, éramos oposição. Sempre assumimos a cara de oposição e votamos contra as propostas do PSDB. Não posso entender a incoerência de V. Exa.: elogia tanto o Aécio Neves, bate tanto no Lula e reconhece que o Aécio votou nos projetos do Lula. Onde está sua coerência, Deputado?

O Deputado Miguel Martini - Estamos na Assembléia de Minas Gerais, onde disse que a proposta do Presidente Lula não foi aprovada, mas que as alterações propostas pelo Aécio Neves foram acatadas. Então, minha coerência está na competência do nosso Governador em alterar a proposta do Lula no que interessa ao nosso Estado.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Sei que V. Exa. está defendendo o Governador Aécio Neves. Na mesma hora em que critica o Governo Lula, fala que o Aécio o está ajudando, e não o atrapalhando, conforme está registrado em notas taquígrafas. O senhor ficou 15 minutos justificando isso, diante da fala da Deputada Jô Moraes. V. Exa. fez questão de ressaltar, durante alguns minutos, a importância do Aécio Neves ao apoiar o Governo Lula - que V. Exa. vê como defeito -, colocando isso como qualidade do Governador. Porém, não é essa a discussão que queremos fazer agora.

Ao defender o projeto neoliberal, vejo que V. Exa., por conhecer sua índole, perde até alguns princípios cristãos, que tanto prega. O que seria dos Estados mais pobres, se os ricos continuassem com os ricos, e o recurso maior continuasse com o recurso maior? Vivemos em uma Federação onde quem tem mais deve contribuir com os que têm menos.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Chico Simões, deixe-me dizer algo.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Não me deu o aparte? Deixe-me raciocinar.

O Deputado Miguel Martini - Vamos debater. V. Exa. tem uma prática de dizer que eu disse aquilo que, na verdade, não disse. Primeiro, não sou neoliberal, ponto. Segundo, V. Exa. não está defendendo Minas contra os outros Estados, porque o percentual valerá para todos. Terceiro, não estava previsto aqueles 2% do IPI para o fundo que beneficia as áreas pobres deste País, incluindo parte do Norte de Minas e o Jequitinhonha, o Espírito Santo, o Norte do Rio de Janeiro e os Estados do Nordeste. O Governador Aécio, ao mesmo tempo em que defende Minas Gerais, defende, coerentemente, os outros interesses.

Não estou fazendo uma defesa cega, mas falando de fatos concretos, objetivos. Não estou falando do que ele irá fazer, mas do que já fez e está comprovado pela imprensa, pela sociedade e pela Internet. Não faço uma defesa cega, mas a defesa da coerência, como V. Exa. diz. É importante dizer a verdade, e não sofismar.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Fico satisfeito de saber que essas mudanças votadas por ação do seu Governador do PSDB são algo positivo, pois, mais do que nunca, sou obrigado a reconhecer que o Governo Lula fez tudo isso. Não fosse assim, continuaria como o PSDB, que ficou no poder durante oito anos sem fazer nenhuma mudança na tributação. O Aécio só teve oportunidade de participar, porque está na Presidência alguém que tem responsabilidade com o País, o que o PSDB e Fernando Henrique, aliado de Aécio Neves, nunca tiveram.

Se houve essas mudanças, o senhor tem de reconhecer o seguinte: a emenda foi feita em um grande soneto, e o soneto foi escrito por Lula. Não dá mais para o senhor continuar a bater cegamente em um Governo e a defender outro de maneira irracional.

O Deputado Miguel Martini - Vamos retomar as questões. V. Exa. diz que houve uma concessão do Presidente Lula, o que não é verdade. Esse acordo saiu na madrugada.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - E a reforma saiu, porque o Lula a propôs.

O Deputado Miguel Martini - E modificando o texto que o relator tinha feito, segundo Lula, José Dirceu e Palocci. Foi modificado, em cima da hora, por uma pressão política, Deputado Chico Simões, e aí sim a unidade de Minas valeu. Os Deputados de Minas bateram o pé e não votaram, porque o Governador os alertou que seria prejudicial para nosso Estado. Aí, Lula teve de fazer concessões, e não favor. Preferiu dar os anéis para não perder os dedos.

V. Exa. diz que o Governador Aécio Neves está contra o PT e o Lula, mas o Fernando Pimentel, de Belo Horizonte, não sai do seu lado. Vira e mexe, está a seu lado. Parece haver um imã o atraindo. Por que esse interesse de estar ao lado do Governador? Por que o ciúme do PT com relação à forma como Lula vem tratando o Governador Aécio Neves? Será que há tanta agressividade? Será que o Governador está fazendo tanto mal ao PT e ao Lula? Quase toda hora o Presidente está aqui, em Minas, no Palácio, assinando as coisas. É possível que haja mais fotos do Pimentel ao lado do Governador que fotos do Governador com sua noiva. Vira e mexe o Prefeito de Belo Horizonte está do lado, como papagaio de pirata. Será que há tanta agressividade entre o PSDB e o PT? Onde ela está? Não vejo o porquê. V. Exa. precisa fazer uma análise melhor a respeito do assunto, pois não vejo tanto antagonismo.

O Governador Aécio Neves tem sua posição firme em defesa dos interesses de Minas, mas quer ajudar o Presidente Lula a governar o País. Lembro que tantas foram e são as reuniões para as quais Lula tem convidado o nosso Governador.

O Deputado Miguel Martini - Concederei 2 minutos a V. Exa.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Então, agradeço. Da próxima vez, faço o meu pronunciamento, porque, com 2 minutos, não dá para falar. O senhor está sendo antidemocrático no que diz respeito ao debate. Não estou aqui para defender homem nenhum, mas uma posição. Não quero saber se o Aécio Neves, o Prefeito e o Lula estão juntos. Isso é problema deles. Estou aqui para discutir idéias e não de que lado estão determinadas pessoas. Isso pouco me interessa. Posso estar muito perto de pessoas, com afinidade muito grande, e pretender matá-las. Não tem relação a aproximação física com a de pensamentos. Não desejo entrar nessa discussão. Gostaria de complementar o meu raciocínio, se V. Exa. permitir.

O Deputado Miguel Martini - Concederei 4 minutos a V. Exa.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Grande parte das mazelas foram causadas pelo Governador Aécio Neves. Se hoje há uma centralização dos recursos da União, deve-se ao PSDB, cujo principal Líder, Aécio Neves, articulou no Congresso Nacional para que isso ocorresse. O Governador controla 33 votos de Minas Gerais. É muita prepotência dizer que controlou quase 580 votos. O Lula, por ser democrático, aceita o debate, propondo uma mudança, que o PSDB nunca teve coragem de fazer, pois votos tinha. Quando o PSDB pretendeu fazer a mudança na reeleição do Fernando Henrique, ele "tratorou" todo o mundo, e a emenda passou.

O senhor perguntou qual é a consistência da argumentação da Oposição quando discutimos os vetos e outras matérias. Pergunto o mesmo a V. Exa., porque quando fala em interesse público, está acenando que são corretos os vetos do Governador e que, com certeza, contarão com seu voto. O senhor disse que o interesse público talvez não seja da minoria que está nos vendo. Isso é grave. Qual a consistência da sua argumentação uma vez que isso não representa o contraditório, mas duas faces diante do mesmo problema? V. Exa. votou a favor, como explicará que, diante da mesma questão, tem uma posição hoje e outra amanhã, a não ser por sua subserviência ao Governador do Estado? V. Exa. não foi eleito para prestar esse serviço.

Conheço sobre OSCIPs como ninguém. Li, estudei sobre isso e constatei que se trata de um assalto ao dinheiro público pela iniciativa privada. Com elas, cria-se um pequeno Estado. Essas organizações não estão subordinadas às fiscalizações normais, tão-somente à do Ministério Público, que atualmente está assoberbado de trabalho e não consegue fiscalizar as Santas Casas e nenhuma organização e fundação. Hoje, a

grande maioria dessas instituições representa foco de corrupção. As OSCIPs pegam o dinheiro do orçamento e funcionários do Estado e cedem imóveis do Estado. Trata-se de um "estadinho", que funciona com o nosso dinheiro, repassando-o às mãos da iniciativa privada. Na concepção da OSCIP consta que o Estado não tem nenhuma responsabilidade sobre nenhuma causa trabalhista do empregado da organização, mas, ao mesmo tempo, garante aos seus Diretores e ocupantes de altos cargos salários de mercado. Como Governador, posso nomear uma companheira, para falar que criou uma OSCIP. Nem o prazo de dois anos está sendo exigido para isso. Pode-se criar uma OSCIP em 24 horas, repassando-se todos os recursos públicos para a sua ação, sem fiscalização e sem explicar como foi gasto, protegendo-se alguém como Diretor, com salário de mercado, enquanto o Estado se exime da responsabilidade do pagamento dos outros funcionários da organização. Isso é um ato de omissão enorme contra o trabalhador, que não terá como se defender. Criarão no Estado o que já fazem na iniciativa privada, que é conhecido como "gatos", ou seja, a terceirização, para se ganhar muito e explorar o trabalhador. Não aceitaremos isso.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Chico Simões, com relação à questão pessoal, deveria questionar o Prefeito Pimentel, porque não sei o que está envolvendo essa questão. Estou apenas admirado de o Prefeito estar ao lado do Governador.

Não vou entrar nas questões pessoais, estou apenas fazendo análise política. Deputado Chico Simões, o que é justiça? É um conceito que V. Exa. precisaria expressar para eu entender o que diz. Justiça é dar ao outro o que é de direito, em meu modo de ver. A sociedade como um todo, ou seja, a maioria, tem prevalência sobre a minoria, no que diz respeito a recebimento de benefícios. Beneficiar a minoria significa prejuízo para a maioria. Então, é preciso rever esse conceito. O que é mais justo: agradar a 10, desagradando a 1.000, ou agradar a 1.000, desagradando 10? Se possível, agradar os 1.010. Porém, quando temos de escolher, devemos optar pela escolha mais justa.

O Deputado deve estar muito inspirado em sua capacidade cômica, que quase nos faz rir. Se não fosse dramático, até acharíamos graça. Nunca ninguém propôs tanta concentração como aconteceu na proposta de reforma tributária. Até mesmo o poder que têm as Assembleias Legislativas de legislar sobre assuntos do Estado foi retirado. Não foram somente os recursos públicos. Deputada Jô Moraes, V. Exa. não mais votará sobre o ICMS em Minas Gerais; vai homologar o que os Secretários de Estado da Fazenda definirem. Vamos apenas homologar, sem poder alterar nem propor. Essa é a proposta do Governo Lula. Ele queria todos os recursos da CPMF, da CIDE. Já conseguiu a DRU, desvinculação da receita. Queria tudo. Aumenta para 41% - hoje está em 36% - e fica tudo lá. Agora, fala em concentração. Claro que, no passado, houve. Esperávamos que a proposta de reforma tributária alterasse esse processo, mas não o fez.

Deputada Jô Moraes, criamos em Minas Gerais a Lei Robin Hood, temos prêmios internacionais. Municípios pequenos foram beneficiados. Foi feita justiça social na área de turismo, saneamento básico, saúde, educação, meio ambiente etc. Porém, com essa reforma, acaba a Lei Robin Hood. Lei complementar votada no Congresso Nacional vai definir quanto de recurso do ICMS vamos distribuir para Santa Maria do Salto, no Jequitinhonha. Isso não é concentração de poder? Ele mexeu em cláusula pétrea, que não podia ser modificada, do pacto federativo, mas foi. Dizer que não houve concentração! Desculpe-me, estamos falando linguagem diferente. Foram 33 votos bem articulados em uma reforma, que passou, quase toda, na tábua da beirada. Não fossem os votos do PFL e do PSDB, a reforma previdenciária não teria passado; se não houvesse o acordo com os Governadores, a reforma tributária também não passaria. A CPMF não existiria mais. São os 33 votos de Minas e outros que ele lidera. Então, não reconhecer isso é querer fechar os olhos à verdade.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Concordo com V. Exa. quando fala o que foi feito pelo Governador Aécio Neves. O Deputado Chico Simões deixou bem claro tudo o que foi feito até agora. Quem fez foi o Lula. Ele foi quem taxou os inativos. Falo isso porque o meu partido foi o único contra. Estou lembrando hoje - e recordar é viver - que, há 16 anos, iniciei minha vida pública, como Vereador por Belo Horizonte. Eram eleitos 12 Vereadores do PT, àquela época. Logo após, Patrus Ananias foi eleito Prefeito de Belo Horizonte, e retornavam à Câmara Municipal apenas 6 Vereadores do PT.

A linguagem do PT de Belo Horizonte também mudou. Hoje, na Câmara Municipal, salvo engano, temos um ou dois Vereadores do PT, porque fizeram o que estão fazendo hoje aqui. Criticar, Deputado Miguel Martini, é muito fácil.

No que diz respeito à CPMF provisória, o Governo Lula quer definitiva. Quanto a cargos e nepotismo, temos petistas que saíram do Acre e estão trabalhando no Rio Grande do Sul. Por que será? Como está o caixa do PT hoje, quando 10% do salário de cada um dos trabalhadores é colocado nele?

Quanto ao Fome Zero, V. Exa. está sendo injusto com o Lula, que acabou de devolver um terreno para o Pão de Açúcar, onde haverá alimentos para a população. É lógico, com preço de supermercado. Mas estará lá.

O Deputado Miguel Martini - V. Exa. está dizendo que o Governo Lula deu um terreno ao Pão de Açúcar?

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Um terreno que já havia sido dado pelo Tribunal para construção. Já foi revogado.

O Deputado Miguel Martini - O Pão de Açúcar dará alimentos de graça para o povo?

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Não, o Pão de Açúcar participará do Fome Zero, vendendo alimento, mas por um preço barato. O Supermercado Pão de Açúcar é o que vende mais barato no Brasil, e o Lula sabe disso porque nunca comprou em feira, sempre comprou no Pão de Açúcar.

Vimos "Fora, FMI" e hoje vemos "Parceiro FMI". Por causa de coisas como essas, não temos como defender os companheiros do PT. Ninguém conseguiria consertar o Brasil sem essas mudanças, que não foram feitas antes por causa dos radicais.

O Lula falou numa rede de televisão que estava tomando calmante para tentar dormir. Estão achando que é de graça o Presidente da República sair todo dia na Rede Globo de Televisão e no "Fantástico"? Será que é porque o Lula é bonzinho?

O Deputado Miguel Martini - E não é? Deve ser porque ele é Presidente.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - É lógico que não. Veja o que é arrecadado hoje e o que é repassado aos órgãos da imprensa.

Então, Deputado Chico Simões, V. Exa. já está com um pé fora do PT. V. Exa. já está na linguagem do PSTU. Falar que está errado é fácil, devemos tentar consertar. O programa eleitoral do PDT foi dedicado ao Lula. Foi o mais belo programa que já vi até hoje. O Lula apresentou o programa do PDT. Ele dizia, antes: "Sou contra isso, isso e isso"; e depois: "Sou a favor disso, disso e disso". Sobre uma mesma coisa a que era contrário antes, é a favor hoje.

Temos, Deputado Miguel Martini, de definir. É com tranquilidade que falo isso dentro desta Casa. Mudou o Brasil ou mudou o Lula? O Brasil é o mesmo, com as mesmas dificuldades, ou o Lula está vendo que as dificuldades são outras hoje? Temos de encarar a coisa com seriedade. Temos de mudar. Não temos como agradar a todos. O último homem que chegou ao mundo e tentou agradar a todos foi crucificado. E, se

voltar, vão crucificá-lo novamente. Não é possível agradar a todos, sempre haverá pessoas insatisfeitas.

Na reforma administrativa do Governador Aécio Neves, meu voto foi o mesmo do PT. V. Exa., os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Ermano Batista e eu acompanhamos a liderança do Deputado Rogério Correia. A Deputada Jô Moraes é a única que pode falar contra a reforma administrativa, pois seu voto foi o único contra. O resto foi farinha do mesmo saco.

A Deputada Jô Moraes é a única que tem moral para falar, assim como o Deputado Adelmo, quando falava em salário e V. Exa. quando devolveu seu auxílio-moradia. Não adianta colocarmos uma cortina de fumaça. O que está acontecendo é uma mudança que o povo quer. Algumas pessoas serão penalizadas, outras tirarão proveito, mas haverá quem acertará. Tivemos 75 votos favoráveis, com exceção do Presidente e da Deputada Jô Moraes. Não adianta votar e depois criticar. Devemos tentar melhorar o Brasil e ajudar o Governo, buscando o reconhecimento do pessoal da função pública. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Concedo aparte à Deputada Jô Moraes.

A Deputada Jô Moraes - Cumprimento V. Exa. que, com sua veemência, discute questões fundamentais. Não podemos ser hipócritas, pois sabemos que o Governo Lula herdou uma perversa concentração de recursos na União, uma perversa reestruturação do Estado, que inviabiliza qualquer mudança estrutural. Herdamos a disputa tributária de ICMS entre os Estados. V. Exa. foi um dos primeiros a entender que a disputa deveria acabar.

Quero transparência. Peço a V. Exa. e à base do Governo que nos mostrem os dados, os números e nos provem que a renúncia feita serve ao desenvolvimento de Minas e não a pequenos grupos. Sabemos que a renúncia fiscal chega a 30% dos recursos do Estado. Estamos abrindo mão disso. Abrimos mão em nome de quê? Solicitamos transparência do Governador para que possamos interferir.

O Deputado Miguel Martini - O que disse é que não há mais a renúncia fiscal, pois esta não é possível pela LRF. Concordo que devemos fazer análise passada, mas temos de olhar só para trás, porque para frente não dá mais. É inócua nesse sentido.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Faça uma pequena, mas importante, contribuição ao pronunciamento de V. Exa. Quanto ao ICMS, entendo que o Governo Federal conseguiu avançar. Como avançou? Está excluindo, desconstitucionalizando o percentual de 75% por meio de emenda constitucional a ser promulgada ainda este ano.

No próximo ano, se Deus quiser, o Congresso Nacional terá a oportunidade de, por meio de lei complementar, definir esse percentual, que poderá ser de 60%, 65%, 50% ou 40%. Espero que o percentual de 75% seja diminuído, beneficiando-se os mais carentes.

O pronunciamento de V. Exa. serve de alerta para esta Assembléia Legislativa. Ainda neste ano, e tenho certeza em 2004 - porque se o projeto for aprovado no ano que vem, somente em 2005 entrará em vigor -, poderemos interferir. Mas esta Casa tem de ser rápida, eficiente e atenta, aproveitando essa oportunidade para, de uma vez por todas, contribuir efetivamente com os municípios mais pobres e carentes do Estado. Devemos essa resposta a Minas. Há muito tempo, foi debatido nesta Casa um projeto de lei, cujo objetivo era distribuir os recursos do ICMS de forma mais justa, humana e solidária para mais de 700 municípios, ajudando quase 15 milhões de mineiros.

Hoje, acompanhados por alguns Deputados e dezenas de Prefeitos, realizamos uma grande manifestação na porta da Assembléia, para que a maioria possa prevalecer. Somos 77 Deputados. A maioria desta Casa deseja a tramitação, o debate e a aprovação do projeto de distribuição do ICMS em Minas Gerais. O Governador Aécio Neves tem buscado a desconcentração de riquezas e melhor distribuição de recursos para os municípios. Esta Casa tem a grande oportunidade de servir de exemplo para o Brasil. A Santa Casa é compromisso do do Estado, porque é utilizada por todos. O problema pelo qual está passando pode ser resolvido por meio do ICMS.

Com a aprovação desse projeto, ganharão Belo Horizonte, Coronel Fabriciano, São João del-Rei, Governador Valadares, o vale do Jequinhonha e o Norte de Minas. Enfim, será que a vontade de poucos será superior ao desejo, ao sonho do maior número de Deputados e de 15 milhões de mineiros? Solicito aos Deputados que façamos uma reflexão serena, tranqüila e cristã, para que possamos eliminar essa grande tensão e aprovar a distribuição do ICMS, ajudando os mais pobres e carentes. Por isso, estamos no exercício da vida pública. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Dinis Pinheiro, concordo com suas palavras. Teremos de avaliar o melhor procedimento, uma vez que, com a aprovação da modificação no Congresso Nacional, poderemos legislar sobre um assunto que já não vigora, porque a distribuição dos 25% e dos 75% será alterada. Provavelmente, tal modificação atenderá à nossa reivindicação.

Tenho medo de que o critério seja esse. Então, tirar do Poder Legislativo a competência de fazer isso constitui grande risco.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - O meu receio é que a aprovação dessa lei complementar demore o mesmo tempo na Assembléia Legislativa, ou seja, cinco, seis ou sete anos.

O Deputado Chico Simões (em aparte) - O companheiro Miguel Martini afirmou veementemente que não existe renúncia fiscal. Isso precisa ser esclarecido. Sei que V. Exa. não o fez por maldade, talvez não tenha lido o texto da LDO. A Lei nº 15.579 é muito clara. O seu art. 9º estabelece que acompanharão a proposta orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação em vigor... E no inciso XII: demonstrativo regionalizado do efeito sobre a receita e a despesa decorrente de isenção, anistia, transação, remissão, subsídio e benefício de naturezas financeira, tributária e creditária, contendo: o montante da renúncia por modalidade. Então, há renúncia; caso contrário, não se precisava disso. No inciso II: setores da economia beneficiados. Então, vai renunciar em favor de alguém. O vetado foi o inciso em que pedimos a transparência. Queremos o seguinte: a avaliação das políticas públicas resultantes das renúncias e das receitas dos três exercícios anteriores e do exercício atual e da projeção para os quatro exercícios subsequentes. Gostaria de esclarecer isso aos que nos assistem, para que saibam que há renúncia, e que vai ser doada a alguém. O que o Governo não quer é transparência.

O Deputado Miguel Martini - Talvez o Deputado Chico Simões, no afã de defender sua tese, se tenha esquecido de que a Lei Complementar nº 101 obriga que a LDO venha com esses dizeres. Isso é exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se V. Exa. quiser, mostro-lhe o texto da lei. Entre a LDO conter e dizer que está dando é uma longa distância, porque ela apenas orienta o orçamento. Então, o que não está previsto aqui não pode ser executado no orçamento.

A LRF estabelece que, havendo essa renúncia fiscal, há que se compensar, ou seja, deve ser indicado onde está sendo feita a compensação, justificando os benefícios que a sociedade terá com isso.

Portanto, se V. Exa. quer fazer o debate, precisamos falar com verdade fundamentada, e não com sofismas nem com jogo de palavras. Temos de analisar o texto dentro do contexto, para que o debate seja sadio e sério. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

72ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 10/9/2003

O Deputado Pinduca Ferreira* - A segurança de Betim está um caos, está pior que a Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Nas regiões mais carentes, os jovens não podem andar com celular nem as mulheres com bolsa. Há assaltos a lojas. Os comerciantes da periferia ficam à porta do comércio, olhando os assaltantes passarem armados. Até mesmo crianças de 12 anos andam armadas. Em Betim, não se pode ter comércio nem criar família.

Há 200 perueiros legalizados. As peruas viraram "Sprinter" e transportam pessoas de um bairro para outro. Se não pagarem pedágio no valor de R\$20,00, R\$30,00 são assaltadas. Principalmente no Bairro Cruzeiro, perto de onde moro, os ônibus não vão até o ponto final por causa dos assaltantes, que andam mais armados que a polícia.

Pedi socorro ao Governador Aécio Neves, que prometeu olhar a questão com carinho. Em 23 de agosto, houve 8 arrombamentos de casas comerciais a 30m da minha casa. Cerca de 100 comerciantes se uniram, colocando faixas com os dizeres: "Cadê os políticos de Betim? Cadê o Deputado e as promessas de campanha?".

Na quinta-feira passada, levei sete comerciantes à Secretaria de Defesa, mas não fomos recebidos. A reunião estava marcada para as 16h30min. Chegamos às 15h48min. Os comerciantes estavam preocupados, pois deixaram filhos na padaria, no posto de gasolina, esposa no supermercado.

Já eram 18 horas. Esse é o horário preferido pelos bandidos que praticam assaltos no comércio. Ficamos lá durante 1h42min. Às 17h40min, perguntei à recepcionista onde estava o Secretário. Respondeu-me que havia dado uma saída e voltaria logo. Aí soltei a cachorra. Não sou otário. Sou Deputado eleito pelo voto do povo. Fui eleito com 69 mil votos. Não sou Secretário, que é indicado para cargo de confiança. Foi uma grande falta de respeito. Repudio o que aconteceu comigo. Tenho certeza de que vários Deputados têm esse mesmo tipo de reclamação. Na semana passada, um companheiro questionou o fato de Secretários desmarcarem, com 1 hora de antecedência, reuniões com Prefeitos que viajam 600 ou 700km para encontrar-se com eles. Isso é falta de respeito. O povo cobra dos Deputados. De quem iremos cobrar? Dos responsáveis. Quem são eles? O Governador Aécio Neves e o Secretário de Defesa Social. Mas, se formos depender dessa Secretaria para melhorar a segurança de Betim, pelo que aconteceu comigo, não tem jeito. É disso para pior.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Pinduca Ferreira, como morador de Contagem, cidade vizinha de Betim, e tendo contato com Belo Horizonte, percebo que a criminalidade cresceu muito na Região Metropolitana. Esse crescimento é resultado da ausência do Estado, de políticas sociais inclusivas. Além disso, temos um sistema penitenciário totalmente falido, que não recupera ninguém, pois sua ótica é manter a indústria do preso. Construir presídios sem mudar a política de assistência é chover no molhado, porque não teremos resultados nenhum.

O mais grave do seu pronunciamento é o fato de não ter sido recebido pelo Secretário de Defesa Social, apesar de a reunião haver sido anteriormente agendada. Segundo meu velho pai, quem abaixa demais a cabeça acaba mostrando outra parte do corpo. Isso está acontecendo nesta Casa. Alguns Deputados já reclamaram que não foram recebidos por outro Secretário, que as reuniões são desmarcadas ou são marcadas com um prazo a perder de vista. Portanto, presto-lhe solidariedade, porque V. Exa. estava representando seus eleitores. O Secretário tinha o dever de ouvir os reclames da população. Concordo com sua atitude ao trazer essa denúncia ao Plenário, tornando-a pública.

O Deputado Pinduca Ferreira* - Obrigado, Deputado Durval Ângelo. Mas o pior é que, quando fui protocolar o ofício, a recepcionista disse que não gostava de Deputado, muito menos do Pinduca. Tenho provas e testemunhas. Isso aconteceu na última quinta-feira, às 17h45min. É muito fácil saber quem estava trabalhando naquele momento. Peço ao Presidente que tome providências.

O Prefeito Carlaile, de Betim, realizou várias ações na área de segurança pública, durante dois anos e oito meses de governo. Não conheço qualquer Prefeito de Minas que tenha investido tanto na segurança. Criou a guarda municipal, composta por 200 jovens filhos de Betim.

Há policiais no escritório e no quartel. Assim, poderíamos colocar um guarda municipal fazendo serviço interno e os policiais trabalhando na rua.

Carlaile ainda fez parceria com a polícia, disponibilizando viaturas novas, sendo 10 para a guarda municipal, 6 para patrulhas escolares e 12 para a Polícia Militar. Além disso, distribuiu 100 coletes à prova de balas e 60 pistolas automáticas; equipou 4 delegacias e colocou serviços trabalhando nelas. Hoje paga gasolina para as Polícias Militar e Civil.

Portanto, o Prefeito Carlaile está fazendo a parte dele, mas precisa do apoio do Governador do Estado e do Secretário, que foi escolhido por Aécio Neves. Faça parte da base do Governo com muito prazer, mas as coisas que acontecem em algumas secretarias devem ser levadas ao conhecimento público, de forma a evitar que o que ocorreu comigo venha a ocorrer também com os meus colegas Deputados. Não achei bom o que houve. O povo de Betim está sofrendo com a falta de segurança. Já temos viaturas. Agora precisamos de mais policiais. Os que lá estão dão cobertura a Sarzedo, Igarapé, Bicas, Mário Campos e outras localidades. Enfim, trabalham em seis ou sete cidades.

Sr. Secretário de Defesa e meu amigo Aécio Neves, Betim precisa de socorro. O que é socorro? Segurança. Isso é dever do Estado, mas não vejo dessa forma. A união faz a força, e a segurança é dever de todos nós.

Fui, por oito anos, Vereador em Betim, no Governo do PT. Durante esse período, o PT não doou nenhuma viatura para a polícia. Em pouco mais de 2 anos, o Carlaile já doou 26 viaturas OKm.

Há outro assunto que gostaria de tratar. Quero dar uma resposta ao jornal "Estado de Minas", que publicou foto minha enquanto cochilava na cadeira. Digo o seguinte: levantei-me, hoje, às 3 horas da madrugada. Desse horário até as 3 horas da tarde, são 12 horas de serviço. Não trabalho apenas aqui na Assembléia. Trabalho para o povo de minha cidade. Levanto-me de madrugada e fiscalizo meus funcionários que trabalham à noite. Tenho dois gabinetes que funcionam 24 horas por dia. Betim tem 200 bairros. Em qualquer um deles, se uma pessoa passa mal à noite, meu motorista a leva ao posto médico e depois a sua casa. Faça esse serviço há mais de dez anos e oito meses, desde antes de me tornar político. Não entrei na política para ganhar dinheiro, mas para trabalhar pelo povo.

Podem me colocar no jornal dormindo, sentado, cochilando ou comendo. Não posso pagar uma matéria, então somente assim o Pinduca pode sair na mídia. Na semana passada, jornalistas do "Estado de Minas" me perguntaram se o Ivo Leandro era meu filho. Respondi-lhe: "É proibido parente de Deputado trabalhar em seu gabinete?". No dia em que isso for proibido, eu não coloco. Hoje contrato quantos quiser. São pessoas

da minha confiança. Pertencem a minha família. Por que vou colocar quem não conheço?

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Gostaria de voltar ao tema inicial de seu discurso, com referência ao eminente Secretário de Defesa Social, que conhecemos de longa data, mas V. Exa. talvez não o conheça tão bem. Trata-se de mineiro brilhante, que está fazendo excelente trabalho à frente da Secretaria. Temos o novo plano de segurança pública, aplaudido pelo próprio Ministério da Justiça. O Governador Aécio Neves, por sua vez, tem investido bastante, apesar da precariedade de recursos do Estado, na área de segurança pública, adquirindo inúmeras viaturas e com projeto para contratação de milhares de servidores. As decisões em relação à segurança pública em Minas estão sendo tomadas corretamente, embora haja inúmeros problemas, que, infelizmente, não ocorrem somente em Minas, mas em vários Estados. Se colocarmos a culpa no Governador Aécio, devemos culpar também o Presidente Lula pelos problemas dos outros Estados. V. Exa. disse que o PT administrou Betim por oito anos e não adquiriu nem sequer uma viatura. A nosso ver, o aparte do Deputado Durval Ângelo não está coerente com a situação a que estamos assistindo. Obrigado.

O Deputado Pinduca Ferreira* - O problema da segurança vem do Governo Itamar, que não aplicou recursos nessa área. Há mais de 200 delegacias no Estado necessitando de viaturas, escritórios, policiais. Se Lula conseguisse os 10 milhões de empregos que prometeu, talvez acabasse a vagabundagem no Brasil. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado José Milton* - Boa-tarde! Agradeço ao nobre colega Sidinho do Ferrotaco a gentileza em conceder-me seu tempo. Gostaria de mencionar a fala do Presidente Lula acerca dos créditos bancários para pequenos produtores. Considerei sua fala perfeita e lamento constatar que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são aqueles que mais discriminam o pequeno produtor no momento da concessão do crédito. Já fui pequeno produtor rural na minha região, que conta grande número de pequenos produtores, e a dificuldade para conseguir crédito agrícola é enorme.

Muitos desapareceram, fracassaram e perderam sua terra porque não conseguiram crédito agrícola, devido a burocracia e juros altos. O Governo Federal deve corrigir a postura e o posicionamento do Banco do Brasil quanto aos pequenos produtores rurais, e o da Caixa Econômica Federal quanto aos pequenos assalariados. Dos créditos concedidos para construção de moradia, 60% a 70% são outorgados a projetos de classe média ou média alta. A precária situação da habitação do País é fruto do grave equívoco da Caixa em discriminar o pequeno assalariado.

Parabenizo a imprensa pelo dia de hoje, Dia Nacional da Imprensa, e faço menção aos que contribuem para a liberdade de imprensa. A publicação da foto do Deputado Pinduca Ferreira, cochilando em Plenário, é exemplo de que essa liberdade deve ser preservada. Prestando grande serviço ao País, deve tornar transparente fatos que dizem respeito à sociedade. Depois de anos em dificuldade, hoje a democracia é madura.

Outro assunto tenho que tratar. Há grande número de Prefeitos em Brasília, em busca de solucionar a dramática situação dos municípios mineiros. Quase 70% das Prefeituras não têm condições de pagar o décimo-terceiro. Os municípios de nossa região também estão em dificuldade. O Prefeito Gualter Monteiro, de Congonhas, demitirá cerca de 1.500 funcionários municipais, dos quais 30% estão lotados nos setores da educação e da saúde. Mas a culpa não é do Prefeito. Vítima de demanda tributária com Ouro Preto, Congonhas sofreu redução de repasses do FPM em torno de R\$400.000,00 e perdeu recursos advindos da arrecadação do minério pelletizado na FERTECO. Com a demanda jurídica, que faz com que o município deixe de arrecadar R\$800.000,00, e a redução de R\$400.000,00 do FPM, Congonhas perde R\$1.200.000,00 na receita. Portanto, para qualquer Prefeito, a administração do município - gerenciamento do serviço e pagamento do servidor - se torna insustentável.

Sabemos, infelizmente, que os municípios mineiros e brasileiros têm como seu maior empregador a Prefeitura. Portanto, a situação é grave. Isso representará um transtorno para cerca de 6 mil pessoas no município de Congonhas, se analisarmos a família de cada servidor público.

Peço ao Governo Federal, às nossas Lideranças na Câmara e no Senado e aos que se encontram à frente das discussões sobre a reforma tributária, que encontrem forma justa para que os municípios, que vivem momentos difíceis, participem efetivamente dos tributos, como a CIDE e a CPMF. Aliás, não apenas municípios de partido A ou B, mas todos, independentemente de Prefeito ou sigla. É necessário que a reforma tributária os contemple de maneira mais justa e adequada, compatível com os compromissos e a responsabilidade dos municípios.

Quero abordar o objetivo do Grupo Gerdau de transferir o controle, o centro administrativo, de gestão e de decisões da AÇOMINAS, para o Rio Grande do Sul, onde se localiza sua sede nacional.

A AÇOMINAS, hoje, emprega cerca de 4 mil pessoas. Logo, isso representará retrocesso e grande perda para a região do Alto Paraopeba, Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco e, particularmente, Congonhas do Campos. Aliás, Congonhas é sacrificada por essa situação de arrecadação, com a demissão em massa de 1.500 servidores. Há ainda uma decisão que trará enorme prejuízo não só para Minas Gerais, como também para o País. Isso representará perdas na arrecadação, na geração de empregos e na tributação para o Estado.

É necessário que a imprensa mineira, a exemplo da posição do jornal "Edição do Brasil", mostre à sociedade quão grave é essa situação, que questione e que a leve também ao conhecimento do Governo do Estado. Conversei com o Governador Aécio Neves, que se mostrou preocupado. Ele quer tomar iniciativas e negociar para que essa ação não seja posta em prática e o Estado não perca a administração, o gerenciamento e as decisões da AÇOMINAS.

Essa grande empresa nasceu em Ouro Branco e é uma das maiores aciarias no mundo atualmente; está na frente principalmente com a exportação de aço, pois é uma empresa bem administrada. O Presidente é o Sr. Luís André Rico Vicente, que realiza administração enxuta e profissional, voltada para conquistar o difícil e competitivo mercado internacional de aço. Hoje, como possui produtividade e tecnologia, esse mercado é garantido. O Sr. Marco Antônio Pepino é o Presidente do Clube dos Empregados da AÇOMINAS.

Portanto, é indispensável que essa empresa continue sendo administrada em Minas Gerais, para gerar benefícios para os municípios mineiros, como Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete e Congonhas, onde ela está instalada, e para a sociedade mineira.

Peço, pois, ao Governador Aécio Neves, que está viajando para buscar parcerias a fim de implementar o desenvolvimento do Estado, que essa decisão tão absurda não seja posta em prática. Peço também aos Deputados, como o Deputado Padre João, que tem raízes e é majoritário em Ouro Branco, que assumam essa bandeira e participem dessa luta, para que Minas Gerais não mais seja prejudicada.

Minas Gerais já vem sendo penalizado com essa guerra fiscal, já tendo perdido milhares de empregos para São Paulo, Goiás e outros Estados. Não é possível continuarmos perdendo postos de trabalho e receita de uma empresa que está instalada em Minas Gerais, que produz em Minas Gerais e cuja matéria-prima está em Minas Gerais. Temos aqui uma empresa fundada em 1984, atingindo hoje seu auge de produção. Conseguiu superar diversas dificuldades, após um processo desastroso de privatização que a levou para as mãos da Mendes Júnior, que pagou com moeda podre e vendeu para uma empresa de Cingapura, e está hoje nas mãos do Grupo Gerdau, vivendo um momento excelente de

produção e geração de empregos, inclusive com um aumento da sua capacidade pela ampliação de alto-forno. Fica aqui, portanto, o nosso apelo, como Deputado representante de toda a região do Alto Paraopeba e do vale de Ipiranga, para que a nossa Assembléia Legislativa faça também sua gestão, tomando providências em favor da manutenção dessa grande empresa no nosso município e no nosso Estado de Minas Gerais.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de fazer menção a uma situação da nossa região, agradecendo o apoio do Governador Aécio Neves, do Secretário de Desenvolvimento Wilson Brumer e do Secretário Danilo de Castro pelas ações e iniciativas em favor das negociações que abriram as portas da Cooperativa de Equipamentos Ferroviários - COMEFER -, estabelecida em Conselheiro Lafaiete, que hoje opera nos antigos galpões da unidade industrial da Santa Matilde. As ações empreendidas pelo Governo de Minas, com o nosso apoio, o apoio da FIEMG, do SINDIEXTRA, dos Vereadores e do Prefeito de Lafaiete, renderam frutos. Hoje, a COMEFER, que tinha perdido a oportunidade de entrar em uma negociação de 1.200 vagões com a Vale do Rio Doce, conseguiu reabri-la. Estivemos com a Diretoria da Vale do Rio Doce no Rio de Janeiro, e hoje estão abertas as portas de negociação para novas encomendas de vagões, viabilizando para Conselheiro Lafaiete parte das encomendas que a Vale do Rio Doce fará a esse mercado no final deste ano e início do outro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Deputados, imprensa, senhoras e senhores do auditório, povo de Minas Gerais, quero falar de um evento que será de grande importância para nós, norte-mineiros, e também para o Estado, que irá acontecer na terra do meu dileto amigo Wanderley Ávila, Pirapora, na segunda-feira. Antes, porém, gostaria de hipotecar minha solidariedade e meu apoio ao Deputado Pindaça Ferreira quando, num momento de rara felicidade, usa da tribuna para fazer um desabafo sobre a violência que impera na cidade de Betim. Quando fala que é necessário que se faça algo com urgência, na sua simplicidade e sabedoria nos diz claramente que, apesar de todos os esforços do Governo do Estado - e ninguém pode negar o esforço do Governo Aécio Neves, que priorizou a segurança pública -, entendemos que as medidas tomadas em Minas Gerais infelizmente não estão acompanhando a escalada da violência que vem ocorrendo em nosso Estado.

Basta recorrer aos números. Na imprensa, li sobre um paralelo que mostra que, de 1999 até 2003, a cada ano que passa, a violência sofre acréscimo em torno de 30%. Os números de 2003, em relação a 2002, já mostram que houve um aumento de 38% dos casos de violência no Estado.

É necessário que sejam tomadas algumas medidas. Não basta apenas a intenção. Sabemos das boas intenções do Governo, do Secretário de Defesa Social e da Assembléia Legislativa, que criou a Comissão de Segurança Pública, mas há alguns casos concretos que precisam ser resolvidos. Cito, por exemplo, a situação em que se encontra o menor infrator no nosso Estado, que, sem dúvida alguma, é responsável por uma grande porcentagem dessa violência.

Em Montes Claros, foi iniciada a construção de um centro de atendimento ao menor infrator, um centro de recuperação, uma escola. Quando os recursos chegaram do Estado e do Governo Federal, parecia que o centro iria sair do papel. Era uma área fantástica e havia uma projeção fantástica, no entanto, vai completar um ano de paralisação das obras. Como vamos explicar essa situação ao povo? Esse bairro é violento e é onde os menores mais praticam crimes.

Engraçado é que os marginais invadiram esse centro de recuperação de menores que estava sendo construído em Montes Claros e roubaram telhas, madeiras, fios, instalações elétricas e todo o equipamento que estava lá para a construção. Na cidade de Francisco Sá, a construção da penitenciária que iria servir a todo o Norte de Minas foi iniciada, mas já parou. São obras inacabadas da área de segurança pública e que precisam ser concluídas. Só assim começaremos a acreditar que as coisas poderão caminhar para a redução da escalada da violência no Estado.

Assistindo ainda ao telejornal de hoje, vi a notícia de que a Polícia Militar iria abrir vagas para Sargento em Minas Gerais. Depois, anunciaram que seriam apenas 30 vagas para Sargento. No Norte de Minas, há cidades em que não há um policial. Outras têm um contingente pequeno, com apenas um Soldado e um Cabo para dar conta de uma população de 5 a 6 mil pessoas. Não se pode falar em frear a violência com essas ações acanhadas que não chegam na mesma proporção em que a escalada da violência está acontecendo no Estado.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Obrigado, Sr. Deputado.

V. Exa. expõe um problema que preocupa a todos no País e não é diferente no nosso Estado. A nossa Comissão de Segurança Pública tem feito diversas audiências públicas no Norte de Minas, a pedido de V. Exa., em Juiz de Fora, em Coronel Fabriciano e outras cidades do Estado. Posso afirmar que esse assunto não preocupa apenas o Deputado Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública, mas também todos os Deputados e cidadãos de bem do Estado.

Posso lhe afirmar que sem recursos não conseguiremos nada, não só para o centro de internação de menores de Montes Claros, como também para a penitenciária de Francisco Sá e para o pavilhão de segurança máxima da antiga "Nelson alegria", que hoje voltou a ser Penitenciária Nelson Hungria.

Apenas para V. Exa. ter dados, há três meses, enviei requerimento ao Secretário da Fazenda solicitando os valores globais e específicos das taxas de segurança pública arrecadadas e aplicadas nos exercícios de 2001 e 2002. A resposta não foi muito convincente, pois algumas rubricas não esclareciam e não discriminavam nada. Por isso, farei outro requerimento. Em 2002, quando a taxa foi criada, foram arrecadados R\$201.000.000,00. Desse total, R\$54.000.000,00 não se sabe onde foram aplicados até este momento. V. Exa. pode ter certeza de que o único caminho a seguir é a busca de recurso para a segurança pública no orçamento do Estado deste ano. Alerto V. Exa. e os demais pares desta Casa: só em 2002 foram arrecadados R\$201.000.000,00. Agora, passem com duas rubricas, que lhes apresentarei: Natureza da Despesa - código 3132, outros serviços e encargos, R\$71.000.000,00 sem esclarecimento; código 339039, serviço de terceiros, pessoa jurídica, R\$78.000.000,00. Portanto, não sabemos exatamente onde esses recursos foram aplicados. A taxa tem de ter contraprestação de serviço, conforme a lei determina. Peço a V. Exa. e aos demais Deputados que vigiem o orçamento e possamos destinar à segurança pública o que lhe pertence, nada mais.

O Deputado Carlos Pimenta - Meu caro Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. tem razão. Esta Casa tem de assumir essa questão como um todo. Quando se fala em segurança pública, muitos se desculpam dizendo que o assunto é da Comissão de Segurança Pública desta Casa. No entanto, o problema é muito sério e envolve maior comprometimento de todos. Temos de cobrar satisfações dessa natureza e de apoiar os pequenos municípios. Semana passada, no Município de Botumirim - nunca vi coisa igual -, chegou milícia armada e roubou R\$85.000,00 do único Banco de lá. Temos também de dar sustentação aos policiais militares. Quando o policial militar prende o bandido e bate nele, aparecem milhares de defensores de direitos humanos contra o coitado do policial - que arrisca sua vida diuturnamente -, em defesa do bandido. A sociedade tem de entender o papel de risco do policial militar e dar-lhe apoio total, para que nos possamos sentir minimamente seguros.

Gostaria também de falar sobre o grande evento que ocorrerá no próximo dia 15, segunda-feira, na cidade de Pirapora. Há algum tempo, promovemos audiência pública para discutir a construção da barragem de Jequitaiá, uma das mais importantes do País. As audiências realizadas ficaram apenas no papel. Agora, com a entrada efetiva do Vice-Presidente, José Alencar, no processo de transposição do rio São Francisco,

surge a esperança de vermos concretizadas algumas obras fundamentais para o nosso Estado. Aliás, o Vice-Presidente começa com o pé direito, porque aceitou o convite feito pelo Presidente Lula para coordenar a transposição do rio São Francisco; porém, não podemos falar em transposição desse rio sem falarmos em sua revitalização, que o Deputado Wanderley Ávila tem defendido ao longo dos últimos anos nesta Casa. Corajosamente, diante das autoridades federais, defendeu essa posição, como também a defendemos.

José Alencar foi muito feliz quando disse que os recursos devem ser investidos, primeiramente, em Minas Gerais, nas barragens que conterão as águas, como as que já estão previstas: a Jequitaiá I e a Jequitaiá II, a do rio das Velhas, a do rio Uruçuaia e a do rio Paracatu. Essas barragens são fundamentais para regular as águas do rio São Francisco.

O Vice-Presidente defende a recuperação da bacia, como um todo - o rio Verde Grande, por exemplo, era um dos principais do Norte de Minas e, hoje, está irremediavelmente morto -; a despoluição das águas do São Francisco, livrando-o do esgoto sanitário doméstico e industrial; a limpeza de sua calha, pois vem ocorrendo um processo de assoreamento do rio, um dos seus graves problemas; e o reflorestamento ciliar de suas margens.

Nessa reunião, na cidade de Pirapora, certamente estarão presentes a Deputada Ana Maria, autora do requerimento, o Deputado Wanderley Ávila e vários outros. Procuraremos fazer coro com as palavras, atitudes e opiniões de nosso Vice-Presidente, proporemos a criação de uma frente de defesa da bacia, da nascente e do percurso do São Francisco em Minas Gerais e tentaremos levar nossas posições ao Presidente Lula. É muito importante levar as águas aos brasileiros do Nordeste, ou seja, fazer a transposição, mas é fundamental preservarmos as águas em Minas Gerais, pois 80% da bacia do São Francisco é composta aqui no Estado.

Precisamos defender ações menores no combate à seca e, neste particular, faço um apelo ao Governador Aécio Neves, que viaja hoje para a Europa - viagem importante para o encontro com empresários de grupos fortes economicamente do Velho Continente. Na sua volta, queremos reunir a bancada do Norte de Minas com S. Exa. o Governador e dele cobrar medidas definitivas e objetivas de combate à seca.

Já temos nove meses de Governo, nove meses de compromissos e promessas e nove meses em que o povo norte-mineiro, já não agüentando, cobra ações do Estado. Não quero abrir dissidência na base de sustentação do Governo, pois nosso partido acreditou em Aécio, por ele lutou e dele fez Governador, mas gostaríamos que uma posição clara e objetiva fosse tomada, porque, depois de sete meses de seca e sofrimento, uma ação concreta deve ser desencadeada em favor do Norte de Minas, para combater os efeitos da seca que tem assolado nossa região e matado nosso povo de sede e, principalmente, de desilusão.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Laudelino Augusto - Mineiras, mineiros, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos e cidadãs que nos acompanham nas galerias e pela TV Assembléia, no final de agosto, tivemos, em São Lourenço, no Sul de Minas, uma audiência pública sobre a exploração das águas minerais. Essa foi a segunda audiência sobre o tema promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, e nela ouvimos a divulgação do relatório do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM -, uma vez que a água mineral é considerada como recurso mineral, e não, hídrico.

O DNPM estabeleceu, como um dos resultados, um prazo de 60 dias para que a Nestlé apresente o novo plano de aproveitamento econômico da fonte Primavera, onde há mais problemas, e fez uma recomendação para que não continue a desmineralização da água. A água, que leva centenas e até milhões de anos para se mineralizar, estava sendo desmineralizada. Ontem estivemos com o Vereador Cássio e outras pessoas de São Lourenço na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e na FEAM, ocasião em que conseguimos que fosse tirado da pauta do Conselho de Política Ambiental - COPAM - o pedido de licenciamento para a continuação da exploração e desmineralização da água de São Lourenço.

Estou dizendo isso para introduzir o assunto referente à criação da Frente Parlamentar de Defesa e Preservação das Águas. Como o Deputado Carlos Pimenta falou há pouco, temos que defender as nascentes, o rio São Francisco, as bacias dos nossos rios e a água como um todo. Os Srs. Deputados e Sras. Deputadas já receberam em seus gabinetes o nosso manifesto, argumentando e motivando, contendo alguns princípios necessários para a criação dessa Frente.

Lerei um trecho do manifesto, para que todos tomem conhecimento. (- Lê:)

"A água está sendo ameaçada, e, com ela, toda a vida do planeta. Diante disso, as organizações de todo o mundo levantam-se, buscando colocar em prática ações que viabilizem a preservação da quantidade e da qualidade da água. A solução passa pela conscientização dos povos, pela conquista democrática de direitos e pela atitude positiva de decisões políticas. Daí, a importância de se criar a Frente Parlamentar de Defesa e Preservação das Águas. A ONU declarou o ano de 2003 como o Ano Internacional da Água Doce, chamando a atenção do mundo todo para esse problema que tende a se agravar. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -, juntamente com outras igrejas cristãs, elegeu o tema Fraternidade e Água para a Campanha da Fraternidade de 2004." Será uma grande oportunidade para a conscientização do povo com relação ao uso racional da água, a fim de preservarmos a sua quantidade e qualidade. O planeta Terra é composto por 70% de água, sendo que apenas 1% é doce, podendo ser usada pelo ser humano.

Estima-se haver muito desperdício de água. Em São Paulo, 10.000 litros de água tratada são desperdiçados por segundo, enquanto mais de 1 bilhão de pessoas, de acordo com dados da UNESCO, passam sede ou morrem em consequência direta ou indireta da falta de água potável ou por doenças originadas pela sua contaminação.

"Já está passando da hora de encararmos, com a devida coragem e disposição, esse problema. A responsabilidade é de toda a sociedade e de todos os governantes e parlamentares. Urge que destinemos o nosso empenho político, social e educacional a um esforço para se criarem políticas públicas e privadas de preservação, de conscientização das comunidades, de racionamento e de reconhecimento das bacias hidrográficas, dos aquíferos, dos lençóis freáticos, dos mangues, das estâncias hidrominerais, com o resgate do valor terapêutico das águas minerais e a revalorização da crenoterapia." Quando era criança e morava na minha terra natal, Caxambu, muitos turistas visitavam a cidade para fazer tratamento com água. A crenoterapia constava do currículo das escolas de medicina. "Temos de resgatar esse valor, com tendência a melhorar as estações de águas e todo ambiente que tenha a água como elemento predominante, ou seja, como patrimônio inalienável de toda nação. Temos de valorizar toda manifestação de cunho ambientalista como um movimento em defesa da vida, para que possamos preservar a nós mesmos e nos engajar, de forma inadiável, na luta pela perpetuação das espécies e pela conservação da Terra.

Esta Frente Parlamentar de Defesa e Preservação das Águas, que se pretende um fórum permanente de debates sobre todos os temas relacionados com seus princípios de atuação, nascida em Minas Gerais, certamente atingirá a sensibilidade e a capacidade de renovação de cada ser humano em todo o Brasil e, quiçá, no mundo, para que façamos das águas uma bandeira que se ergue em prol da vida. Imbuídos desses propósitos, nós, infra-assinados, instituímos esta Frente Parlamentar de Defesa e Preservação das Águas, que buscará abranger todos os setores da sociedade, por meio de seus legítimos representantes, nas Casas Legislativas de todo o País: Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas Estaduais, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Como eixos estruturantes das ações a serem implementadas, estabelecemos os seguintes princípios: defender, veementemente, as águas, que

constituem um bem público, patrimônio inalienável de todos os seres vivos; impedir que sofram quaisquer danos, recursos limitados que são no aspecto qualitativo e quantitativo: nascentes, fontes, lençóis freáticos, bacias hidrográficas, rios, lagoas, estâncias hidrominerais, mananciais, aquíferos, mares e oceanos; preservar, necessariamente, todos os elementos a eles ligados que, de alguma forma, impliquem na sua preservação, como as matas ciliares e de topos e os mangues, entre outros; lutar, de forma permanente, pela não-privatização dos recursos hídricos e pelo acesso incondicional a eles de toda a população, preparada para sua utilização racional, comedida, consciente e baseada em preceitos ecológicos de preservação; implementar e apoiar, em parceria com a sociedade civil organizada, programas de conscientização popular, empresarial e corporativa, que se transformarão em ferramentas eficientes na eliminação do desperdício e da contaminação, em qualquer de suas formas, da água de que dispomos, objetivando a manutenção de sua quantidade e qualidade; atuar, de forma compartilhada, coesa e integrada, com entidades, fundações, organizações não governamentais, profissionais especializados e com a sociedade como um todo, na busca de soluções e alternativas que visem à preservação de todo recurso hídrico existente e na realização de estudos que possibilitem fomentar sua renovação e chegar à substituição do recurso hídrico em vários processos, evitando a sua extinção; exercer, juntamente com os órgãos governamentais competentes, além das organizações da sociedade civil, o papel de fiscalizadores das questões ambientais, buscando a intermediação de conflitos, acompanhando a apuração de crimes contra o meio ambiente, pleiteando a prevenção de acidentes e estimulando Governos e iniciativa privada a investirem em gestões socialmente responsáveis e conscientes, combinadas com o manejo adequado dos recursos hídricos.

Com isso, vislumbramos a preservação do mais importante bem natural de que a humanidade dispõe e que se tornou alvo de exploração desmedida, irracional e de cunho excessivamente comercial que combateremos, construindo sua perenização." Assinamos este documento em São Lourenço, no dia 22/8/2003. Os Deputados e Vereadores presentes também assinaram. Primeiramente, assinou a Deputada Maria José Hauelsen, Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Depois, assinaram o Deputado Federal Odair José da Cunha, o Vereador Cássio Mendes, de São Lourenço, o Deputado Márcio Passos, da Comissão de Meio Ambiente, e vários outros Vereadores. Alguns Deputados da nossa bancada também já assinaram. Outros Deputados já estão me procurando para assinar também. Todos já têm o texto em seu gabinete e buscaremos a adesão dos Deputados e Deputadas. Queremos preservar esse bem natural, sem o qual não conseguiremos preservar a vida na Terra.

Estive representando a Assembléia na cidade de Itajubá, na abertura da Feira Regional, Industrial, Empresarial e de Turismo, que foi um sucesso, promovida pela Associação Comercial, Empresarial e Industrial de Itajubá e região. Ela contou com vários expositores, e mostrou o potencial do Sul de Minas, que tem contribuído muito para o crescimento do Estado e do Brasil. Tivemos a presença de outros Deputados, como Dalmo Ribeiro Silva e Dimas Fabiano, que deram apoio com suas presenças. Depois, traremos o resultado dessa feira.

No domingo passado, dia 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, independência que sempre colocamos entre aspas, também se realizou, em todo o País, o Grito dos Excluídos. Sabemos que o "Independência ou Morte", o Grito do Ipiranga, na verdade, não aconteceu ainda. Existem processos para que haja essa libertação, de fato, para que haja a independência e a vida que todos queremos.

Em todo o Brasil, pessoas excluídas da sociedade, juntamente com aqueles que com elas se solidarizam, reuniram-se para o grande grito, querendo fazer uma contraposição ao Grito do Ipiranga. Isso para dizer que nosso povo tem dignidade, tem direitos.

Queremos acabar com o atual sistema, mudar mesmo. Ele já se mostrou falido, não distribui renda. Pelo contrário, é concentrador, gera miséria, violência e fome. Estamos falando da exclusão do mínimo necessário à vida e da garantia dos direitos fundamentais e básicos.

Em nome desses excluídos, reunimo-nos em vários lugares e, desta tribuna, representando o povo que nos elegeu, queremos falar desse grito, contraposição ao Grito do Ipiranga. Na verdade, houve uma independência apenas administrativa de Portugal, jurídica talvez, mas continuamos com outras dependências, como a do capital internacional e tantas outras, até mesmo ideológicas, pelos meios de comunicação que mantêm nosso povo dependente.

Faço eco ao grito dos excluídos do Brasil, comprometendo-me, mais uma vez, a lutar para que todos tenham garantidos seus direitos, principalmente o da vida.

Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, algumas notícias vêm nos chamando atenção há alguns dias. Uma delas gostaria que fosse esclarecida por V. Exa., como questão de ordem: quantos processos administrativos foram abertos nesta Casa para excluir os fantasmas que não vêm trabalhar? Recebem e não vêm trabalhar, a qualquer título. Acho que há um momento em que a casa deve ser depurada.

Embora seja depurada naturalmente, já deveria ter sido aberto processo administrativo para haver limpeza moral. Gostaria que V. Exa. explicasse porque ainda não o fez.

Há placa no Plenário que faz alusão aos membros que promulgaram a Constituição de 1989. Dos 77 Deputados que a promulgaram, restam: Deputados Sebastião Helvécio e Antônio Genaro, presentes no Plenário, Maria José Hauelsen, Elmiro Nascimento, que ocupa temporariamente uma vaga nesta Casa, Agostinho Patrús, que ocupa a Secretaria de Obras, e eu. Em menos de 15 anos, esta Casa perdeu 71 dos representantes que promulgaram a Constituição de 1989, seja por corrupção, incompetência, exclusão do próprio povo, imaturidade, irresponsabilidade ou idiotice.

No TRT, Palácio da Procuradoria da Justiça, em outras palavras, palácio da corrupção, isso não aconteceu. Reportagem publicada diz que Promotor conta tempo. Há alguns que trabalharam no armazém do papai, dos 10 aos 18 anos de idade. Conta tempo de serviço para efeito de aposentadoria, quinquênio, biênio, triênio, quadriênio e por aí vai. Isso nos deixa estarecidos, pois, às vezes, é compartilhado por alguns Poderes.

Os Projetos de Lei nºs 1.006 a 1.008/2003 chegaram às minhas mãos. Visam a adequar e a regulamentar o art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda à Constituição nº 57, de 15/7/2003, que se refere ao apostilamento. Esta Casa acompanha o que o Executivo determinou. Votamos para que fosse cumprido pelo Executivo.

Estes são os três "projetinhos": o 1.006/2003, dos servidores do Tribunal de Contas; o 1.007/2003, dos servidores do Poder Judiciário; e o 1.008/2003, dos servidores do Ministério Público. Sr. Presidente, a cara-de-pau desse povo é tanta, que até a redação dos três projetos é idêntica. Esses são os Poderes moralizadores do nosso Estado. Imagine aqueles que o corrompem.

Pretendem o seguinte: quem está no cargo continuará recebendo o mesmo valor, independente do tempo que o esteja ocupando, seja de favor ou não. Não quero ter o desprazer de ocupar esta tribuna - já que sou um dos remanescentes que promulgaram a Constituição do Estado - para chamar de safado o parlamentar que votar a favor dessa imundície, promovida por Juízes, Promotores e pelo Tribunal de Contas. Isso é uma vergonha que se assaca contra esta Casa. Não posso aceitar que o Tribunal de Justiça envie uma canalhice como essa para este Poder. Safado será o Deputado que votar a favor dessa imundície, porque um projeto de lei tem de acompanhar o que é de todos. Se a lei e o poder emanam do povo, precisamos respeitá-lo.

Os Poderes precisam ser depurados. Nesta Casa só restam seis parlamentares entre os que foram eleitos há 15 anos. O Tribunal de Justiça mantém os mesmos membros concursados ou não. São feitas sabatinas corruptas, a fim de colocar apaniguados nos cargos de Juiz, de concursados, etc. Isso também acontece no Ministério Público. Um Poder que gasta 96% do seu orçamento com salário não pode ser decente.

Peço, Sr. Presidente, o direito de voltar à tribuna e chamar de safado o Deputado que votar a favor desse projeto imoral, apresentado em conluio pelos três que se julgam Poderes neste Estado: o Tribunal de Contas, órgão auxiliar desta Assembléia; o ministério da corrupção, situado na esquina, que é o Ministério Público; e o Tribunal de Justiça, que tem sua parcela de podridão em alguns Desembargadores e Juizes. Muitos são competentes e honrados, mas existe meia dúzia de bandidos de toga inseridos nesse Poder que têm coragem de nos enviar uma imundície dessa. Perdoe-me, Sr. Presidente, por tirar a tranqüilidade desta Casa, mas não posso admitir tamanha imoralidade vinda de três Poderes. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Nova Serrana. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso de estação repetidora da TVA de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensa, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Cascalho Rico. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso de estação repetidora da TVA de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensa, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Heliotecminas Comércio e Representações Ltda. Objeto: prestação de serviços reprográficos. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação, sem reajuste do preço. Vigência: 12 meses a partir de 13/8/2003. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 33903900.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2003

LEILÃO Nº 1/2003

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 2/10/2003, às 14 horas, leilão, que tem como objeto 1 lote unitário e indivisível de 1.222 unidades de cartuchos vazios, inservíveis, marca HP, série 600C, sendo 700 unidades com capacidade de 40 ml, referência HP-51629 A, preto, e 300 unidades com capacidade de 22,8 ml, referência HP-51649 A, colorido, 144 unidades de cartuchos vazios, inservíveis, marca HP, série 800, com capacidade de 25 ml, referência HPc6615d, preto, e 78 unidades de cartuchos vazios, inservíveis, marca HP, série 800, com capacidade de 15 ml, referência HPc6625a, colorido.

O edital encontra-se à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação da ALEMGO, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Nesse último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 15 de setembro de 2003.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

ERRATA

Termo de contrato

Na publicação de termo de contrato verificada na edição de 13/9/2003, na pág. 35, col. 1, onde se lê:

"Pregão Eletrônico nº 41/2003", leia-se:

"Pregão Eletrônico nº 4/2003".